

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

A CONCORDÂNCIA ENTRE SUJEITO E PREDICATIVO DO SUJEITO NA
FALA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUQUÉM – AL: ESTUDO
SÓCIO-HISTÓRICO LINGUÍSTICO

Solyany Soares Salgado

MACEIÓ – AL
2010

SOLYANY SOARES SALGADO

A CONCORDÂNCIA ENTRE SUJEITO E PREDICATIVO DO SUJEITO NA
FALA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUQUÉM – AL: ESTUDO
SÓCIO-HISTÓRICO LINGUÍSTICO



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do Prof. Dr. Jair Gomes de Farias e a coorientação da Profa. Dra. Maria Denilda Moura.

MACEIÓ – AL
2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Betânia Almeida dos Santos

- S164c Salgado, Solyany Soares.
A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala da comunidade Quilombola Muquém – AL : um estudo sócio-histórico linguístico / Solyany Soares Salgado. – Maceió, 2010.
141 f. : il.
- Orientador: Jair Gomes de Farias.
Co-Orientadora: Maria Denilda Moura.
Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2010.
- Bibliografia: f. 123-132
Anexos: 133-141.
1. Linguística. 2. Sociolinguística. 3. Língua portuguesa – Concordância.
4. Língua portuguesa – Sujeito e predicativo. 5. Comunidade Quilombola.
I. Título.

CDU: 800.86

 UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA	 PPGLL
---	--	--

TERMO DE APROVAÇÃO

SOLYANY SOARES SALGADO


Título do trabalho: "A CONCORDÂNCIA ENTRE SUJEITO E PREDICATIVO DO SUJEITO NA FALA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUQUÊM – AL: ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO LINGUÍSTICO"

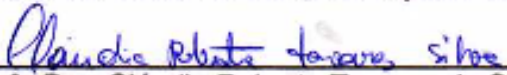
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


 Prof. Dr. Jair Gomes de Farias (PPGLL/UFAL)

Examinadores:


 Profa. Dra. Maria Denilda Moura (coorientadora) (PPGLL/UFAL)


 Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares da Silva (UFPE)

Maceió, 04 de fevereiro de 2010.

Esta pesquisa foi financiada por uma bolsa
CAPES (03/2008-02/2010).

Aos meus pais Maria e Siloni, que corajosamente se desprenderam de anseios pessoais para dar novas oportunidades a nós, suas filhas, e que deram, e ainda dão, todo apoio possível para que nossos sonhos sejam concretizados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me permitir concluir mais este desafio.

De modo muito especial, aos meus pais Maria e Siloni, por toda compreensão, pelas palavras de incentivo, por propiciar um ótimo ambiente de estudo e por emprestar o carro para a coleta de dados em Muquém, sem ele a coleta teria sido muito mais demorada; às minhas irmãs Lídia, Lígia, Simone e aos meus sobrinhos Milena, Eloísa e Miguel, pelo apoio e carinho; e ao meu noivo Kedimo, por ser um grande companheiro, por me fazer sorrir nos momentos tensos da escrita desta dissertação e, principalmente, por me acompanhar nas coletas, dirigindo o carro do meu pai e me auxiliando durante as gravações e as transcrições.

Ainda de modo especial, aos meus dois orientadores Profa. Dra. Maria Denilda Moura, pela coragem e determinação ao criar e coordenar esse projeto sobre Muquém, inserindo a Universidade Federal de Alagoas na lista das Instituições participantes do projeto nacional Para a História do Português Brasileiro, pela confiança a mim concedida para a realização de tal pesquisa, pelas referências disponibilizadas e pelas orientações ao longo da minha formação acadêmica, e Prof. Dr. Jair Gomes de Farias, pelos direcionamentos linguísticos e pelo apoio dado à realização desta dissertação.

À Professora Dra. Cláudia, integrante da banca, pelas ricas sugestões e contribuições.

Às Professoras que mais deram contribuições à minha formação acadêmica durante o Mestrado Profa. Dra. Januacele Francisca da Costa e Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria e, principalmente, aqueles que contribuíram mais diretamente para o desenvolvimento da minha dissertação Profa. Dra. Maria Denilda Moura e Prof. Dr. Aldir Santos de Paula.

Às amigas sociolinguistas Renata, Jeylla e Elyne, pelas discussões e sugestões valiosas feitas no GRUPES e nos outros diversos momentos de estudo.

Aos amigos gerativistas Adeilson, Marcelo, Rafael e Emanuelle, por toda paciência nas reuniões do GETEGRA e, de modo, especial ao Marcelo, pelos textos emprestados e pelos esclarecimentos sobre alguns dados.

A todos do PET, pelos convites feitos e pelas caronas à Muquém nos dias chuvosos, Cibely, Thaysa, Mel, Wesslen, Wilker, Luzard, Cida, Ísis, Ícaro, Diogo, Ana, Carol e Manu.

Às companheiras do PRELIN Cristiane, Thereza e Dariana, pelas conversas e, especialmente, às duas últimas, pelo trabalho nas gravações e nas transcrições das entrevistas.

Ao Cristiano Soares, pela amizade e pelo grande apoio na construção do *abstract*.

E, sobretudo, a todos os moradores de Muquém que nos revelaram suas histórias.

“Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos.”

Darcy Ribeiro (1995, p. 120)

RESUMO

Esta dissertação apresenta como objetivo geral buscar informações sócio-histórica e linguística sobre Muquém, uma comunidade considerada remanescente do Quilombo dos Palmares, localizada no município de União dos Palmares, Alagoas. Sobre a busca histórica, este trabalho verifica a participação africana na sua formação sociocultural e linguística, apresentando como base a proposta do projeto nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB) e a perspectiva da Sócio-História Linguística (MATTOS e SILVA, 2004). Sobre a questão linguística, esta pesquisa analisa a variação de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala atual dessa comunidade, tentando oferecer um melhor entendimento sobre as características desse fenômeno linguístico e sobre suas possíveis mudanças, utilizando, para isso, o aparato da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994, 2008 [1972]). Diante das informações coletadas, hipotetiza-se que a) a cultura africana exerceu influência na cultura e na língua da comunidade Muquém, b) o uso da variante não-padrão apresentará uma porcentagem maior do que foi apresentada nos estudos de fala urbana (SCHERRE, 1991; DIAS, 1996; SALGADO, 2008) e c) poderia estar ocorrendo uma mudança em progresso em direção ao maior uso da variante padrão. O *corpus* tomado para análise consiste em gravações de entrevistas feitas com 12 moradores da comunidade enfocada. Como possíveis fatores extralinguísticos condicionantes, foram escolhidos sexo, *masculino e feminino*, e idade, subdividido em: Faixa I - *de 10 a 30 anos*, Faixa II - *de 31 a 50 anos* e Faixa III - *mais de 50 anos*. Os fatores linguísticos escolhidos foram: tipos de sujeito, tipos de predicativo do sujeito, concordância verbal, material interveniente entre o verbo e o predicativo, concordância nominal de número no SN sujeito, referência ao falante no discurso e caracterização semântica do sujeito. Os resultados do programa VARBRUL apontaram como estatisticamente atuantes na variação de concordância entre sujeito e predicativo apenas os fatores linguísticos *concordância verbal, tipos de sujeito e referência ao falante no discurso*. Com base em fatos sócio-históricos relacionados à origem da comunidade e ao grau de variação na concordância dessa estrutura linguística, foi reconhecida a importância da presença africana para a cultura e a língua dessa comunidade.

Palavras-chave: Sociolinguística histórica; concordância; sujeito-predicativo; comunidade quilombola.

ABSTRACT

This dissertation has, as its general objective, a search for linguistic and socio-historical information on Muquém, a community which is regarded as reminiscent of Quilombo dos Palmares, located in União dos Palmares, Alagoas. As regards to the historical search, this work aims at verifying the African role in its linguistic and socio-cultural formation, having, as our basis, the national project proposal for Brazilian Portuguese History (PHPB) and the Linguistics Socio-Historical perspective (MATTOS e SILVA, 2004). As for the linguistic matter, this research has, as its objective, the checking on variation on agreement between subject and its predicative in the current discourse of that community, trying to offer, then, a better understanding on the characteristics of this linguistic phenomenon and their possible changes, using, for such work, the apparatus of the Quantitative Sociolinguistics (Labov, 1994, 2008 [1972]). Before the collected information, it is conjectured that a) the African culture had influence both in the language and in the culture of the Muquém community, b) the use of the non-formal variant will entail a percentage bigger than the one presented in the studies of the urban speech (SCHERRE, 1991; DIAS, 1996; SALGADO, 2008) and c) a change in progress could be occurring toward a greater use of the standard variant. The *corpus* taken for analysis consists of recorded interviews developed with 12 habitants of the community just mentioned above. As possible conditioning extralinguistic factors, *male* and *female* gender and age, subdivided as follows: group I – *from 10 until 30 years old*; group II – *from 31 until 50 years old*; and group III – *over 50 years old*, were chosen. The chosen linguistic factors were: kinds of subject, kinds of predicative, verbal agreement, intervening material between verb and predicative, number nominal agreement in SN subject, reference to the speaker in the discourse and semantic characterization of the subject. The results of the VARBRUL program only showed the following extralinguistic factors – *verbal agreement, kinds of subject and reference to the speaker in the discourse* as statistically active in the variation of agreement between subject and predicative. Based on socio-historical facts related to the origin of the community and to the level of variation in the agreement of that linguistic structure, the importance of the African presence, to the language and culture of that community, was acknowledged.

Key words: historical Sociolinguistics; agreement; subject-predicative; Quilombola community.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I: Distribuição dos informantes segundo grupos de fatores extralinguísticos: sexo e faixa etária _____ 18

QUADRO II: Línguas africanas atingidas pelo tráfico _____ 48

QUADRO III: Distribuição dos grupos de fatores linguísticos segundo a variável dependente *Concordância* vs. *Não-concordância* entre sujeito e predicativo do sujeito _98

LISTA DE TABELAS

TABELA I: Formação da população brasileira segundo etnias _____	42
TABELA II: Distribuição da população escrava por região _____	43
TABELA III: Relação entre a variável concordância verbal e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	101
TABELA IV: Relação entre a variável tipos de sujeito e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	103
TABELA V: Comparação entre os sujeitos na forma singular e os sujeitos na forma plural _____	104
TABELA VI: Relação entre a variável referência ao falante e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	105
TABELA VII: Relação entre a variável tipos de predicativo do sujeito e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	107
TABELA VIII: Relação entre a variável caracterização semântica do sujeito e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	108
TABELA IX: Relação entre a variável faixa etária e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	109
TABELA X: Relação entre a variável concordância nominal de número no Sintagma Nominal sujeito e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	112
TABELA XI: Relação entre a variável material interveniente entre o verbo e o predicativo e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	113
TABELA XII: Relação entre a variável sexo e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	114

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I: Relação entre a variável concordância verbal e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	102
GRÁFICO II: Relação entre a variável tipos de sujeito e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	104
GRÁFICO III: Relação entre a variável referência ao falante e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	106
GRÁFICO IV: Relação entre a variável tipos de predicativo do sujeito e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	107
GRÁFICO V: Relação entre a variável caracterização semântica do sujeito e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	108
GRÁFICO VI: Relação entre a variável faixa etária e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito: percentagem _____	110
GRÁFICO VII: Relação entre a variável faixa etária e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito: peso relativo _____	110
GRÁFICO VIII: Relação entre a variável concordância nominal de número no Sintagma Nominal sujeito e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	112
GRÁFICO IX: Relação entre a variável material interveniente entre o verbo e o predicativo e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	113
GRÁFICO X: Relação entre a variável sexo e a variável dependente <i>Concordância vs. Não-concordância</i> entre sujeito e predicativo do sujeito _____	114

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I: Rotas do tráfico negreiro _____	41
FIGURA II: Obra de arte “Navio Negreiro”, de Di Cavalcante _____	41
FIGURA III: Posto do PSF, foto de Ícaro Carvalho _____	69
FIGURA IV: Escola, foto de Solyany Salgado _____	69

SUMÁRIO

Apresentação	15
Capítulo 1. Referencial teórico	20
1.1 <i>A sócio-história linguística</i>	20
1.2 <i>Sociolinguística</i>	23
1.3 <i>Contexto histórico, demográfico e social da formação do português do Brasil</i>	29
1.3.1 A presença indígena	33
1.3.2 A presença portuguesa	36
1.3.3 A presença africana	40
1.3.3.1 As línguas africanas no português do Brasil	47
1.4 <i>Aspectos gerais sobre a formação do português em Muquém</i>	54
1.4.1 Quilombo dos Palmares	58
1.4.2 Aspectos gerais sobre a comunidade quilombola Muquém	62
1.4.3 O fenômeno linguístico estudado	70
Capítulo 2. Metodologia	78
2.1 <i>Apontamentos sobre a metodologia da sociolinguística quantitativa</i>	78
2.2 <i>Constituição do corpus</i>	82
2.2.1 A amostra	83
2.2.2 A coleta de dados	84
2.2.3 Dados orais	84
2.2.4 A transcrição e a quantificação	87
2.3 <i>Variável dependente e variáveis independentes</i>	88
2.3.1 As variáveis extralinguísticas	89
2.3.2 As variáveis linguísticas	91
2.3.2.1 Tipos de sujeito	92
2.3.2.2 Tipos de predicativo do sujeito	94
2.3.2.3 Concordância verbal	95
2.3.2.4 Material interveniente entre o verbo e o predicativo	96
2.3.2.5 Concordância nominal de número no SN sujeito	96

2.3.2.6 Referência ao falante no discurso e Caracterização do sujeito	97
Capítulo 3. Resultados quantitativos	100
3.1 <i>Grupos de fatores selecionados (step up)</i>	100
3.1.1 Concordância verbal	101
3.1.2 Tipos de sujeito	102
3.1.3 Referência ao falante no discurso	105
3.2 <i>Grupos de fatores não selecionados (step down)</i>	106
3.2.1 Tipos de predicativo do sujeito	106
3.2.2 Caracterização semântica do sujeito	108
3.2.3 Faixa etária	109
3.2.4 Concordância nominal de número no SN sujeito	111
3.2.5 Material interveniente entre verbo e predicativo	112
3.2.6 Sexo	114
Capítulo 4. Considerações finais	116
Referências	123
Obras consultadas	132
ANEXO A – Fotos de Muquém e Croqui do IBGE	133
ANEXO B – Ficha social	139
ANEXO C – Roteiro de Entrevista	140
ANEXO D – Convenções de Transcrição	141

APRESENTAÇÃO

Como os estudos científicos da área Linguística, como, por exemplo, a Sociolinguística, vêm apontando, o Brasil não é um país unilíngue, uma vez que são encontradas comunidades falantes de línguas indígenas e outras comunidades formadas por imigrantes que falam suas línguas natais. Além disso, ainda é possível notar inúmeras formas variantes e diferenças entre português culto e popular ou entre escrita e oralidade.

Tais variações são reconhecidas, mas a história da formação desse português brasileiro heterogêneo ainda precisa ser reconstituída. Atualmente, o empenho para essa reconstituição vem sendo feito por pesquisadores integrantes do projeto nacional “Para a História do Português Brasileiro”, o PHPB, coordenado pelos professores Ataliba de Castilho e Rosa Virgínia Mattos e Silva. Esse projeto tem recebido contribuições das várias linhas de pesquisa linguística, como a Teoria Gerativa, a Sociolinguística e a Linguística Histórica, e apresenta como um dos objetivos interpretar o passado linguístico e sócio-histórico do Brasil para estabelecer uma relação entre esse passado e a constituição do português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 50).

A Universidade Federal de Alagoas também está inserida nesse empenho nacional por meio do projeto *O conhecimento da realidade linguística e sociocultural da comunidade quilombola do povoado Muquém, da cidade de União dos Palmares – AL*, criado e coordenado pela Profa Dra. Maria Denilda Moura.

A participação alagoana ainda está recente e esta dissertação será a primeira a apresentar algumas das contribuições históricas e linguísticas encontradas, tendo como base o material coletado pelos integrantes do referido projeto. Além disso, por meio desta pesquisa, estudos comparativos podem ser feitos entre a fala dessa comunidade, a fala urbana de

Maceió (SALGADO, 2008), a fala de comunidades rurais (SILVA, 2007) e de comunidades rurais afro-descendentes localizadas no interior do estado da Bahia (LUCCHESI, 2008).

Entre as várias direções a serem seguidas nessa busca histórica e interpretativa, encontra-se o interesse por compreender a participação africana nessa constituição do português do Brasil. Algumas propostas já foram lançadas e tendem, basicamente, a duas direções.

Uma delas, representada por Silva Neto (1950; 1960), Naro e Scherre (1993; 2007) e outros, defende que a evolução (formação) do português do Brasil se deu de forma natural, numa deriva secular, em que as línguas africanas e ameríndias apenas apressaram as mudanças que já ocorreriam na língua.

A outra direção, defendida por Raimundo (1933), Mendonça (1933); Lucchesi (2000; 2008), Mattos e Silva (2004) e outros, acredita que a presença de diferentes povos, ocasionando um contato entre línguas, foi essencial para as mudanças que foram caracterizando principalmente o português popular do Brasil (PPB), que se contrapõe ao português culto. Segundo Mattos e Silva (2004, p. 81), o PPB seria descendente do Português Geral Brasileiro (PGB) que pode ser caracterizado como “[...] um português simplificado, com interferência de línguas indígenas e também de línguas africanas” e diferente do português falado pela elite portuguesa no período colonial.

Nessa proposta, porém, há diferenças em relação à consequência desse contato para a configuração da língua, que podem ser representadas numa visão de *continuum*, num extremo a existência de crioulos típicos (de base lexical portuguesa) e, no outro, a presença revelada em estruturas e no léxico da língua, mas sem provocar surgimento de crioulos ou semicrioulos.

A concordância é estudada por essas duas visões e ambas tentam descobrir a origem da variação encontrada, principalmente, em sentenças do PPB. A concordância entre sujeito e

predicativo está englobada nessa investigação e foi escolhida por esta dissertação para verificar seu comportamento na fala da comunidade Muquém. Porém, será feito um recorte, uma vez que serão analisadas apenas as sentenças declarativas finitas. Como as sentenças serão estudadas sob a perspectiva da estrutura argumental, também serão feitas considerações a respeito do verbo cópula.

Sobre a concordância entre sujeito e predicativo, serão apresentadas nesta dissertação a visão de estudos teórico-descritivos (DUARTE, 2003); a da gramática gerativa, discutida por Moura (2007; 2009) e por Sibaldo (2009), adotada para a caracterização dos dados, e as considerações sobre a variação de concordância nessa estrutura apresentadas por pesquisas sociolinguísticas (SCHERRE, 1991; DIAS, 1996; LUCCHESI, 2008; SILVA, 2007; SALGADO, 2008).

Como é notável uma variação de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala dos habitantes de Muquém, como se pode ver nos exemplos (1), representando a variante padrão (ou culta), e (2), representando a variante não-padrão (ou popular), esse fenômeno será analisado sob a perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística Quantitativa, de Labov (2008 [1972]; 1994):

(1) *Ela já era meia livre – mas a mãe ainda era escrava – então ela era meia arisca.*

[ES, M, I44]¹

(2) *Os homens ficava só na retaguarda escondidoØ.* [ES, M, I44]

Para verificar o que estaria condicionando as formas variantes, serão levantados fatores linguísticos e extralinguísticos. A análise quantitativa, feita com base em resultados percentuais ou probabilísticos apresentados pelo pacote de programas VARBRUL (*Variable Rule application*), será realizada com base no *corpus* constituído pela gravação da fala de doze

¹ Os exemplos (1) e (2) são trechos retirados dos depoimentos dos moradores de Muquém. Entre colchetes encontram-se informações sobre o informante, respectivamente: iniciais do nome e sobrenome (ES), sexo, neste caso, masculino (M) e idade (I44).

informantes, que, segundo as variáveis extralinguísticas, se subdividem em grupos da seguinte forma:

Quadro I: Distribuição dos informantes segundo grupos de fatores extralinguísticos: sexo e faixa etária

SEXO	FAIXA ETÁRIA			TOTAL
	<i>FAIXA I</i> <i>10 – 30 anos</i>	<i>FAIXA II</i> <i>31 – 50 anos</i>	<i>FAIXA III</i> <i>+ de 50 anos</i>	
<i>MASCULINO</i>	2	2	2	6
<i>FEMININO</i>	2	2	2	6
TOTAL	4	4	4	12

Desse modo, esta pesquisa apresenta como objetivo geral buscar informações sobre a formação sociocultural de Muquém e a concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala de seus habitantes. Como objetivos específicos, verificar se houve participação africana na formação da comunidade e observar a concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala atual dos moradores, tentando averiguar se há variação, se ela pode ser resultado da presença africana na história do povoado e se pode estar havendo um processo de mudança que caminha em direção ao maior uso da variante padrão.

Diante de informações coletadas, hipotetiza-se que a cultura africana exerceu influência na cultura e na língua da comunidade Muquém. Por isso, é sob a segunda visão sobre a participação africana na formação do PB, defendida por Mattos e Silva (2004), que esta dissertação se baseia para o estudo sócio-histórico e linguístico de Muquém. As informações trazidas para esta discussão serão delimitadas e focadas em dados do passado e do presente do português popular brasileiro e naqueles que foram seus principais difusores, os negros africanos (cf. MATTOS E SILVA, 2004).

Sobre a questão linguística da concordância entre sujeito e predicativo na fala da comunidade, hipotetiza-se que há variação e que o uso da variante popular apresentará uma porcentagem maior do que foi encontrada no estudo da fala urbana de Maceió (SALGADO, 2008), podendo ser um indício da presença africana nessa estrutura variante de concordância, e que poderia estar ocorrendo uma mudança em progresso em direção ao uso predominante da variante padrão de marcas de concordância, uma vez que, os jovens estariam fazendo maior uso dessa forma padrão que os mais velhos.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos sendo o primeiro constituído da fundamentação teórica, abordando os objetivos do projeto nacional para a história do português brasileiro (PHPB), a perspectiva sócio-histórica e linguística e os pressupostos da Sociolinguística, de informações gerais sobre a formação do português brasileiro, os dados referentes à presença africana no português do Brasil, as informações gerais acerca da formação de Alagoas e de sua variedade de língua, traz conjecturas sobre a relação entre Quilombo de Palmares e Muquém (a comunidade estudada) e apresenta dados sobre o fenômeno linguístico estudado. O segundo capítulo aborda a metodologia adotada neste trabalho para a coleta dos dados orais e as informações sobre as variáveis utilizadas pela pesquisa. O terceiro capítulo traz a descrição e análise dos resultados quantitativos das variáveis independentes relacionadas à variável dependente, ou seja, ao fenômeno linguístico encontrado na fala da comunidade. Após reflexão do que foi visto nos capítulos, as considerações finais serão apresentadas. Por fim, encontram-se as referências e, em seguida, os anexos.

Capítulo 1. Referencial teórico

Este capítulo, que aborda as bases teóricas utilizadas nesta dissertação, apresenta quatro subdivisões. Na primeira, encontram-se informações gerais sobre a Sócio-história Linguística e sua importância para o projeto nacional “Para a História do Português Brasileiro”; na segunda, estão as informações sobre a Sociolinguística; na terceira, são apresentadas informações gerais sobre a formação do Português Brasileiro e, por último, estão os dados mais específicos sobre a formação de Muquém (a comunidade estudada) e de sua variedade de língua, tecendo considerações sobre a relação entre essa comunidade e o Quilombo de Palmares, além dos dados sobre o fenômeno linguístico investigado.

1.1 A Sócio-história linguística

Os estudos linguísticos voltados para a linha da Linguística Histórica no Brasil começaram a ganhar força a partir da década de 80, motivados, principalmente, pela questão da variação e mudança linguística desenvolvida pela proposta sociolinguística de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1975]) e pelo modelo gerativista de princípios e parâmetros, de Chomsky (1981).

Nesse contexto, também surgiu o interesse pelo estudo da “história externa” da língua portuguesa que envolvesse questões sociais e históricas, para que junto à “história interna” (linguística) se pudesse compreender a formação do português brasileiro.

O Projeto Nacional Integrado *Para a história do português brasileiro*, o PHPB, nasce em 1997, justamente para unificar trabalhos com esse objetivo e para estabelecer idéias para a continuidade do projeto de forma coordenada. Esse projeto teve início no *I Seminário para a História do Português Brasileiro*, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação dos professores doutores Ataliba de Castilho e Rosa Virgínia Mattos e Silva.

O PHPB integra equipes regionais que desenvolvem seus próprios projetos sob o olhar das diversas linhas de pesquisa linguística, como a Dialetoлогия, a Sociolinguística, a Sócio-história Linguística, a Sociolinguística Paramétrica, a Teoria Gerativa, o Funcionalismo e outras de cunho descritivo-interpretativo e crítico textual (MATTOS e SILVA, 2000, p. 155-161).

Saber quando se pode dizer que surgiu o português brasileiro (PB), por apresentar diferenças em relação ao português europeu (PE), é um dos interesses dos estudos nesse viés de pesquisa. Para Tarallo (1991) e também Galves (1992), uma gramática mais própria do PB só emergiu no século XIX, apresentando as seguintes mudanças:

1. o rearranjo do sistema pronominal, abrindo caminho para objetos nulos e mais frequentemente sujeitos lexicais;
2. mudança nas estratégias de relativização como consequência da mudança do sistema pronominal;
3. reorganização dos padrões de ordem básica para a ordem SVO e o estreitamento da adjacência na marcação do caso acusativo;
4. diretamente ligados às anteriores, os padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas. (apud MATTOS e SILVA, 2004, p. 27)

As pesquisas voltadas para a sócio-história do PB procuram, entre outras coisas, oferecer aparatos para que se possam conjugar fatores externos aos internos para só então conseguir reconstituir o histórico da língua. Sendo assim, por meio da Sócio-História Linguística, poderia ser investigado se o PB se definiu somente na virada do século XIX para o XX, como afirma Tarallo, ou antes, ou seja, ainda no início de sua colonização.

Segundo Mattos e Silva (2004, p. 58), para recuperar a história do PB, seriam necessários estudos que atendessem a quatro campos de pesquisa:

- (a) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil;
- (b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica;
- (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro;
- (d) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro.

Esta pesquisa, integrada ao projeto *O conhecimento da realidade linguística e sociocultural da comunidade quilombola do povoado Muquém, da cidade de União dos Palmares – AL*, sob a coordenação da Profa Dra. Maria Denilda Moura, tenta apresentar contribuições para o projeto nacional PHPB, buscando informações que dizem respeito aos campos (a) e (b) descritos pela autora.

Sobre o primeiro campo, mais relacionado à história, os dados sobre o passado linguístico e sociocultural da comunidade foram coletados em livros, em documentos escritos e nos depoimentos dos moradores, uma vez que não há documentos escritos antigos que falem sobre a origem da comunidade. A comunidade é reconhecida como remanescente do Quilombo dos Palmares e se localiza no município União dos Palmares. Desse modo, procurou-se relacionar dados históricos de cunho demográfico, territorial e linguístico sobre os quilombos palmarinos e sobre a formação desse município alagoano com as informações orais dadas pelos moradores de Muquém.

O segundo campo, o da sociolinguística histórica, procura “estabelecer correlações entre fatos linguísticos e fatores sociais” para estudar a variação e os processos de mudança linguística (MATTOS e SILVA, 2004, p. 62). Nesta pesquisa, esse campo será utilizado para analisar a concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala dos informantes e verificar se está ocorrendo uma variação estável ou uma mudança em progresso.

1.2 Sociolinguística

Segundo Alkmin (2001, p. 28), “o termo Sociolinguística, relativo a uma área da Linguística, fixou-se em 1964”, no congresso organizado por Bright. O Congresso foi realizado na Universidade da Califórnia e contou com a participação de vários estudiosos que deram diversas diretrizes aos estudos sociolinguísticos como, por exemplo, Gumperz, Haugen, Labov, Hymes, Fisher e Rona.

Ainda segundo a autora (2001, p. 30), “é oportuno assinalar que o estabelecimento da Sociolinguística, em 1964, é precedido pela atuação de vários pesquisadores, que buscavam articular a linguagem com aspectos de ordem social e cultural”. Entre grandes representantes, encontram-se Meillet (1926), numa visão historicista, ao ver uma relação entre as mudanças nas estruturas sociais e as mudanças na linguagem; Hymes (1962), ao estabelecer relações entre língua e cultura, propondo a Etnografia da Fala, posteriormente Etnografia da Comunicação; e Labov (1962), ao estabelecer relações entre língua e sociedade, propondo, posteriormente, a Sociolinguística Variacionista.

Como se trabalham questões linguísticas e sociais dentro da própria Sociolinguística, há diferentes direções em relação aos seus estudos, porém, como pode ser visto adiante, o enquadramento das disciplinas (ou teorias) nessas direções acaba sendo conflituoso, principalmente pela utilização de uma mesma nomenclatura com sentidos diferentes. Alguns autores (BELL, 1976; HERNÁNDEZ-CAMPOY; ALMEIDA, 2005) apresentam duas direções que corresponderiam à Micro-sociolinguística e à Macro-sociolinguística. Como aponta Bell (1976, apud ELIA, 1987, p. 188):

A primeira ocupar-se-ia com as variedades decorrentes do uso de uma língua pelos sujeitos falantes [...], isto é, os *registros*, ao passo que a Macro-sociolinguística visaria antes ao estudo do indivíduo como membro do

grupo, o que seria função da sua idade, sexo, profissão, etnia. Ou seja, estudaria agora o *dialeto*, lato sensu. (grifos do autor)

De acordo com essa dicotomia, a Análise do Discurso, a Psicologia Social da Linguagem, a Etnografia da comunicação e a Linguística Antropológica corresponderiam à Micro-sociolinguística, enquanto que, a Sociologia da Linguagem, a Sociolinguística Variacionista, a Dialetoлогия e a Geolinguística corresponderiam aos objetivos da Macro-sociolinguística (HERNÁNDEZ-CAMPOY; ALMEIDA, 2005, p. 3).

As outras duas diretrizes, apontadas por autores como Dittmar (1981) e Coulmas (2002), também foram denominadas de Micro-sociolinguística e de Macro-sociolinguística, mas estariam representado, respectivamente, um sentido de “micronível” e de “macronível”. Também segundo Elia (1987, p. 188), “caberia ao primeiro o estudo das variedades linguísticas enquanto originadas no processo dinâmico da comunicação social, ao passo que no segundo seriam elas estudadas como sistemas sociais simbólicos em contato ou conflito”. Nessa visão, a Sociolinguística de Labov se enquadraria no micronível e a Sociologia da Linguagem, no macronível.

Segundo Labov (2008 [1972], p. 215-216), podem ser consideradas como áreas de estudo da Sociolinguística, tanto a Sociologia da Linguagem, que “lida com fatores sociais de larga escala e sua interação mútua com línguas e dialetos”; a Etnografia da fala, “que se preocupa mais com os detalhes da língua no uso real”, descrevendo e analisando os padrões de uso de língua e dialetos dentro de uma cultura específica; e a Sociolinguística Variacionista, que procura estudar a estrutura e a evolução da língua inserida no contexto social da comunidade de fala estudada.

A Sociolinguística, como grande área, defende a noção de língua inteiramente relacionada ao social e defende o estudo da língua usada em situações reais, como proposto pelo funcionalismo. Como aponta Coulmas (2002), essa teoria procura estudar a relação entre estrutura e funcionamento da língua e da sociedade. Para isso, busca meios para submeter o

social aos questionamentos científicos, tentando criar métodos que atendam aos objetivos da teoria, unificando questões linguísticas e sociais:

Um híbrido que se baseia na erudição linguística e sociológica, a sociolinguística combina um interesse em estruturas linguísticas com o reconhecimento de que examinar as dimensões sociais da língua exige métodos interpretativos que nos permitem compreender como a língua é reflexo de processos e de relações sociais e o que contribui para fazer a sociedade funcionar como funciona. (COULMAS, 2002, p. 2, tradução nossa)²

Segundo esse mesmo autor, para essa perspectiva, todas as línguas são heterogêneas e são faladas por pessoas que vivem em sociedade e, esta, como sabemos, possui uma natureza diversificada. A variação e a mudança, desse modo, se tornam pontos centrais para essa concepção de língua:

O conceito de língua sob o qual a sociolinguística é atribuída difere na maneira característica daquele da linguística formal. Ao invés de olhar a língua como uma estrutura fixa independente, a sociolinguística põe a mudança de língua e a variação no centro de suas deliberações. (COULMAS, 2002, p. 1, tradução nossa)³

A Sociolinguística apresenta um caráter interdisciplinar, visando integrar propostas teóricas e metodológicas de diversas áreas, com o objetivo de encontrar propostas que levem em consideração os aspectos do comportamento humano que influenciam a comunicação, aspectos como, por exemplo, classe social, gênero, idade, raça, etnia, redes sociais, grupos sociais, atitudes, identidade, política, ideologia, história, etc (HERNÁNDEZ-CAMPOY e ALMEIDA, 2005, p. 10).

² A hybrid that draws on both linguistic and sociological scholarship, sociolinguistics combines an interest in linguistic structures with the recognition that examining the societal dimensions of language requires interpretative methods allowing us to understand how language is reflective of social processes and relationships and what it contributes to making society work as it does. (Ibidem, p. 2)

³ The concept of language upon which sociolinguistics is predicated differs in characteristic way from that of formal linguistic. Rather than looking at language as a self-contained fixed structure, sociolinguistics puts language change and variation at the center of its deliberations. (Ibidem, p. 1)

Desse modo, por meio dessa proposta, os estudos sociolinguísticos trouxeram relevantes contribuições para a Ciência Linguística. Entre elas, como apresentado anteriormente, a confirmação de que a língua é heterogênea, mas possível de ser estudada sistematicamente; o desenvolvimento de métodos para se estudar a língua em uso, seja escrita ou falada; a importância de trazer os fatores externos como possíveis fatores explicativos para fenômenos linguísticos que não apresentavam explicações internas (ou linguísticas) e, por isso, eram considerados como variações livres, ou derivas⁴.

Entre as possíveis linhas de pensamento sociolinguístico, este trabalho adotou a Sociolinguística Quantitativa, também chamada de Sociolinguística Variacionista, que tem Labov como o seu precursor. Esse teórico foi orientado por Weinreich, na Universidade de Colúmbia, onde foi professor até 1970 e, atualmente, é Professor de Linguística da Universidade da Pensilvânia, Filadélfia.

Desde os estudos iniciais, por volta dos anos 60, ele buscou elaborar um modelo teórico-metodológico que correspondesse aos pressupostos da linha de pesquisa sociolinguística, firmada como uma área da Linguística no congresso organizado por Bright, em 1964.

Labov, como dito anteriormente, participou desse congresso que tinha como objetivo discutir estudos voltados para a relação entre língua e sociedade. Bright (1974), no capítulo introdutório do livro *Sociolinguistics*, que trazia os trabalhos apresentados no evento, tenta definir essa nova área de estudo. Para ele, uma ciência linguística deve demonstrar que a variação encontrada na língua não é “livre”, “mas correlacionada a diferenças sociais sistemáticas” (1974, p.18) e, como ele mesmo afirma, “a tarefa da sociolinguística é, portanto,

⁴ É importante lembrar que, como aponta Elia (1987, p.84, grifo do autor), “as variações individuais, as variações ditas livres, são linguísticas de pleno direito. Quando elas se somam através dos tempos e se tornam pertinentes por motivos estruturais, convertem-se em *distintivas* e, como tal, finalizam um percurso *linguístico*”.

demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção” (1974, p.17).

Antes mesmo desse encontro, Labov já apresentava nos seus trabalhos características dessa linha teórica que vê a relação entre língua e sociedade e que tenta encontrar sistematização nessa relação, como, em 1962, no trabalho sobre o inglês falado na ilha de Martha’s Vineyard, nos Estados Unidos.

Esse autor apresenta, então, uma proposta teórico-metodológica que considera o estudo da língua em seu contexto social, levando em conta fatores linguísticos e extralinguísticos; que adota a língua falada como objeto de estudo, baseando sua análise em dados coletados de vários indivíduos; e que mostra a possibilidade de sistematizar a variabilidade encontrada na língua, utilizando-se de uma análise quantitativa que apresenta resultados baseados em percentagem e probabilidade de uso das variantes.

Ao afirmar que existe variação na língua, Labov mostra que existem variantes, ou seja, formas diferentes de se dizer a mesma coisa, com mesmo significado e com mesmo valor de verdade, mas pelo fato de haver julgamento de valor, determinado socialmente, uma forma é tida como prestigiada e a(s) outra(s) acaba(m) sendo estigmatizada(s). Essa foi uma relevante constatação que vem contribuindo para o não preconceito linguístico e para a área da educação no sentido de compreender o porquê de alguns usos linguísticos dos alunos divergirem do considerado padrão.

Além do que foi exposto, na Sociolinguística são possíveis os estudos sincrônicos e diacrônicos para verificar a origem, a extensão e a propagação das formas variantes. Assim, Labov juntamente com Weinreich e Herzog (2006 [1975]) lançam a proposta de uma teoria da mudança linguística, mostrando a importância de se considerar os elementos internos e externos à língua envolvidos no processo de mudança a ser estudado.

Ao serem percebidos indícios de que há processos em mudança na fala da comunidade, o pesquisador passa a verificar o fenômeno levando em consideração outras questões teóricas e metodológicas, buscando uma melhor compreensão do processo e verificando se, de fato, constitui uma mudança.

Coan (2007, p. 14) ao falar sobre os princípios da mudança, afirma que:

Parece impossível, a partir da descrição de um estado da língua, captar o curso da mudança, mas, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), é possível apreender algumas restrições relativas à mudança e aos fundamentos empíricos subjacentes. O primeiro passo é ver a língua como dotada de heterogeneidade sistemática (parte da competência linguística do falante). O segundo passo é descobrir o mecanismo da mudança.

Segundo esses autores, apesar de a mudança ser um fenômeno de curso imprevisível, o estudo do seu mecanismo é possível porque há princípios reguladores como, por exemplo, o da uniformidade. Como mostra Monteiro (2000, p. 120), “segundo este princípio, as forças que atuam para produzir uma mudança linguística na atualidade são da mesma categoria e ordem de magnitude que as que têm atuado nos cinco ou dez mil anos passados”, por isso pode-se dizer que “o mecanismo é sempre o mesmo” e que pode ser investigado.

A descrição de estados da língua, como apontado na citação de Coan, seria importante, pois, além de apresentar as diferenças entre o passado e o presente, pode auxiliar na apreensão dessas restrições relativas à mudança e na compreensão de mudanças ocorridas no passado, observando o que pode, ou não, ainda estar ocorrendo no presente.

Para a investigação desse mecanismo na perspectiva variacionista, alguns *princípios empíricos* são importantes e devem ser observados como o dos *fatores condicionantes*, combinação entre fatores linguísticos e sociais; *transição*, difusão de variantes na sociedade; *encaixamentos linguístico e social*, como uma mudança se encaixa no sistema linguístico e na matriz social; *avaliação*, julgamento das variantes pelos falantes que pode levar à mudança ou

à variação estável e; *implementação*, como o fenômeno passa a fazer parte da estrutura sociolinguística e deixa de ser visto como mudança.

As análises em *tempo real* e em *tempo aparente* surgem como metodologias utilizadas pelos sociolinguistas para verificar se um fenômeno em uma dada comunidade se caracteriza como uma mudança em curso ou uma variação estável, em que não há uma substituição de uma variante por outra e que as diferenças de uso acabam caracterizando grupos sociais, regiões, oralidade vs. escrita etc.

No estudo em tempo real a fala de uma dada comunidade é comparada observando-se “pontos diferentes no tempo”, podendo ser de dois tipos: tendência e painel. O primeiro se utiliza de amostras aleatórias de uma mesma comunidade em tempos diferentes, já o segundo se utiliza de um mesmo grupo de falantes “para comparar sua fala em momentos distintos de sua vida” (HERNÁNDEZ-CAMPOY & ALMEIDA, 2005, p. 41-44).

O método para o estudo de mudança em tempo aparente, adotado por esta pesquisa, vai ter o fator idade como foco de observação e vai investigar a fala de pessoas mais idosas e das pessoas mais jovens de uma mesma comunidade, fazendo comparação entre essas falas e verificando as diferenças linguísticas (*idem*).

1.3 Contexto histórico, demográfico e social da formação do português brasileiro

Compreender uma língua e principalmente conhecer a sua formação inclui um bom conhecimento sobre suas questões externas, sobre a história pela qual seus usuários passaram e fizeram a língua passar. Desse modo, compreender melhor o português do Brasil (PB)

significa buscar informações históricas, sociais, demográficas durante sua formação desde seu início até os dias atuais.

Segundo Tarallo (1990), a língua portuguesa é uma das línguas românicas, que resultou da evolução do latim vulgar falado no noroeste da Península Ibérica. As línguas nativas dessa região perderam território para o latim durante as Guerras Púnicas (a partir do século II a.C.). Mesmo com a invasão de parte da região pelos germânicos (século V d.C.) e pelos islâmicos (século VIII d.C.), o latim continuou sua evolução, porém, “já muito distanciado de suas origens e regionalmente diversificado” (CÂMARA JÚNIOR, 1975, apud TARALLO, 1990, p. 82-83). A partir desse momento, o latim passa para um outro estado de língua, denominado romanço (romance), estado intermediário entre o latim de origem e as novas línguas. A região reconquistada pelos romanos passa a ser denominada Península Hispânica e a ser dividida em reinos: de Leão, de Castela e do Porto (Portucale). Foi neste último que teria se desenvolvido a língua portuguesa.

Segundo Cardeira (2006, apud MATTOS E SILVA, 2006c, p.3), o território português era diversificado política e linguisticamente:

O traçado do mapa linguístico de Portugal continental espelha até hoje, estas diferentes estratégias de repovoamento. A norte, a fronteira política imposta a uma população antiga, estável e densa, não conseguiu quebrar uma antiga unidade linguística nem nivelar a riqueza dialectal que a estabilidade, a densidade e a antiguidade justificam. A nordeste, o Mirandês testemunha a ligação a Leão. No Centro e Sul, territórios de colonização, e mistura de populações, vindas quer de norte quer de oeste, transportando consigo uma diversidade de variedades linguísticas, materializa-se no nivelamento dialectal e na apetência para a inovação.

Como apresentado por Mattos e Silva (2006c), o empenho na expansão do território português se inicia com o reinado de Afonso Henriques, no século XII e se propaga a partir de 1415, “com a tomada de Ceuta”, em 1418, com a colonização de Madeira. As expedições tinham como objetivo chegar às Índias, mas em 1500 chegaram ao Brasil. Todo esse interesse

tem como motivo a questão econômica e a difusão da fé, mas também começa a se difundir a língua portuguesa, que acabou enriquecendo, “pelo menos, o seu acervo lexical com empréstimos tomados a línguas da África e da Ásia. Nesse período, também se deu início à formação dos crioulos, que têm como basileto a língua portuguesa” (MATTOS E SILVA, 2006c, p. 4).

O PE trazido ao Brasil já carregava essas características de diversidade dialetal e de empréstimos de outras línguas. Além disso, segundo Naro e Scherre (2007, p. 27), os portugueses já teriam desenvolvido um tipo de estratégia para a comunicação com estrangeiros, um sistema denominado “língua de preto”, e que não seria o PE usado em Portugal. Segundo os autores, essa estratégia foi desenvolvida a partir da experiência adquirida nas Cruzadas (na Idade Média) e na colonização de regiões da Ásia e da África.

Mas, no Brasil, o PE (ou até mesmo a estratégica “língua de preto”) não “conseguiu” se impor inicialmente. A língua portuguesa só passou a se espalhar entre a população brasileira em meados do século XVIII, quando a “língua geral” de base tupi passa a ser proibida. Havia, desse modo, um quadro de multilinguismo nos séculos iniciais do Brasil colonial. Além do PE e das línguas indígenas, ainda estavam presentes as línguas africanas.

É difícil precisar (cronologicamente) quando o português falado no Brasil deixa de ter parte das características do PE e passa a ser visto como PB. A hipótese de Tarallo (1991) é que uma gramática mais própria do PB só tenha emergido no século XIX. Mas vale ressaltar que algumas diferenças entre PE e PB estão sendo estudadas e parecem bem consistentes como: aspectos fonéticos (no PB são realizadas as vogais pretônicas e as postônicas); aspectos prosódicos ou supra-segmentais; aspectos sintáticos (colocação dos pronomes clíticos e sistema pronominal) e aspectos lexicais (MATTOS E SILVA, 2006c, p. 04). Porém, existem outras questões que ainda não estão esclarecidas como a da variação de concordância.

Para Lucchesi (2002; 2008; LUCCHESI; BAXTER, 2006), por uma série de fatores como a do multilinguismo e das estratégias extrativistas e agro-pastoris, em que os centros urbanos localizados no litoral pouco exerciam influência nas outras regiões do país, a história do PB é vista com um processo complexo e polarizado, ficando de um lado as normas cultas (variáveis) e de outro as normas populares (também variáveis):

Enquanto a elite colonial estará fortemente ligada aos padrões linguísticos da Metrópole portuguesa, nos demais segmentos da população brasileira, as línguas gerais indígenas e as línguas francas africanas estarão sendo progressivamente substituídas por variedades profundamente alteradas da língua portuguesa. (LUCCHESI, 2002, p. 03).

O PPB apresenta essas normas populares variáveis. Segundo Mattos e Silva (2004), o PPB é uma modalidade da língua portuguesa que carrega traços do PGB falado pela grande parte da população na época colonial formada por escravos e por aqueles não pertencentes à elite portuguesa.

Para tentar compreender melhor as diferenças entre PE e PB e para conhecer a sócio-história das modalidades do PB, é necessária uma organização nacional, pois algumas diretrizes, como foram comentadas no tópico deste capítulo *1.1 A Sócio-História Linguística*, devem ser seguidas para analisar os muitos fenômenos linguísticos possíveis. Cada trabalho nessa área contribui para que se possa chegar a uma visão maior do PB.

A possível contribuição desta dissertação à equipe regional de Alagoas nesse projeto nacional será o estudo sobre a variação de concordância nominal entre sujeito e predicativos do sujeito na língua usada pela comunidade quilombola Muquém, além da busca por informações sócio-históricas e linguísticas sobre o presente e o passado da comunidade, fazendo referências ao período da colonização do Brasil, uma vez que ela é considerada remanescente do Quilombo dos Palmares.

Mas, antes de falar mais especificamente sobre o quilombo e sobre a comunidade descendente, é importante fazer um apanhado sobre o contexto histórico, demográfico e social da formação do PB, afinal, toda essa contextualização oferece mais subsídios para o entendimento do fenômeno estudado, da vida quilombola e do porquê de algumas comunidades apresentarem determinadas características.

Na busca pela história do PB, alguns pesquisadores como Mattos e Silva (2004, 2006a, 2006b) e Bonvini (2008) vêm tentando organizar e reunir informações que possam contribuir para pesquisas direcionadas ao conhecimento dessa linha de pesquisa. Muitas dessas informações foram coletadas em trabalhos como o de Silva Neto (1950; 1960), Houaiss (1985), Mussa (1991) e Ribeiro (1995) e serão também recuperadas nesta dissertação.

A seguir, serão apresentadas informações de diversos estudiosos que contribuíram para essa linha de investigação sócio-histórica e linguística e sobre aqueles que tiveram uma participação maior na formação do português, inclusive em Alagoas, como os índios, os portugueses e os negros africanos.

1.3.1 A presença indígena

Sobre a presença indígena, no capítulo quatro do livro *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, Mattos e Silva (2004) começa seu texto fazendo reflexões sobre a quantidade de línguas indígenas que poderiam ter existido no período inicial da chegada dos portugueses. Apesar da discrepância entre a possibilidade de 340 línguas propostas por Rodrigues (1986, p. 19) e a de 1.500 línguas proposta por Houaiss (1985, p. 100, apud MATTOS E SILVA, 2004, p. 76), a autora afirma que não se pode negar a

existência de um grande número de línguas indígenas, apontadas pelos próprios desbravadores como, por exemplo, Pe. Antônio Vieira.

Por meio das descrições desses primeiros observadores, podem ser feitas conjecturas sobre as línguas existentes, quais seriam as línguas gerais e o destino delas. Mas, como aponta Mattos e Silva, a questão da língua geral no período colonial do Brasil é um tanto problemática, uma vez que poderiam ter existido línguas gerais “descendentes do encontro do português europeu e de línguas da família tupi-guarani”, como a paulista, do tronco tupi, e a amazônica, do tronco tupinambá, destacadas por Rodrigues (1986, p. 99-109); e, possivelmente, no nordeste, a kariri (do tronco macro jê), como aponta Houaiss (1985, p. 49-50, apud MATTOS E SILVA, 2004, p. 15), não havendo, desse modo, apenas uma língua geral.

Outro ponto problemático, referente ao conceito de língua geral, é que essa expressão poderia estar se referindo tanto às línguas gerais indígenas como também ao português geral brasileiro (PGB), “[...] um português simplificado, com interferência de línguas indígenas e também de línguas africanas” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 81).

Ainda não se sabe por quanto tempo essas línguas gerais indígenas foram usadas para a comunicação entre brancos, índios e, posteriormente, negros africanos, mas, como mostra a história, a convivência mais “pacífica” entre brancos e índios durou apenas nos anos iniciais, findando quando os portugueses começaram a usá-los como escravos.

Calcula-se que, antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a população indígena correspondia a cinco milhões. Por volta de 1550, boa parte dessa população já havia sido dizimada, como comenta Linhares (1994), ao falar sobre a diversidade de línguas e culturas indígenas atualmente e na época colonial:

É no Brasil que se encontra a maior variação genética das Américas. Essa diversidade deveria ser ainda mais significativa na época colonial, pois o Pe. Antônio Vieira, que, a partir de 1653, tornou-se responsável pela proteção

dos índios do Maranhão e Pará, calculou que, somente na primeira metade do século XVI, foram exterminados mais de 2.000.000 de índios e desapareceram mais de 500 aldeias (LINHARES, 1994, apud LEITE e FRANCHETTO, 2006, p. 25).

Os índios litorâneos, que resistiam ao cativo, tiveram que suportar a morte de seus companheiros, causada pela escravidão imposta. Na tentativa de fugir desse sistema, os poucos que resistiam tiveram que se refugiar no interior do país, levando suas línguas e culturas. Mas, não durou muito tempo para que os portugueses conhecessem o interior do país.

Os índios, desse modo, ainda tiveram que enfrentar as perseguições das “entradas”, grupos formados por padres jesuítas, com o objetivo de conhecer as línguas indígenas para catequizar os índios, e por portugueses, que buscavam descobrir novas terras e possíveis riquezas naturais; e, posteriormente, no século XVII, as perseguições das “bandeiras”, formadas por europeus e seus descendentes, nascidos no Brasil, e escravos capturados (índios e africanos) que, de modo geral, visavam encontrar metais preciosos e também destruir possíveis quilombos encontrados.

Relacionada a todos esses fatos, como apontado por Leite e Franchetto (2006, p. 26), havia uma política de homogeneização por parte dos portugueses no período colonial. Primeiramente, tentaram minimizar a diversidade linguística, propondo como língua geral a de base tupinambá, justificado por ser “a mais comum” e “usada por um maior número de falantes”, inclusive foi sobre essa língua que Anchieta escreveu, em 1595, a *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*.⁵

Outra medida tomada para também minimizar a diversidade, apontada pelas autoras, foi a de estabelecer dicotomias que provocassem um julgamento de valor; de um lado, o

⁵ ANCHIETA, J., Pe. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1980. Edição fac-similada de 1595.

colonizador; de outro, o colonizado; língua boa vs. língua ruim; índios mansos vs. índios bravos; tupi vs. tapuia. Desse modo, se fazia um caminho em busca da homogeneização:

A política posta em prática pelos jesuítas, com o apoio da Coroa, tirou dos índios seus costumes, suas terras, sua cosmologia, sua música e sua língua. A uma diversidade condenada, impôs-lhes uma homogeneização, cujo objetivo era manter a unidade do território conquistado. (Leite e Franchetto, 2006, p. 26)

O apoio português dado às ações dos jesuítas, porém, foi eliminado por volta da metade do século XVIII. Tal ação fazia parte das decisões tomadas pelo Marquês de Pombal, que também havia decidido prender alguns jesuítas e proibir o uso e o estudo de línguas indígenas.

As perdas relacionadas às diversidades étnicas e linguísticas desses povos indígenas estão diretamente relacionadas a esses fatos históricos. Assim, como aponta Mattos e Silva (2004), a língua de base indígena não conseguiu ser a língua oficial e nem os indígenas conseguiram difundir suas línguas.

A presença indígena, no entanto, pode ser vista no português brasileiro principalmente por meio do léxico, uma vez que são várias as palavras de origem indígena pertencentes ao vocabulário do PB e, segundo Bonvini (2008, p. 103), o número de termos de origem indígena ultrapassa o de termos de origem africana.

1.3.2 A presença portuguesa

Quando se pensa na participação europeia para a formação do Brasil, destaca-se, sem dúvida, a presença portuguesa. Como aponta os dados de Mussa (Tabela 1, p.42), apresentados no próximo tópico, a vinda de europeus para o Brasil esteve ativa em toda a

história brasileira, representando, em relação à população total do país, 30%, entre 1538 e 1600; 25%, entre 1601 e 1700; 22%, entre 1701 e 1800; 14%, entre 1801 e 1850; e 17%, entre 1851 e 1890.

Essas vindas estiveram relacionadas às necessidades de organização da colônia. Primeiramente, entre o século XVI até meados do século XVII, houve a necessidade de um contingente para cuidar da produção de açúcar nos engenhos, principalmente, de Pernambuco e da Bahia. Logo em seguida, no final do século XVII, os portugueses foram necessários e tiveram interesse de cuidar do processo de busca pelo ouro. Em 1808, a vinda da família real para o Brasil também incentivou um grande contingente de portugueses. E, no final do século XIX, devido à necessidade de mão-de-obra, muitos emigrantes oriundos de Portugal se mudaram para o Brasil.

A língua portuguesa, dessa forma, também esteve presente em toda essa história da nação brasileira. Conhecer as características dessa língua e de seus falantes pode ser um fator de auxílio para compreender a língua portuguesa usada na colônia.

Silva Neto (1950; 1960) tentou descobrir a proveniência dos portugueses colonizadores. Mas, diante das dificuldades de se encontrar comprovações, não foi possível determinar de quais regiões e de quais classes sociais os colonizadores portugueses faziam parte. Entretanto, por meio de documentos escritos por alguns dos viajantes, presume-se que havia portugueses de diferentes regiões, mas, provavelmente, a maioria vinha da região noroeste, uma região densamente povoada.

Também relacionada aos portugueses no Brasil havia diversidade de classes sociais e de variedades dialetais, provocando o que Silva Neto denominou de uma “*koiné*” niveladora, um convívio de diferenças que levou a uma língua comum.

Sobre Portugal, um dado importante de ser considerado é o da existência de grande montante de não letrados, isso porque o letramento em Portugal só começou “a difundir-se no

século XVI, primeiro século da colonização brasileira” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 74), pois, antes disso, o latim era a língua da escrita e ensinada a poucos.

No Brasil, até meados do século XVIII, era largo o uso da língua geral indígena, principalmente no meio rural. Porém, em 1757, Marquês de Pombal oficializa o português como língua da colônia, obrigando o seu uso na documentação oficial, implementando seu ensino no Brasil, mas feito por leigos, depois da expulsão dos jesuítas, e proibindo o uso da língua geral, em 1758 (MATTOS E SILVA, 2004, p. 20-21).

Dessa forma, com o incentivo à escolarização e com a vinda contínua de portugueses para o Brasil, devido a necessidades políticas e econômicas, a língua portuguesa falada pelos portugueses e seus descendentes no Brasil, ou seja, a língua “cultura”, se distanciou do PGB, modalidade popular falada por africanos, afro-descendentes e índios brasileiros.

Segundo Lucchesi (2008, p. 148-149), tal realidade linguística proporcionou a existência de dois sistemas heterogêneos, ficando, de um lado, as normas cultas, usadas por falantes escolarizados e de classe média e alta e, de outro, as normas populares, utilizadas por grande parte da população.

Para o autor, a norma culta, principalmente a partir do início do século XX, passou a apresentar diferenças em relação ao português europeu. A norma popular, no entanto, seguiu um processo de nivelamento à norma culta, influenciado pelos centros urbanos e pelos meios de comunicação. Vale ressaltar que, como aponta Mattos e Silva (2006b, p. 231), esse processo é de convergência, “mas com nítidas diferenças quanto aos padrões de uso, demonstradas pelos estudos quantificados dos sociolinguistas variacionistas, e quanto ao sistema de valores que subjaz a eles”.

Como demonstrado pela autora (2004, p. 141-147, sic), algumas diferenças entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE) podem ser vistas principalmente nos aspectos fonético (cf. em 3a), sintático (cf. em 3b) e lexical (cf. em 3c):

(3) a) Aspecto fonético:

- i. vogais em posição acentuada: no PB não se faz, mas no PE se faz a oposição entre /a/, vogal central recuada, e /α/, não recuada, em casos como: *trabalh/a/mos* (no presente) vs. *trabalh/a/mos* (no pretérito perfeito);
- ii. sistema vocálico não-acentuado: no PB as vogais pré- e pós-acentuadas são perceptíveis /i e ε a o ɔ u/, no PE as vogais são centralizadas ou alteadas /i ə α u/;
- iii. consoantes em posição final: no PB ocorre um enfraquecimento, enquanto no PE apresenta uma “articulação forte”, como, por exemplo: *anima/l/* no PE, *anima/ɥ/* e *anim/a/* no PB;
- iv. palatalizações de dentais seguidas de semivogal ou vogal anterior: no PE não ocorre esse tipo de palatalização; no PB essa palatalização ocorre em algumas regiões, não sendo geral, em casos como: /ʎ/ia, /d/ia, den/ʎ/e, on/d/e, também em certas regiões ocorre a palatalização “quando a semivogal anterior palatalizadora precede a consoante dental”: *o/tʃ/o* (oito) e *pe/tʃ/o* (peito).

b) Aspecto sintático:

- i. sistema pronominal em geral: redução no paradigma flexional número-pessoa do verbo, no PB é possível identificar paradigmas com quatro (*eu falo; ele, você, a gente fala; nós falamos; eles falam*), três (*eu falo; ele, você, a gente fala; eles falam*) e até duas posições (*eu falo; ele, você, a gente, eles, vocês fala*); por conta dessa redução, o preenchimento do sujeito pronominal se faz mais necessário no PB do que no PE; no PB ocorre uma tendência à diminuição do uso de pronomes complementos clíticos (principalmente *o, a, os, as*), sendo substituídos por sintagma nominal pleno (“Eu vi seu filho lá”), pronome sujeito correspondente (“eu vi ele lá”) ou apagamento do pronome complemento (“eu vi lá”); no PB, assim como no PE, há variação da concordância de número no interior do sintagma nominal.

c) Aspecto lexical: tanto o PB quanto o PE adotaram palavras de outras línguas, apresentando, porém, algumas diferenças no uso lexical.

1.3.3 *A presença africana*

O contato dos portugueses com os africanos não foi iniciado por conta da necessária mão-de-obra no Brasil, que teve como uma das principais causas a dificuldade em relação ao trabalho indígena. Antes disso, já se tinha conhecimento do contato dos portugueses com esses e outros povos. Sobre isso, Naro e Scherre (2007, p. 26) afirmam que:

Durante a Idade Média, os portugueses participavam das chamadas Cruzadas, o que implicava contato direto com diversos povos da Europa, do Norte da África e do Oriente Médio. No século XV, chegaram a conquistar diversas cidades no Norte da África, onde estabeleceram verdadeiras colônias, estendidas, mais tarde, à África Ocidental, abaixo do Saara.

O contato dos africanos com a língua portuguesa, desse modo, já existia, pelo menos no século XV, na região norte da África. Para muitos daqueles que foram trazidos para o Brasil, por meio do tráfico iniciado em meados do século XVI, o contato com a língua portuguesa passou por todas as etapas do processo de exploração do regime escravagista.

Os africanos eram capturados e transportados até a costa angolana pelos “pombeiros”, homens contratados pelos comerciantes do litoral angolano e que, muitas vezes, trocavam mercadorias por escravos. Na costa, os cativos eram destinados a servir aqueles que haviam contratado os serviços dos pombeiros ou eram destinados à exportação. Segundo Bonvini (2008, p. 31), havia três pontos principais por onde os escravos eram encaminhados:

Da região ao norte do Rio Congo (ex-Zaire), por Loango e pelos portos vizinhos de Malemba e Cabinda; do Congo, pelo porto de Pinda na foz do rio; de Angola, por Luanda (Randles, 1968:177). A esses portos, é preciso acrescentar também o de Benguela.

Em Souza (2006, p. 82), podem-se ver algumas das rotas apontadas por Bonvini e as regiões do Brasil às quais os escravos eram levados:

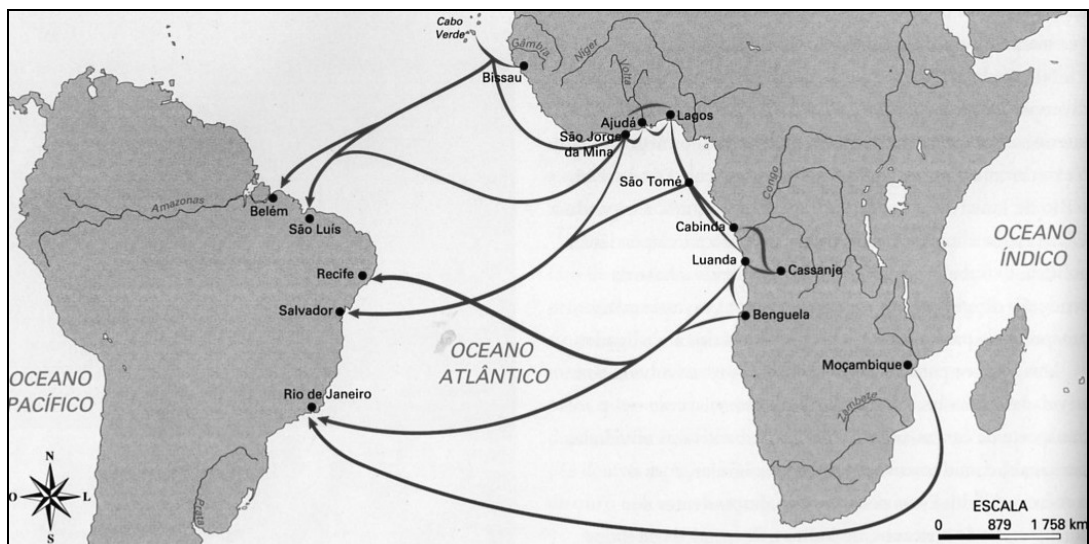


FIGURA I: Rotas do tráfico negroiro

Enquanto aguardavam a viagem, os escravos ficavam nos chamados “barracões”, localizados no Congo (próximo a Cabinde ou Cabinda), em Angola (na atual capital Luanda) e em Benguela, ou nos porões dos navios negreiros que seriam conduzidos para o Brasil. Todos sob os “cuidados” dos portugueses. Como mostra o mapa acima, Recife (território ao qual Alagoas pertencia) teria recebido um maior número de africanos vindos dos portos de Luanda e Benguela, regiões de línguas do tronco Banto.

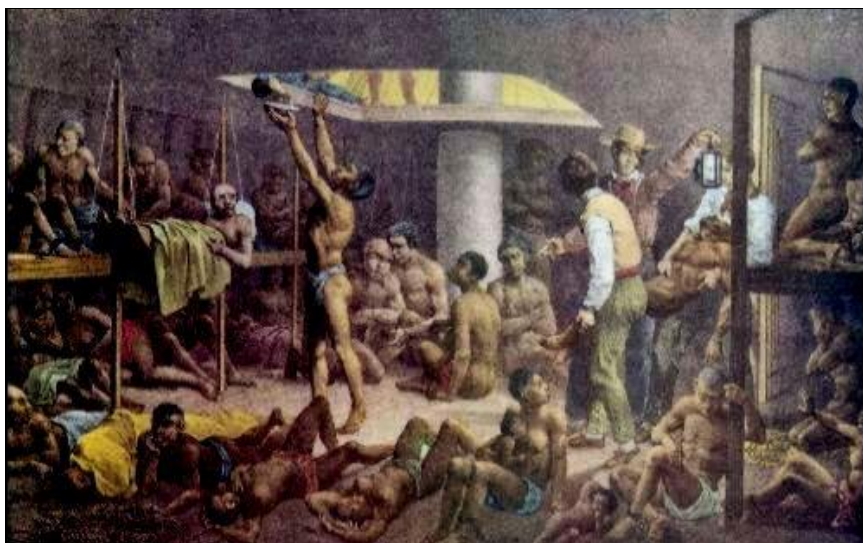


FIGURA II: Obra de arte “Navio Negroiro”, de Di Cavalcante

Somado a esse período de espera, os africanos também “conviviam” com os portugueses e sua língua por todo o tempo em que as viagens duravam até a chegada aos portos do Brasil. Sobre a duração das viagens, Bonvini (2008, p. 32) destaca que de Luanda para Recife durava trinta e cinco dias e para o Rio de Janeiro, dois meses.

Convém lembrar que os capturados eram estrategicamente separados. Um fator essencial para essa divisão era o da língua falada por eles. Assim, colocando juntos os africanos falantes de línguas diferentes, estes teriam dificuldades para se comunicar e os portugueses evitariam problemas com possíveis motins.

Bonvini (2008) afirma, apoiado em alguns estudiosos, que mesmo havendo essa diferença, poderiam ter surgido línguas veiculares (LVs) africanas, uma vez que as línguas eram “tipologicamente próximas”. O *quimbundo*, por exemplo, poderia ter se tornado a língua veicular (LV) dos africanos, já que havia sido adotada por Angola como LV e era “falada em Luanda e ao longo do rio Cuanza até sua foz” (Bonvini, 2008, p. 32).

Ao falar sobre a população no Brasil, entre 1538 e 1890, Mattos e Silva (2004, p. 101) apresenta uma tabela retirada da obra de Mussa. Como se pode ver abaixo, esta tabela oferece um panorama sobre aqueles que participaram da formação da população brasileira:

Tabela I: Formação da população brasileira segundo etnias

	1538 – 1600	1601 – 1700	1701 – 1800	1801 – 1850	1851 – 1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	–	20%	21%	19%	13%
mulatos	–	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	–	5%	10%	17%	24%
européus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa, 1991, p. 163.

Apenas no primeiro momento, de 1538 a 1600, a população indígena foi predominante em relação à população europeia e africana, correspondendo a 50% da população total. Mas, nos momentos seguintes, houve uma queda brusca, comprovando o que foi escrito pelo Pe. Antonio Vieira sobre o grande número de índios exterminados ainda no início da colonização.

A população europeia também teve o número reduzido durante o período escravista. Apesar de essa população ter ficado em 30% no momento inicial, apresentando quedas nos períodos seguintes (25%, 22% e 14%), chegou aos 17% no final do século XIX, por conta da chegada de emigrantes europeus, além dos asiáticos no fim do período escravista. Enquanto isso, a população branca brasileira, descendente dos europeus, subiu naturalmente de 5%, de 1601 a 1700, para 24%, de 1851 a 1890.

Já a população africana e afro-descendente, formada por negros brasileiros e mulatos, manteve-se como maioria em praticamente todo o período, permanecendo em 60%, em média, da população total no Brasil.

Outra tabela retomada pela autora se refere à distribuição da população escrava por região, em 1819:

Tabela 2: Distribuição da população escrava por região

Regiões	1819 / população escrava
Norte	27,3%
Nordeste	33,0%
Leste	28,1%
Sul	28,9%
Centro-oeste	40,7%
<i>Média</i>	30%

Fonte: adaptação de K. Mattoso 1990, p. 65

Sobre a tabela, Mattos e Silva (2004, p. 104) afirma que os dados não incluem os livres de cor, mas mostram que “ao fim da colonização, há uma distribuição geográfica

equilibrada da população escrava no Brasil, no contexto de uma dinâmica social, por um lado, própria a cada região, por outro, no geral do Brasil”.

A predominância da população africana e a mobilidade dessa população, estabelecida segundo as necessidades econômicas do período colonial e pós-colonial, podem confirmar a proposta da autora sobre terem sido os africanos os principais responsáveis pela difusão do português geral brasileiro (PGB) que posteriormente geraria o português popular brasileiro (PPB) em todas as regiões do país e representado, principalmente, pelas comunidades rurais e pelos que não tiveram tanto acesso ao português tido como culto ensinado nas escolas.

Tais fatos contribuíram para que houvesse, além da variação, uma oposição entre o que hoje denominamos português culto e português popular, intensificada pela escolarização ou pelo não acesso a ela (LUCCHESI, 2006).

Sobre a escolarização no Brasil, segundo Mattos e Silva (2004, p. 130), ainda não há um estudo aprofundado. Mas, de acordo com alguns dados, a autora mostra que, no fim do século XVIII, apenas 0,5% da população era letrada (HOUAISS, 1985); em 1872, dados do primeiro censo oficial do Brasil mostravam que somente 16,8% da população entre 6 e 15 anos frequentavam a escola e, no nível secundário, os alunos correspondiam a menos de 12 mil, de uma população de 4.600.000, enquanto isso, havia 8.000 pessoas com o ensino superior; em 1920, os escolarizados chegaram a 25% (RIBEIRO, 1999), porém, nos anos 1990, somente 10% obtiveram o nível superior de ensino.

Pode-se dizer que, auxiliado por esses dados apresentados acima, ou seja, demográficos, econômicos e escolares, os africanos e os afro-descendentes foram peças fundamentais para a formação social do Brasil e também para a difusão oral do português popular por todo o país.

Sendo assim, todos os dados mostram que a formação do Brasil ocorreu por meio do contado entre povos, mas pode-se dizer que o negro teve uma participação muito significativa

para a formação social e linguística do Brasil, como aponta Ribeiro (1995, p. 166 e 220, apud MATTOS e SILVA, 2004, p. 83):

Concentrando-se em grandes massas nas áreas de atividade mercantil mais intensa, onde o índio escasseava cada vez mais, o negro exerceria um papel decisivo na formação da sociedade local. *Seria, por excelência, o agente de europeização que difundiria a língua do colonizador* e que ensinaria aos escravos recém-chegados as técnicas de trabalho, as normas e valores próprios da subcultura a que se via incorporado (p.166, grifos da autora).

A luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel participante legítimo na sociedade nacional. Nela se viu incorporado à força. Ajudou a construí-la e, nesse esforço se desfez, mas, ao fim, só nela sabia viver, em razão de sua total desafricanização. (p. 220, grifos da autora)

Como apontado por alguns autores, foi por meio da oralidade que aspectos sintáticos, fonético-fonológicos e lexicais das várias línguas africanas foram se integrando e dando ao português o caráter brasileiro.

Sobre a possível presença africana no aspecto sintático, pode-se citar a variação de concordância nominal de número e de gênero no interior de sintagmas nominais, como, por exemplo, em (4a) e em (4b); em estruturas de predicativos, cf. em (5a) e (5b) e de participios passivos, cf. (6a) e (6b):

- (4) a) *as casas; os meninos, os livros.* (exemplo nosso)
 b) *as casaØ; os meninoØ, os livroØ.* (PESSOA de CASTRO, 2005, p. 9)
- (5) a) *As festas de Santo Antônio aqui eram muito boas para nós.* (exemplo nosso)
 b) *“As festa Santo Antoim aqui era muitcho bom pra gente”* (SILVA, 2007, p. 76).
- (6) a) *A associação foi fundada ...* (exemplo nosso)
 b) *“A associação... foi fundado... eu nem sei mais!”* (LUCCHESI, 2008, p. 156).

Segundo Pessoa de Castro (2005, p. 09-10), a marcação de plural apenas no primeiro elemento do sintagma nominal e a não-concordância de gênero podem ser reflexos de características das línguas africanas à estrutura do PB:

1. Não há de ser por mero acaso ou seguindo apenas a deriva interna da própria língua portuguesa que, na linguagem popular e descontraída do falante brasileiro, a tendência é assinalar o plural dos substantivos apenas pelos artigos que sempre os antecedem, a exemplo de se dizer *as casa, *os menino, *os livro, segundo o padrão do plural dos nomes, **feito por meio de prefixos nas línguas bantos.**

2. **As línguas africanas também desconhecem a marca de gênero**, como em português padrão, a/o (menina x menino), o que pode contribuir para explicar melhor a instabilidade de gênero dos nomes (* minha senhor) que por vezes é observada no cancionário português antigo e também ocorre na linguagem popular e na fala do “preto-velho”, entidade muito popular na umbanda, tida como negros muito idosos que viveram o tempo da escravidão no Brasil. (grifos nossos)

Porém, é importante ressaltar que não se assume nesta dissertação que as Línguas Africanas (LAs), de modo geral, desconhecem a marca de gênero, uma vez que ainda há muito a ser pesquisado sobre essas línguas. Mas, é possível que algumas delas tenham características diferentes para essa relação de concordância de gênero e possam ter atribuído um novo padrão ao português, caracterizando a sua modalidade popular, o PPB.

Para essa autora, alguns aspectos fonético-fonológicos do PB também podem estar relacionados à presença africana:

1. A tendência do falante brasileiro em omitir as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais, *falá, *dizê, *Brasiu, coincide com a estrutura silábica das palavras em banto e em iorubá, que nunca terminam em consoante.

2. Ainda de acordo com a estrutura silábica dessas línguas, onde não existem encontros consonantais, como ocorre em português, também se observa, na linguagem popular brasileira, a tendência de desfazer esse tipo de encontro, seja na mesma sílaba ou em sílabas contíguas, pela intromissão de uma vogal entre elas, que termina por produzir outra sílaba, a exemplo de *saravá para salvar, *fulô para flor. (2005, p. 10-11)

Em relação ao aspecto lexical, pode-se dizer que foi o de maior contribuição. Ainda segundo a autora (2005, p. 9), encontram-se inúmeros aportes lexicais, subdivididos em:

- (i) os que conservaram a forma e o significado originais, como, por exemplo, *samba, xingar, muamba, tanga, sunga, jiló, maxixe, candomblé, umbanda, berimbau, maracutaia, forró, capanga, banguela, mangar, cachaça, cachimbo, fubá, gogó, agogô, mocotó, cuíca, lenga-lenga, Ganga Zumba*;
- (ii) os que tomaram um sentido especial, como *mãe-de-santo* (ialorixá), *despacho* (ebó), *terreiro* (casa de candomblé);
- (iii) os híbridos, que são compostos de um elemento africano e um ou mais elementos do português: *bunda-mole, espada-de-ogum, limo-da-costa, pó-de-pemba, cafundó de Judas*, e outros derivados como: *molecagem, xodozento, cachimbada, forrozeiro, sambista, encafifado, capangada, caçulinha, dengoso, bagunceiro*.

1.3.3.1 As línguas africanas no português do Brasil

A recuperação de informações sobre a proveniência dos africanos trazidos para o Brasil e, conseqüentemente, sobre as línguas usadas por eles, sejam as veiculares ou nativas, é feita principalmente por meio de dados indiretos, coletados em obras e documentos com objetivos diversos.

Bonvini (2008) tenta recuperar alguns dados e traz consideráveis informações sobre as línguas africanas que poderiam estar relacionadas àqueles africanos trazidos para o trabalho escravo no Brasil.

Segundo o autor, as línguas faladas no continente africano representam quase um terço das línguas faladas no mundo, correspondendo, segundo inventário da *Ethnologue* (GORDON, 2005), ao número de 2092. As línguas atualmente encontram-se divididas em quatro troncos linguísticos⁶, sendo eles o nigero-congolês (1495 línguas), o afro-asiático (353 línguas), o nilo-saariano (197 línguas) e o coissan (22 línguas).

As línguas africanas que poderiam ter sido atingidas pelo tráfico, no entanto, não abrangem todas do inventário. Durante a captura de escravos, o interior do território africano ainda era desconhecido por conta dos obstáculos naturais. Os portugueses, dessa forma, prevaleciam na região litorânea e seu sistema escravagista atingia as áreas oeste-africana e austral, predominantemente do subgrupo *banto*⁷ (identificados por letras, representando as zonas geolinguísticas, e por números, representando o grupo de línguas). No quadro a seguir, encontram-se as línguas africanas correspondentes a essas regiões:

Quadro II: Línguas africanas atingidas pelo tráfico

Área oeste-africana	Área austral ⁸
<i>atlântica</i> : fula (fulfulde), uolofe, manjaco, balanta.	H. 10 congo (quicongo): quissolongu, quissicongo (quissangala), quizombo, quissundi, quivili, iuoio (fiote), quiombe.
<i>mandê</i> : mandinga, bambara, maninca, diúla.	H. 20 quimbundo, quissama, quindongo.
<i>gur</i> : subfamília gurúnsi.	H. 30 iaca-holo: iaca, imbangala, chinji.

⁶ Segundo Bonvini (2008, p. 23), “essa repartição, proposta e sistematizada por J. H. Greenberg nos anos 1950-1963, foi adotada, mais tarde, pela grande maioria dos linguistas africanistas, com algumas revisões concernentes à reorganização interna de cada tronco”.

⁷ A classificação das línguas do subgrupo banto foi estabelecida por M. Guthrie na década de 70 (apud, Bonvini, 2008, p. 23).

⁸ Os grupos da área austral são identificados por letras, representando as zonas geolinguísticas, e por números, representando o grupo de línguas.

<i>cuá</i> (subgrupo <i>gbe</i>): eve, fon, gen, aja (jeje, no brasil).	K. 10 chôcue: uchôcue, ochinganguela, chilucazi, luena (luvale).
<i>ijóide</i> : ijó.	L. 30 luba: chiluba-cassai (lulua).
<i>benuê-congolesa</i> : defóide : falares iorubás (nagô-queto, no brasil); edóide : edo; nupóide : nupe (<i>tapa</i>); ibóide : ibo; cross-river : <i>efique</i> , <i>ibibio</i> ;	L. 50 lunda: chilunda, urunda. P. 30 macua: omacua. R. 10 umbundo: umbundo, olunianeca.
<i>afro-asiático</i> : chádica : hauçá;	R. 20 cuaniama, indonga: ochicuaniamama, cuambi.
<i>nilo-saariano</i> : saariana : canúri.	R. 30 herero: ochiherero.

Fonte: Bonvini, 2008, p. 30-31, sic.

Apesar do grande número de línguas relacionadas ao tráfico, pode-se dizer que foram poucas as línguas africanas faladas no Brasil, isso se for levado em consideração apenas as línguas em que documentos comprobatórios confirmam a presença no território brasileiro. Segundo Bonvini, os documentos apontam o uso: do **quimbundo** na Bahia, segundo a obra *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias, em 1697; da língua **mina** em Minas Gerais, segundo a *Obra nova de Lingoa g.^{al} de mina, traduzida, ao nosso Igdioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Rn.º de Portugal, da Província de Entre Douro e Minho, do concelho de Filgr.^{as}*, em 1741, e; das línguas **iorubá** (nagô), **grunce**, **jeje**, **haussá**, **canúri**, **tapa** (nupe), segundo estudo sobre palavras africanas faladas em São Salvador de Bahia, de Nina Rodrigues (1977) feito nos anos de 1890-1905 (apud Bonvini, 2008, p.48).

Sobre o **quimbundo**, apesar de ter sido estudado e observado na Bahia, pelo Pe. Pedro Dias, autores afirmam que também é possível sua presença em outras regiões, inclusive no quilombo dos Palmares, uma vez que “o **quimbundo** era a língua africana de referência para uma extensão geográfica que ia muito além da Bahia” (BONVINI, 2008, p. 36-37). Tal fato pode ser relacionado ao que foi apresentado anteriormente sobre a possibilidade dessa língua

ter sido usada como LV, pois era amplamente usada nos lugares estratégicos da captura e transporte de escravos como Angola e Luanda.

Embora essas línguas tenham sido registradas como línguas usadas (faladas) por escravos africanos, ainda não se pode dizer ao certo o que foi feito delas. Sobre essa temática, ainda há muito a ser discutido e observado. Até o momento, pode se dizer que há duas fortes possibilidades de interpretação sobre o papel das línguas africanas para a história linguística do Brasil como serão vistas a seguir.

A primeira seria a da não influência, defendida por autores como, por exemplo, Naro e Scherre (1993; 2007). Segundo os autores, os indígenas e os africanos apenas aceleraram processos linguísticos que ocorreriam naturalmente no português. O português popular do Brasil (PPB) teria sido produzido por uma confluência de motivos, gerada pela união de forças oriundas da Europa, da América e da África (2007, p. 25). Não atribuem, desse modo, papel do “suposto crioulo de base lexical portuguesa”, falado pela comunidade negra à formação do PPB, pois, para eles, “a origem primeira dos fenômenos variáveis de concordância veio de Portugal” (p. 52).

A outra interpretação sobre o papel das línguas africanas para o PB seria a da criouliização que, como já comentado, pode apresentar diferentes graus em relação à existência de crioulos, indo do típico a influências estruturais e lexicais na língua sem surgirem crioulos ou semicrioulos (cf. apresentação, p. 16). Para Lucchesi (2000; 2006; 2008), há evidências na história sociolinguística brasileira de que, no contato entre línguas, houve processos de transmissão linguística irregular, em que o português aprendido como segunda língua (L2) ou língua materna (L1) é adquirido segundo dados linguísticos primários “variáveis e até inconsistentes”, formando variedades diferentes daquela usada pelo grupo dominante (2006, p. 195).

O autor não apoia a teoria de que houve um crioulo de base portuguesa estável e difundido, mas defende que é possível ter havido “diversas crioulições leves em diferentes períodos de tempo, mas as suas inovações teriam sido absorvidas e diluídas” (ibidem).

Ainda segundo o autor, os dialetos rurais brasileiros ainda podem apresentar características crioulizantes, isso porque nas regiões rurais teriam residido grandes proporções de africanos e ameríndios e, por conta do relativo isolamento, não houve “a ação de nivelamento linguístico exercida pelos grandes centros urbanos, permitindo a conservação de suas características crioulizantes” (ibidem). Entre os traços dessa transmissão linguística irregular que ainda são encontrados nos dialetos rurais e populares, Lucchesi (2006, p. 196) cita a “erosão da morfologia flexional” como a de maior proporção.

Sobre essa discussão, Mattos e Silva (2004, p. 91-108) argumenta que, apesar de os negros terem sido maioria (como pode ser visto na tabela I, p.42, desta dissertação) estando presentes em vários lugares do país (como pode ser visto na tabela II, p.43), sendo eles rurais (trabalhando em plantação de cana-de-açúcar, de café e na mineração), urbanos (trabalhando como artesãos, carregadores, pintores, marinheiros e domésticos) ou nos espaços ilegítimos da escravidão (vivendo nos quilombos), não se pode afirmar que a formação de crioulo vale para todo o país, mas também não se pode negar que tenha sido possível a existência de crioulos em regiões específicas, como na Bahia ou em Minas Gerais.

Ainda segundo a autora supracitada, a língua usada pelos africanos e afro-descendentes se distanciava da modalidade culta, própria aos europeus e seus descendentes, de escolarização mais alta e de melhor nível social. Sendo assim, a participação africana e afro-descendente na formação do português brasileiro, especialmente na modalidade popular, deve ser considerada uma vez que foram os africanos e seus descendentes os principais agentes da difusão do português no território brasileiro:

A língua portuguesa, na sua variante brasileira, predominantemente nas variantes populares e vernáculas, mas não apenas nelas, deve as suas características inovadoras, em geral simplificadoras, em relação ao português europeu, tanto no plano sintático como fônico, à forma como foi aprendida pela massa populacional predominante ao longo do período colonial: como segunda língua; com modelos defectivos da língua-alvo, a do colonizador, mas não tão defectivos que propiciassem a formação de um crioulo estável e generalizado; na oralidade; sem o controle normativo da escolarização. (MATTOS e SILVA, 2004, p. 107)

Por necessidade e imposição dos proprietários portugueses, os africanos tiveram que aprender a língua portuguesa. O ensino, como aponta Ribeiro (1995), não ocorreu de forma didática. Pelo contrário, se deu de forma brusca e com base na oralidade:

A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia aos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou... conseguindo dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou sua difusão por todo o território (p. 220).

Os africanos e os afro-descendentes podem ser considerados como os responsáveis pela difusão do português geral brasileiro (PGB), repleto de particularidades em relação ao português falado pela população europeia e seus descendentes. O PGB deu origem à variante popular do português (em oposição à variante culta), presente em comunidades urbanas e rurais com pouca influência da escolarização.

O estudo do português popular praticamente não dispõe de material escrito (documentos), pois foi transmitido de forma oral, restando apenas indícios na fala atual:

Tal exiguidade (documentos escritos) nos conduz a investigações que ainda estão por serem feitas, sobre a presença das línguas negro-africanas em nosso território, em especial nas áreas remanescentes de quilombos, através da principal fonte de estudo que dispomos, neste contexto: o resultado dos contatos, ou seja, o português falado hoje, em tais territórios específicos. (CUNHA, 2003a, p. 3).

Estudos sobre essas comunidades apontam algumas diferenças em relação ao português culto. Segundo Cunha (2003a, p. 3, 2003b, p. 3), a língua dessas comunidades é marcada por:

(i) perda ou variação no uso de marcas flexionais; (ii) padrão silábico tendendo a se compor como CV; (iii) uso de dupla negação; (iv) **perda de concordância de gênero e número**; (v) perda de artigos, conjunções, enfim, conectivos frasais; (vi) uso de formas de 3ª pessoa singular do presente do indicativo para indicar estados e ações pontuais e contínuas que se situam no passado. (grifo nosso)

Porém, a presença de algumas dessas marcas não é suficiente para designar uma comunidade afro-descendente. Somente podem ser vistas como típicas se forem vistas em conjunto, pois no português culto é possível ocorrer algumas dessas características isoladas.

De certo modo, apesar de ainda não haver dados suficientes para discussões mais seguras a respeito das diferenças e semelhanças entre as modalidades culta, popular e popular com definição étnica do português brasileiro, algumas considerações podem ser feitas sobre as LAs no Brasil, de acordo com os autores Mattos e Silva (2004) e Bonvini (2008).

Até o século XIX, período em que o tráfico negreiro começa a ser proibido, além do português, ainda havia um multilinguismo africano devido à vinda contínua de escravo das diversas regiões do país. Já no século XX, anos depois da abolição da escravatura (1888), as línguas africanas faladas passaram a ser usadas em situações restritas como: LV (*mina, iorubá, quimbundo*) em regiões específicas de grande contingente africano; línguas cultuais, usadas em candomblés e línguas secretas, em populações negras isoladas como Cafundó (SP) e Tabatinga (MG).

1.4 Aspectos gerais sobre a formação do português em Muquém

O atual território de Alagoas pertenceu, durante muito tempo, à capitania de Pernambuco, tornou-se comarca em 1711 e conquistou sua autonomia apenas em 1817. Sendo assim, muito da história alagoana está relacionada a de sua antiga capitania principalmente, quando se refere à presença maciça de engenhos de açúcar e, conseqüentemente, de um grande contingente de mão-de-obra escrava.

O contato entre povos, assim como em outras regiões, também foi constante em Alagoas. Historiadores apontam a existência de nativos, entre eles, índios caetés, de africanos e afro-descendentes escravizados e de europeus como portugueses, franceses e holandeses.

Segundo Altavila (1988, p. 18), a conquista portuguesa do território alagoano se deu em meados do século XVI, iniciado por meio do rio São Francisco. Em consonância com o autor, “Tomás do Bonfim Espíndola marca, entre 1522 e 1525, essa primeira incursão bandeirante pelo São Francisco, da qual resultou a fundação de Penedo, ignorando-se, infelizmente, os seus pormenores”.

Os franceses estiveram por volta de 1555 atraídos pelo pau-brasil. Já os holandeses estabeleceram uma dominação de 1630 a 1654 na capitania pernambucana. No território de Alagoas, a ação ocorreu principalmente em Porto Calvo, fundada em 1636, mas existente desde o século XVI.

Foi durante esse período de invasões holandesas que os quilombos foram surgindo, se multiplicando, sendo reconhecidos como ameaça à ordem colonial e atrapalhando os objetivos da expansão do colonialismo em Pernambuco.

Segundo o comentário de Freitas (2004, p. 135) sobre um documento a respeito das terras de Palmares, agentes da coroa em Pernambuco almejavam destruir os quilombos e

povoar a região da Zona da Mata, pois havia uma necessidade de expansão territorial para dar continuidade às práticas agrícolas e à criação de gado. Para isso, ofereceram datas (terras) como forma de incentivo ao povoamento e à destruição dos quilombolas:

No intuito de estimular os grandes proprietários da Zona da Mata a mobilizarem recursos para a luta contra os negros, os agentes da coroa em Pernambuco haviam efetuado larga distribuição de terras, ou, como se dizia, datas. Houve quem recebesse seis, dez e mais léguas de terras. Todavia, na conformidade da Lei das Sesmarias, o povoamento das terras se impunha como condição para aquisição do domínio. A presença palmarina impossibilitara o povoamento.

Sobre a mobilização de recursos para destruição dos quilombos e a captura dos negros fugidos, o documento presente na Revista do Instituto Histórico de Alagoas (1985-1987) mostra acordo em 1669 entre as câmaras das vilas de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (atual município alagoano Marechal Deodoro), de Bom Sucesso de Porto Calvo (atual município alagoano Porto Calvo) e de Formosa de Serinhaem (atual município pernambucano Serinhaém):

Aos três dias do mez de Outubro de mil e seiscentos e sessenta e nove annos nesta vila de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul em o passo do Conselho della presentes os Senhores officiaes da camera abaixo assignados appareco o capitão Pero Correia da Maia vereador e deputado da vila do Bom Sucesso do Porto Calvo e nos fez presente hu'a carta da dita camera e outra da Camera da vila fermosa de Seriaem de união e irmandade contra os negros levantados dos Palmares de que nós abrasamos com ella por ser serviço de sua magestade e conservação de seos povos vem a ser que visto estes povos fazerem esta guerra movidos dos grandes danos roubos mortes grande incêndios que padecem os moradores dos negros dos palmares [...] das vilas unidas que vem a ser os negros dos moradores e negras e crias assim pequenas como grandes as entregarão a seus Senhores pagando doze mil reis por cada huã e os mais que se tomarem não sendo das ditas vilas unidas serão para quem os tomar, e por ser serviço de sua magestade fizerão este termo que todos os ditos senhores officiaes assignarão com o dito capitão Pero Bezerra escrivão da Camera que o escrevi. – *Felippe Gil, Antonio de Andrada de Carvalho, Manoel Machado e Sande, Pero Correia da Maia*. (Guerra dos Palmares: Documentos relativos aos sucessos de 1668 a 1680, documento 3. *Revista do Instituto histórico e geográfico de Alagoas*, v. 40. Maceió. 1985-1987, p. 173)

Mas, apesar das investidas portuguesas, os quilombos permaneciam resistentes. Sendo assim, os agentes da coroa tiveram que recorrer às ações do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, muito conhecido por capturar e prender índios.

Quando os quilombos foram finalmente destruídos, houve um grande impasse em relação às terras, pois estas haviam sido oferecidas como prêmio pelo governador de Pernambuco aos líderes combatentes Domingos Jorge Velho, Bernardo Vieira de Melo e Sebastião Dias, além de alguns dos seus soldados. Porém, as terras recuperadas passaram a pertencer à Coroa e esta podia fazer o que fosse de sua vontade e, desse modo, acabou cedendo o direito aos antigos proprietários (FREITAS, 2004, p. 135-136).

Durante as últimas investidas e no período da destruição, os africanos capturados de Palmares foram enviados para longe, em grande parte para o Rio de Janeiro e encaminhados para fora do Brasil, pois, assim, evitava-se que eles fugissem novamente para os quilombos e levassem outros escravos com eles. Sobre os que conseguiram se livrar da captura, não se sabe o número nem se permaneceram em Palmares.

A relação entre o período do fim do quilombo (por volta de 1697) e o início da fundação do atual município de União (início do século XVIII) permaneceu desconhecida. Talvez, por causa da “disputa” pelas terras.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas–IBGE (1959, p. 190-191), a origem do município de União dos Palmares corresponde a fins do século XVII e teria recebido o nome de *Cerca Real dos Macacos*, pelo fato de ser próximo ao riacho “Macacos”. Em seguida, passa a ser chamado apenas de Macacos.

O desenvolvimento do povoado é atribuído ao português Domingos do Pino, responsável pela construção de uma capela (onde foi erguida a igreja Matriz) em homenagem à imagem de Santa Maria Madalena, trazida da sua Fazenda Gordo. Daí veio a nova denominação de *Vila de Santa Maria*, em 1730. Após um século, em 1831, a vila passa a ser

denominada *Imperatriz*, devido à visita da Imperatriz Leopoldina e à autonomia administrativa. Já em 1894, quando foi construída a estrada de ferro que unia Alagoas a Pernambuco, a antiga vila passa a ser vista como cidade e a ser denominada *União*. Por fim, em 1944, tornou-se município e passou a ser denominado *União dos Palmares*, em homenagem ao Quilombo dos Palmares.

Mas, como foi apontado por Funari (1996), Price (1996) e Carvalho (2005), já havia a presença indígena na região antes da vinda dos colonizadores e dos escravos. Com relação a essa questão, um morador de União dos Palmares comenta sobre o provável apoio que os negros teriam recebido dos índios para “construção” dos quilombos:

... inclusive na própria serra eu acho que os índios – que os palmarinos os primeiros habitantes já encontraram lá esses índios – que se uniram a eles pra que as duas raças juntas se defendessem dos exploradores [SS, M, I59]

O território atual de Muquém, uma vez que pertence à União dos Palmares, também poderia ter sido habitado desde o século XVII. Mas, segundo alguns moradores, a história de origem da comunidade estaria relacionada ao arrendamento desse terreno ao casal Casimiro Bezerra da Silva e Felícia Maria da Conceição, feito por Basiliano Olíbio de Mendonça Sarmiento (1846-1931), uma das pessoas mais ricas do município naquela época:

Eles vieram pará aqui porque – porque o Basiliano Sarmiento – o Basiliano Sarmiento estava arrendando terreno – terra – e meu tataravô como era homem da agricultura – ele ele arrendô o Muquém – para sobrevivência dele e da família – aonde ele criô os filho e aqui no Muquém – mas todo ano ele tinha que pagá o foro – primeiro de janeiro para o Basiliano Sarmiento – que morava ali onde era a câmara dos vereadores – a casa do Basiliano Sarmiento era ali – e todo ano ele ia pagá o foro da terra – com a morte do Basiliano Sarmiento – eh – as terra os bens do Basiliano Sarmiento que ele só tinha mais terra – foro leiloado porque o governadô queria dinheiro não queria terra – pra você vê hoje nós temo Cimentera nós temo o Frio – que são tudo terra do estado e que nessa epa era tudo do Basiliano Sarmiento – aonde apa – a última dia dos leilões – como o meu tataravô já era muito conhecido na arte da panela de barro e da olaria – muito querido por todos – apareceu um senhô que qual não posso te passá o nome porque não me passaro o nome – ele – ele leiloô Muquém por cento e cinquenta mil rés e

um cavalo puro sangue levando meu avô ao cartório e passando a escritura para o nome do meu avô. [ES, M, I44]

Como foi dito por um dos moradores de Muquém, herdeiro dessas terras, com a morte de Basiliano Sarmiento, em 1931, o governo teria leiloado as terras e alguém, por consideração, leiloou aquelas que pertencem ao atual sítio Muquém e passou a escritura para Casimiro.

Conforme essas constatações, a cidade de União dos Palmares teve como principais presenças, durante sua formação, os índios, os portugueses e os afro-descendentes.

1.4.1 Quilombo dos Palmares

Como apresentado anteriormente, no subtópico *1.3.3* e no *1.3.3.1*, a presença africana durante todo o período colonial foi significativa, correspondendo, em alguns momentos, a mais da metade da população total. No território atual do estado de Alagoas⁹, essa presença também foi marcante, uma vez que um número elevado de mão-de-obra escrava era necessário para dar conta das plantações de cana-de-açúcar e da criação de gado.

Durante as invasões holandesas, de 1630 a 1654, muitos combates foram realizados no litoral de Alagoas e, coincidentemente ou não, nesse mesmo período os quilombos foram construídos e habitados.

Informações sobre a população escrava africana no estado não são precisas. Altavila (1988, p. 73) apresenta dois dados com diferenças em relação à quantidade de escravos no estado. Segundo o autor, o primeiro é embasado no recenseamento de 1890 e afirma ter existido nesse período cerca de 25.000 escravos e 485.000 pessoas livres. O segundo é

⁹ Alagoas obteve sua emancipação de Pernambuco pelo decreto de 16 de setembro de 1817.

colocado pela estatística da ‘População escrava e libertos arrolados’, (Rio de Janeiro, Imp. Oficial, 1888), que apresenta uma população com a presença de 15.269 escravos”¹⁰.

A falta de precisão pode ser justificada por vários motivos, entre eles o da queima de documentos da escravidão, iniciada por Rui Barbosa em 1890 e concluída por Tristão de Araripe em 1891. Apesar desse prejuízo à história do Brasil, de modo geral, e ao estado de Alagoas, ainda é possível obter poucas, mas importantes, informações sobre determinados fatos históricos alagoanos.

Um dos fatos mais significativos para a história do estado e também dos escravos é o que se refere ao Quilombo dos Palmares. Segundo historiadores, havia no território alagoano vários quilombos, mas certamente o de Palmares foi o que alcançou maior repercussão não só no estado como também no Brasil.

A formação do quilombo ocorreu na Serra da Barriga, na região do atual município de União dos Palmares. A história do quilombo ainda está longe de ser bem conhecida, mas algumas informações podem ser vistas em documentos antigos¹¹ escritos por holandeses e portugueses sobre as guerras contra os quilombolas palmarinos. Porém, boa parte das informações está limitada a dados de interesse militar e sob um único ponto de vista, o dos inimigos de palmares, como aponta Price (1996, p. 53):

É importante enfatizar que a maior parte de nosso conhecimento sobre Palmares se origina de escritos semelhantes de militares ou de autoridades, todos empenhados em destruir o grande quilombo. Assim, esses escritos são bons em descrever fortificações militares, armas palmarinas e coisas afins. Nunca devemos esquecer que quase tudo que sabemos sobre Palmares deriva das palavras escritas por seus inimigos mortais.

¹⁰ Segundo Altavila (1988), essa informação pode ser vista em: “ARTUR RAMOS, ‘As culturas Negras no Novo Mundo’, Rio, Civilização Brasileira S/A – Editora, 1937, p.784”.

¹¹ Muitos documentos foram recuperados e podem ser vistos em: FREITAS, D. *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*. Maceió: EDUFAL, 2004.

De todo modo, a existência do quilombo é confirmada por meio dos relatos encontrados nos documentos. Observando os dados, fica notório o potencial dos quilombolas contra o violento regime escravista. Segundo a observação de Freyre nos jornais do século XIX (1979, p. 29, apud FUNARI, 1996, p. 28), muito dos negros fugidos iam para os quilombos porque tinham sido maltratados por seus capatazes. Nos quilombos, eles viam um meio de refúgio, de protesto contra as violências sofridas e também uma oportunidade de vingança. Por volta de 1640, além dos portugueses, os holandeses também apontavam Palmares como “um sério perigo” (FUNARI, 1996, p. 31).

Segundo Funari (1996, p. 28), “os quilombos foram estudados por diversos estudiosos e o quilombo dos Palmares, datado do século XVII, foi logo considerado o maior, mais importante e duradouro mocambo da América”. O início da existência do quilombo e seu fim não apresentam datas comuns entre os estudiosos, alguns afirmam que o quilombo poderia ter sido construído ainda no final do século XVI, para outros, como Altavila (1988), o quilombo foi criado por volta de 1630 e destruído em 1697, tendo 67 anos de existência.

Altavila (1988, p. 33-35) destaca três grandes fases de palmares:

1ª – Palmares holandês, atacado em 1645 pelo capitão Blaer; 2ª – Palmares da Restauração Pernambucana, destruída por D. Pedro de Almeida; 3ª – Palmares final, destruído por Bernardo Vieira de Melo, conjugado ao Sargento Mor Sebastião Dias e ao bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.

A geografia da região pode ser considerada como um dos fatores diretamente relacionados a esse longo período de resistência. O Município de União dos Palmares está localizado na zona da mata e apresenta terreno acidentado. A mata densa e as serras auxiliavam a defesa dos palmarinos em relação aos violentos ataques que tentavam destruir os quilombos. Além disso, a mata proporcionava alimentos por meio das árvores frutíferas e dos animais caçados; água, por ser uma região de rios como o Mundaú; um solo fértil para o

plântio; materiais brutos como madeira, para a construção das choupanas, móveis e utensílios; e a argila, para a produção de cerâmicas (GOMES, 2005, p. 50).

Ainda segundo historiadores (cf. PRICE, 1996) e arqueólogos (cf. CARVALHO, 2005), o quilombo dos Palmares era formado por vários quilombos que eram habitados por pessoas de diversas etnias como negros africanos, índios nativos e brancos. Estes últimos, normalmente, perseguidos, como judeus, mouros, bruxas, ladrões e outros, também se refugiavam nas comunidades quilombolas. Conforme aponta estudos arqueológicos (FUNARI, 1996, p. 40), na Serra da Barriga foram encontrados vestígios relacionados, principalmente, a objetos feitos manualmente oriundos das culturas lá existentes como, por exemplo, machado lítico e vaso de cerâmica.

Outra questão que parece ser relevante para o melhor entendimento sobre o quilombo foi colocada por Altavila (1988). Segundo o autor, aqueles que conseguiam destruir parte dos quilombos ficavam impressionados quando viam os mesmos quilombos novamente habitados pouco tempo depois. Ainda segundo o autor, tal fato poderia ser explicado porque os quilombolas apresentavam uma tradição semelhante a dos “Lacedemônios da Grécia”, pois, “mandavam as crianças decorar as suas leis, e elas, poupadas aos massacres, iam mais tarde manter a tradição do seu povo, no alto da serra histórica, situada a 20 léguas do mar e a 9 de latitude sul, entre o rio Mundaú e o ribeiro Judiá” (p. 39).

Se informações gerais sobre o quilombo são incompletas, o que se deve imaginar em relação à língua? Por conta dessa diversidade cultural e linguística, apontada anteriormente, os estudiosos acreditam que a língua falada nos quilombos não seria uma língua africana:

Não sabemos que língua se falava em Palmares. [...]. Aparentemente, contudo, os palmarinos, como uma população de origem variada, congregando africanos de diferentes tribos, índios e europeus, deveriam usar uma espécie de língua comum, não necessariamente como base banto. (FUNARI, 1996, p. 49, nota 47)

A língua falada pelos palmarinos, de acordo com o que li, era um tipo de português misturado com elementos africanos, mas diferente o suficiente para que outros brasileiros não a entendessem. (PRICE, 1996, p. 58)

Como mostram os estudos históricos e arqueológicos, a Serra da Barriga e áreas próximas ainda apresentam indícios da existência dos quilombos. A comunidade Muquém apresenta um auto-reconhecimento de sua reminiscência quilombola e ainda realiza atividades que estudiosos afirmam terem sido praticadas pelos quilombolas, como a produção de cerâmicas. A língua falada por essa comunidade também pode apresentar características advindas desses quilombos, como se pretende analisar nesta dissertação.

1.4.2 Aspectos gerais sobre a comunidade quilombola Muquém

Muquém, como foi dito anteriormente, é uma comunidade quilombola, provavelmente remanescente do Quilombo dos Palmares. A certidão de auto-reconhecimento como comunidade remanescente foi dada pelo Ministério da Cultura e publicada no diário oficial no dia 19 de abril de 2005. Em Alagoas, além de Muquém, outras vinte e uma comunidades já receberam suas certidões.

Segundo o Ministério da Cultura, as comunidades remanescentes de quilombos existentes no Brasil podem chegar a 3.524. Até o momento, já foram reconhecidas 1.305 comunidades. O critério utilizado para o reconhecimento das comunidades pode ser visto abaixo:

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra,

relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. *Quilombos*)¹²

O Governo Federal, por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ), apresenta uma série de ações para melhorar as condições de vida e garantir os direitos essenciais dessas comunidades. Entre as prioridades do PBQ estão “regularização fundiária, desenvolvimento econômico local, geração de renda, saúde, educação e estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas pelos quilombolas”¹³.

No entanto, como veremos mais adiante, mesmo com os direitos assegurados, alguns dos problemas relatados no trabalho de Santos (2004) ainda não foram completamente solucionados, embora muito já tenha sido feito desde que a comunidade recebeu a certidão do Ministério da Cultura.

É importante lembrar que, como destaca o programa PBQ, essas comunidades normalmente se encontram em lugares de difícil acesso e procuram manter sua autossuficiência. Por conta dessas características, se torna difícil obter informações precisas e ampliar o conhecimento sobre elas.

As informações apresentadas neste trabalho são derivadas de investigações realizadas por Fernandes (2006), Santos (2004), Silva (2005) e de informações atualizadas sobre a comunidade realizadas em 2009 para o desenvolvimento desta pesquisa.

Trabalhos como esses apresentam informações social, cultural, histórica e linguística de Muquém e procuram contribuir para um melhor conhecimento dessa comunidade que até pouco tempo permanecia desconhecida. Além disso, ainda permitem que pesquisas futuras apresentem subsídios para mostrar as transformações pelas quais a comunidade passou.

¹² Para maiores detalhes ver: <http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=100>

¹³ Para maiores detalhes ver:

<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/noticias/ultimas_noticias/Subcom_relatorio_pbq/>

Sendo assim, a seguir, serão feitas comparações referentes às dificuldades da comunidade relatadas por Santos (2004) e o que foi visto atualmente e, em seguida, sobre informações de cunho histórico e cultural, com base em Fernandes (2006).

De acordo com as informações coletadas, em 19 de março de 2009, pelo técnico em pesquisa do IBGE, José Carlos Ferreira da Silva, da agência de União dos Palmares, há na comunidade um total de 80 domicílios e uma população, em média, de 389,5 habitantes, estando apenas 47 domicílios aglomerados, formando uma população de 229 habitantes.

Segundo dados de Santos, a entrada da comunidade fica a mais ou menos 5 km de União dos Palmares, não há transporte coletivo regular e ninguém da comunidade possui automóvel. Em 2009, o relativo isolamento causado por esses problemas ainda foi notado. A estrada ainda é de barro e, no período de chuvas, fica quase inacessível à população que se locomove, praticamente, a pé, de bicicleta e, às vezes, por meio de taxi e moto-taxi.

Em relação à educação, em 2004, havia apenas a Escola de Ensino Fundamental Pedro Pereira da Silva (da 1ª à 3ª série) para todas as faixas etárias. O índice de analfabetos chegava a mais de 41% da população. Os dados sobre a escola ainda não foram melhorados, pois só possui uma sala, mas já estão sendo ofertadas aulas para crianças desde o maternal até a quarta série (equivalente ao 5º ano, conforme a atual denominação). Sobre a questão da alfabetização, não se tem informações do IBGE. Mas, a escola está ficando mais acessível aos mais velhos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do programa Brasil Alfabetizado, como foi relatado por uma moradora de Muquém: “hoje mesmo a gente tá organizando uma [festa] do Brasil Alfabetizado – que é projeto aqui também tem – com os adultos que não teve a oportunidade de estudar” [MS, F, I23].

Em 2004, os agentes de saúde encaminhavam a população ao município de União dos Palmares, pois não havia um posto de saúde na comunidade. Não havia rede de esgoto, nem coleta de lixo (os moradores enterravam ou queimavam resíduos sólidos). Somente em 2005

foi instalado um posto da saúde da família (PSF) dentro da comunidade e, segundo os moradores, boa parte das casas possui água encanada e energia elétrica:

Hoje a gente tem dentista – tem ginecologista – tem médico – tem tudo no PSF – né – uma equipe maravilhosa que atende super bem e a comunidade – hoje eu acredito que tá quase já uma cidade – uma pequena cidade (risos). [...] ele foi construído acho que foi: – dois mil e cinco – – – dois mil e cinco que veio pra cá o PSF. [AN, F, I35]

Aqui antigamente não tinha nem estrada pa ninguém caminhá – era era mato de um lado e o outro e as casa era contada algumas casa que tinha – né – e de uns vinte ano – trinta – pra cá que mudô muito que aqui não tinha energia – não tinha água encanada – hoje em dia tem tudo – né. [IR, F, I62]

A população ainda sobrevive economicamente do corte de cana-de-açúcar, da agricultura e pecuária de subsistência e da produção de cerâmica utilitária e decorativa, atividade, inclusive, documentada por historiadores (FUNARI, 2006; PRICE, 2006) como típica dos antigos habitantes do Quilombo dos Palmares:

Hoje a gente vévi do Muquém através da cana-de-açúcar – né – que é a Usina Serra Grande – é premero Deus – segundo a a Usina Serra Grande que é uma grande mãe de todas que é o ano intêro com as família do Muquém trabalhando – outros é fichado – outros é cadastrado durante seis mês e outas família que vévi da cerâmica [...] na agricultura a gente planta no inverno – né – que é o tempo da chuva – não tem irrigação e só planta só pro consumo – não vendi. [AN, F, I35]

Como apontado por Fernandes (2006), as informações gerais sobre a história da comunidade são passadas de pai para filho e foram relatadas pelos próprios moradores, pois documentos históricos que falam sobre a comunidade, embora tenham sido intensamente procurados, ainda não foram localizados. Os temas encontrados nos relatos abordam nome do local, religião, festas, danças e outros.

Tais relatos dos moradores foram coletados em 1997 pelo grupo de pesquisa do Núcleo de estudos afro-brasileiros (NEAB) em um projeto com base na História Oral,

coordenado por Fernandes (2006) e, em 1999, pelo técnico em pesquisa do IBGE José Carlos Ferreira da Silva.

Segundo alguns moradores, Zumbi teria designado uma pessoa de confiança para liderar um agrupamento de negros que se localizava nessa região. Em homenagem ao líder, a comunidade teria adotado seu nome, ou seja, Muquém.

Outros moradores, no entanto, afirmam que Muquém teria recebido esse nome porque era nessa região que os quilombolas montavam armadilhas para seus inimigos, usando varas semelhantes as que eram usadas para construir grelhas onde secavam peixes. Essas grelhas eram denominadas de moquém, como pode ser visto no depoimento de um dos moradores (2009):

Esse nome Muquém ele não é com u – ele é com o – ele é moquém moquém moquém e moquém é: – eu procurando no dicionário eu achei moquém – é: são grelhas de varas pra secá peixe – na realidade era o que eles fazia aqui mesmo – muitas armadilhas no meio da estrada – que a gente chama de arataca – não sei se você já ouviu falá nesse nome arataca – arataca é aonde tem caminho de preá dentro dos mato a gente põe um táuba com um pauzinho aqui cava um buraco e coloca uma táuba aí quando o preá pisa aqui a táuba faz assim aí o preá cai lá dentro e a táuba volta e o preá fica lá dentro então eles fazia esse tipo de armadilha com varas só que eles cortava a estrada o caminho colocava essas vara e colocava bastante folha de banana e terra e depois varria por cima quem ia sabê que ali tinha buraco – aí quando as pessoa vinha pa querê destruí a serra de barriga – é: atacá a ser a serra aí eles caia dentro daqueles buraco eles matava [ES, M, I44].

A comunidade não apresenta tradição na prática de religiões de origem africana como, por exemplo, o candomblé. Nos relatos, notamos que a maioria da população é católica, inclusive, as festas na comunidade estão associadas a essa religião, como a festa em homenagem à Santa Luzia. As outras festas se referem às comemorações comuns dos brasileiros ou aos festejos realizados no dia da consciência negra, comemorado no dia 20 de novembro.

Aos poucos, está deixando de ser praticada a dança do coco, dança de roda com influências africanas e indígenas, de letras simples, acompanhada de instrumentos, das palmas e do bater os pés no chão:

mais sempre aqui teve: dança de coco – samba meu pai sempre conta que teve um monte de música mais foi acabano – não tinha quem conti quem desse essa motivação pra os mais jovem seguí [MS, F, I23]

A capoeira e dança afro (chamada de dança do coco por alguns moradores) só são praticadas pelos jovens porque professores da cidade de União dos Palmares (apelidada de “rua”) vão até a comunidade dar as aulas, mas os jovens não apresentam muito interesse em dar continuidade:

a dança do coco – ela existe ainda – agora no garpão – tem uma menina da rua ensiná [...] ensiná o pessoal – aí vem o João¹⁴ tumbém – trabalha capoêra – faz capoêra – ensiná o: – mais vai vai começa muita gente depois que num vive – xxx xxx¹⁵ – aqui num tem futuro né – aí começa aquele monte – bem assim é as escola da noite – é a mesma coisa – quando começa fica quarenta cinquenta estudante – depois um vai caino – começa disistí. [FP, M, I63]

Ainda segundo os moradores, os casamentos são comuns entre primos, ou seja, de pessoas da própria comunidade, sendo poucas as pessoas de outras regiões. No passado isso servia de medida de segurança, pois eles não poderiam saber se a pessoa seria uma ameaça à vida da comunidade, mas, hoje em dia, esse costume permanece e os habitantes não sabem explicar a razão. Tal prática nos leva a supor que, como a maioria é de ascendência negra, boa parte da população também seria negra.

Mas, pelo fato de terem sido encontradas pessoas com características indígenas e europeias, como relatado por Silva (2005), é levada em conta a existência de uma diversidade étnica nos quilombos, citadas anteriormente por Funari (1996) e Price (1996).

¹⁴ Nome fictício.

¹⁵ Os “xxx”, para a transcrição ortográfica adotada nesta pesquisa, representam sílabas e/ou palavras não compreendidas.

Segundo observações dessa autora, duas filhas da moradora entrevistada apresentavam características diferentes das da mãe:

Suas filhas, diferentes de seu marido e dela própria, são em tudo indígenas. Feições, cor, cabelo... Tentei saber a tribo indígena de sua descendência, mas ela [a moradora entrevistada] me disse:
- Tudo ainda da época da serra. O meu pai é nascido e criado tudo daqui mesmo. (SILVA, 2005, p. 115).

Em outro momento, a autora também faz um interessante comentário sobre uma foto tirada da família dessa mesma informante, vejamos: “fotos com D. [...] e seus muitos netos inclusive duas galegas como eles mesmos dizem, apesar dessa geração e de duas anteriores a essa, pelo que constatei, não ter nenhum galego” (Ibidem, p.116, sic).

Como já foi comentado, segundo Cunha (2003a, p. 3, 2003b, p. 3), entre as marcas linguísticas características de comunidades rurais de ascendência africana estão “perda ou variação no uso de marcas flexionais” na concordância verbal, cf. em (7a), no nível do sintagma nominal, cf. em (7b), e na concordância nominal entre sujeito e predicativo do sujeito, cf. em (7c). Essas marcas foram vistas na fala dos moradores de Muquém, como podemos ver:

- (7) (a) *as casa era* contadaØ [IR, F, I62]; *otros é* cadastradoØ [AN, F, I35], quando *nóis era* criança [AJ, F, I44]; *nóis num é* conhecidoØ [AJ, F, I44].
- (b) *era do outra banda* [IR, F, I62]; o inspetor tomava a providência pra levar aquela pessoa - *aquele pessoa* - pegue pra delegacia [ES, M, I44].
- (c) *os povo* que são *empregadoØ* do governo [LN, M, I47]; *as planta* aqui tá *poucaØ* [MS, F, I23]; *os menino* tão *soltoØ* [AJ, F, I44]

Para Pessoa de Castro (2005, p. 09-10), anteriormente citada, a perda de concordância de gênero e de número pode ter sido originada pelos africanos e seus descendentes, uma vez

que, nas estruturas das línguas africanas do tronco banto (grupo linguístico africano de maior número durante o período escravista no Brasil), o plural dos nomes é “feito por meio de prefixos” e a marca de gênero poderia ser “desconhecida”.

Para Lucchesi (2008), a redução das marcas flexionais e a variação de concordância são derivadas do contato entre línguas:

O português no Brasil sofreu alterações decorrentes de um processo de transmissão linguística irregular mais leve, próprio de situações de um contato mais amplo do que o que se verifica nas situações específicas de criouliização; destacando-se, no caso brasileiro, dentre outros fatores, o elevado grau de mestiçagem. (idem, p. 151)

Sendo assim, é possível dizer que os moradores de Muquém apresentam esses tipos de variação e que isso pode ter sido uma herança dos africanos e afro-descendentes à comunidade. Abaixo são apresentadas fotos de Muquém:



Figura III: Posto do PSF, foto de Ícaro Carvalho Figura IV: Escola, foto de Solyany Salgado

Na figura III, pode ser visto o Posto do PSF (Programa Saúde da Família) e, na figura IV, a única escola do povoado, a Escola de Ensino Fundamental Pedro Pereira da Silva. No *anexo A* podem ser visualizadas outras imagens.

1.4.3 O fenômeno linguístico estudado

Alguns estudos vêm analisando marcas linguísticas nas comunidades remanescentes de quilombos. Segundo Cunha (2003a, p. 3, 2003b, p. 5-6, destaques da autora), nas comunidades Damásio e Frechal (MA), ambas de ascendência quilombola, algumas marcas linguísticas foram observadas no nível morfossintático:

- a) perda de artigos: “e (**a**) gente fica imprensado, sem sabe cumo reagi” (Jos: 125, G3, H) [...]
- b) padrão silábico CV: “purque eu acho a mais cumpreta **inguinurância** a pessoa cumprá o boi” (Mun: 94, G3, H)
- c) variação de concordância de gênero e número: [...] “Terra funda de areia **ela é próprio** pá mandioca” (Jos 248, G3, H), “**Os motô é tudo véio**, cacarequento” (Mun, 48, G3, H)
- d) ausência de preposições: “O Brasil todo num falha (**em**) vim aqui” (Ant, 558, G3 H) [...]
- e) Uso das marcas morfológicas de 3ª pessoa do singular no lugar da 1ª p. singular: “**Eu faz** desse tapetinho de retáio pá vendê” (Mar, 74, G2 M) (Eu faço deste tapetinho de retalho para vender)
- f) Reduplicação do pronome pessoal de 1ª pessoa: “Então, desses daí (batom) que eu vendia, Stela, pra **mim eu** ganhá(r) assim besteira...” (Ira, 423, G1, M).

A comunidade Muquém, observada nesta dissertação, é considerada remanescente de quilombo e, desse modo, espera-se que este estudo contribua para o trabalho necessário de verificar as diferenças linguísticas entre comunidades sem a descendência africana e comunidades descendentes quilombolas, tendo como fenômeno linguístico analisado na fala dos habitantes de Muquém a variação de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito. A princípio, o estudo da concordância na referida estrutura abrangeria os traços de gênero e os de número, mas, no decorrer da coleta dos dados foi observado que não houve casos de não-marcação de concordância gênero entre sujeito e predicativo do sujeito, desse modo, apenas a variação de concordância de número foi analisada.

Segundo Lucchesi (2008, p. 151-152), os resultados quantitativos são importantes para a mencionada diferenciação, uma vez que nas comunidades rurais afro-descendentes o grau de variação é maior que o de comunidades rurais e o grau desta é maior que o das cidades urbanas, formando “um *continuum* bastante significativo”, em que “onde o contato foi mais profundo, mais intenso é o quadro atual de variação nas regras de concordância”.

Sobre o fenômeno linguístico estudado, serão apresentadas as posições de estudos teórico-descritivos (DUARTE, 2003); a da gramática gerativa, discutida por Moura (2007; 2009) e por Sibaldo (2009) e as considerações sobre a variação de concordância nessa estrutura apresentadas por pesquisas sociolinguísticas (SCHERRE, 1991; DIAS, 1996; LUCCHESI, 2008; SILVA, 2007; SALGADO, 2008).

Em Duarte (2003)¹⁶, capítulo de caráter teórico-descritivo e que apresenta resultados de estudos linguísticos recentes sobre a Língua Portuguesa, a parte dedicada à noção de sujeito e de predicativo também envolve a de predicação, a autora vai afirmar que esta contém dois termos fundamentais: o predicado e o sujeito.

Nas orações com verbos copulativos (ou de ligação), presentes em estruturas predicativas, ocorrem mais de uma predicação, pois, como afirma a autora, “predica-se o adjetivo ou a expressão nominal em posição pós-verbal acerca do sujeito da frase e predica-se toda a expressão em *itálico* acerca do mesmo sujeito” (p.278):

- (8) (a) [O miúdo] *está contente*.
 (b) [O miúdo] *é filho do Pedro*. (DUARTE, p.278)

Segundo Duarte (2003), a relação de concordância na estrutura predicativa também depende da natureza formal do predicativo, como nos exemplos (9a) e (9b):

¹⁶ Capítulo “Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem das palavras” na *Gramática da Língua Portuguesa*. Embora seja estruturada com base na Língua Portuguesa de Portugal, a gramática é de grande importância para o estudo do Português Brasileiro.

- (9) (a) predicativos constituídos por uma expressão nominal qualitativa não concordam com o sujeito:

Os teus amigos são [um amor]” Pred SU (grifo da autora, p.291)

- (b) na oração com um verbo copulativo usado impessoalmente a concordância se faz com o predicativo do sujeito:

“*São [duas horas]*” Pred SU (grifo da autora, p.291).

Moura (2007; 2009) faz um estudo sobre a predicação copulativa em português brasileiro e traz algumas considerações a respeito dela sob o olhar da gramática gerativa. Nesse tipo de estrutura, segundo a autora, estão presentes os constituintes *sujeito + verbo copulativo + predicativo do sujeito*, como pode ser visto abaixo:

- (10) a. João é [*estudioso*].
 b. Paulo é [*médico*].
 c. A criança está [*no jardim*].
 d. A criança está [*longe de casa*].

Ainda segundo a autora, o predicativo estabelece “uma relação direta de predicação com o sujeito da frase matriz” (MOURA, 2007, p. 68) e pode ser do tipo adjetival (10a), nominal (10b), preposicional (10c) ou adverbial (10d). Mas, a relação de concordância (gênero e número) normalmente é estabelecida quando o predicativo é do tipo nominal e do tipo adjetival, este último pode ser revisto em (11):

- (11) João é [_{AdjP} t₁ [_{Adj'} t₂ estudioso]].¹⁷

¹⁷ Adaptação do exemplo (184) de Chomsky (1995, p. 354-356, apud MOURA, 2009): “John is [_{AdjP} t₁ [_{Adj'} t₂ intelligent]].

Sobre esse exemplo, Moura (2009, no prelo, *itálico nosso*) mostra como se dá a concordância entre o sujeito e o predicativo que, nesse caso, é do tipo adjetival:

O sujeito [João] é gerado na base na posição marcada t_2 , isto é, no “especificador interno” do AdjP, cuja cabeça é o Adj⁰ [estudioso]. *Em seguida, ele se move para a posição t_1 , isto é, (o “externo”) Spec-AdjP, em que a concordância adjetival é “checada”*. Finalmente, ele se move de AdjP para a posição de sujeito da cláusula.

Ao se mover para a posição de sujeito da cláusula, os traços-*phi* (gênero, número, pessoa) do sujeito desencadeiam uma relação de concordância com o núcleo flexional (i.e., a cópula *itself*), assim, espera-se que o sujeito, o núcleo flexional e o predicativo concordem (MOURA 2005, p. 56; 2009, no prelo).

O particípio, uma das formas nominais do verbo, também seria acrescentado aos tipos de predicativos que estabelecem concordância com os sujeitos apresentados anteriormente por Moura (2007), como pode ser visto em: “eu tô *sentada*” [IR, F, I62].

Sibaldo (2009) também faz uma série de reflexões a respeito de sentenças copulares, trazendo contribuições de vários autores, como, por exemplo, Aristóteles¹⁸, Higgins (1976), Pereltsvaig (2001) e Stassen (1997).

Para a discussão sobre cópula, o autor aborda a noção dada por Aristóteles para dizer que “a cópula é desvinculada do predicado, sendo considerada o elemento que fornece à sentença declarativa a sua especificação de tempo” (2009, p. 23) e que “é o termo que liga um *sujeito* a um *predicado*” (p.24, grifos do autor). Em outro capítulo, Sibaldo vai retomar as noções de sujeito e predicado para definir o termo *predicação* usado na sua tese:

a predicação envolve uma estrutura assimétrica incluindo o predicado, seu sujeito e um elemento funcional (o RELATOR) mediando a relação configuracional e não direcional entre o predicado e o sujeito. Por configuracional, entende-se que uma predicação sempre irá conter um RELATOR (R) que é o núcleo da projeção de predicação. Diferentemente do

¹⁸ Obra *De Interpretatione*.

núcleo funcional de Bowers (1993), Pr (“a mnemonic for predication”, p. 595), que explicitamente o reconhece como “a new functional category” (BOWERS, 1993, p. 593), Dikken (2006, p.15) argumenta que RELATOR é funcional e abstrato, atuando como um *placeholder* para *qualquer* núcleo funcional mediante uma relação de predicação entre os dois termos. De acordo com esta perspectiva, o RELATOR pode ser a cópula, uma preposição ou o tempo, por exemplo. [...]. Por predicação não-direcional, entende-se uma predicação que pode ocorrer também na ordem linear Predicado-Sujeito. (ibidem, p. 100-101)

Ainda segundo Sibaldo (ibidem, p. 28), translinguisticamente a cópula “pode assumir diversas formas”. Nesse sentido, Stassen (1997 apud SIBALDO, 2009), afirma que as cópulas podem ser de três tipos: verbais, pronominais e cópulas-partículas. No PB, pode ser visto a do tipo verbal, tendo como principais representantes os verbos “ser” e “estar”.

Sibaldo (2009, p. 49) também vai mostrar, baseado nas contribuições de Pereltsvaig (2001) e Higgins (1976), que as estruturas de cópula podem ser de vários tipos e que no PB pode-se encontrar as formas locativa, predicativa, equativa (identidade) e auxiliar, como pode ser visto nos exemplos retirados da tese do autor:

- | | | |
|--------------------|---------------------------------------|--------------------|
| (45) ¹⁹ | a. A Miriam está em Araguaína. | <i>Locativa</i> |
| | b. A Carol é bonita. | <i>Predicativa</i> |
| | c. A Manu é a esposa do Rafael. | <i>Equativa</i> |
| | d. O Adeilson está terminando a tese. | <i>Auxiliar</i> |

Segundo Silva (2007, p. 68-69), alguns estudos já realizaram uma investigação sobre a concordância nominal em predicativos do sujeito, foco de análise desta pesquisa, e em participios passivos. Scherre (1991) e Dias (1996) analisaram a fala urbana e os resultados apontaram, em média, 45% na aplicação da regra de concordância de número. Silva (2007) analisou a fala rural, sem definição étnica, e os resultados apontaram 94% de concordância de gênero e 4% de concordância de número.

¹⁹ A numeração segue a que está contida na tese de Sibaldo (2009).

Os dados analisados por Lucchesi (2008), que estudou a fala rural isolada afro-brasileira, apontaram um nível de 20% de variação na concordância de gênero e de 1% de concordância de número.

Os condicionantes linguísticos considerados como relevantes para a pesquisa de Lucchesi foram o paralelo estrutural, “com base na coincidência da frequência entre a concordância dos modificadores em adjunção à direita do nome núcleo no interior do SN e a concordância com os predicativos e participios passivos”; o seguimento do princípio da coesão estrutural, tendência a maior concordância nos predicativos e participios passivos quando há concordância no SN sujeito; o seguimento do princípio da saliência fônica, “pois o falante faz mais a concordância com os predicativos e participios, quanto mais saliente for a indicação de gênero no SN sujeito” e tendência a maior marcação da regra de concordância pelo falante quando fala de si próprio. (LUCCHESI, 2008, p, 163).

Quanto aos condicionantes extralinguísticos, o estudo desse autor teve como relevante apenas a variável faixa etária que apontou uma mudança em curso, em que os jovens apresentam maior aplicação da regra de concordância que os mais velhos.

Salgado (2008) fez um estudo sociolinguístico sobre a variação de concordância em predicativos do sujeito na fala urbana de Maceió. Apesar do pequeno número de informantes (8 no total), a pesquisa apresenta uma amostra de como os falantes da zona urbana usam as variantes padrão e não-padrão relativas à marcação de concordância e a não-marcação de concordância, respectivamente.

Na pesquisa, foram analisadas 96 sentenças predicativas e 79 dessas sentenças apresentavam as marcas de concordância entre sujeito e predicativo, representando 82% de concordância em oposição aos 18% de não-marcação de concordância.

Sobre os fatores linguísticos, a pesquisa apontou que quando sujeito e predicativo estão separados por elementos como, por exemplo, intensificadores, ocorre uma maior

probabilidade de aplicação da não-concordância, como no exemplo tirado da referida monografia “(b’) *as daqui são muito mais bonita*Ø. [A, m, n, I 21]²⁰” (SALGADO, 2008, p. 21).

Em relação ao tipo formal do sujeito, o tipo *explícito com os elementos nominais flexionáveis* foi o que exerceu maior influência para o uso da concordância e o que teve maior número de sentenças no *corpus* analisado, como pode ser visto no exemplo, “(9a) *As pessoas se tornam mais íntimas uma das outras*. [F, f, u, I 20]” (SALGADO, 2008, p. 23). Os outros tipos *sujeito nulo* e *sujeito explícito pronominal* não foram tão atuantes na aplicação da concordância. Em relação ao tipo morfológico de predicativo de sujeito, o que apresentou maior probabilidade de aplicação foi o do *adjetivo*, seguido pelo do *particípio*.

Também foi apontado que, em relação aos pronomes pessoais exercendo a função de sujeito, os pronomes de *terceira pessoa* são os facilitadores da concordância entre sujeito e predicativo do sujeito.

Quanto às variáveis extralinguísticas, a variável sexo não apresentou papel muito significativo, uma vez que homens e mulheres não apresentaram tanta diferença em relação ao uso, estas apresentando 83% (0.52) e aqueles 82% (0.49) de concordância.

A variável escolaridade foi tida como relevante, sendo dividida em dois grupos, um correspondendo a “até 12 anos de escolarização” e o outro, a “universitário”. Os resultados encontrados revelaram que os universitários apresentaram um número menor de concordância (79%, 0.42), em relação aos não-universitários (84%, 0.56).

Na fala dos moradores de Muquém foram encontradas sentenças que apresentaram os seguintes comportamentos, como podem ser vistos em (13):

²⁰ A numeração dos exemplos e o código entre colchetes estão de acordo com o que foi apresentado no trabalho pesquisado. Os códigos entre colchetes representam respectivamente: inicial do nome do informante, sexo (*m* para masculino e *f* para feminino), escolaridade (*n* não-universitário e *u* universitário) e idade.

- (12) a. *a maioria são tudo prima com primo* [AJ, F, I 44]
 b. *as casaØ são interessanteØ* [JS, M, I18]
 c. *as crianças fica tudo cheiaØ de osadia* [ES, M, I44]
 d. *meus fioØ é quatro adotivoØ* [FP, M, I63]
 e. *nóis era donoØ* daqui [JA, M, I84]; quando *nóis era criançaØ* [AJ, F, I 44]
 f. *eles não são quilombolaØ* [AN, F, I35]

Nota-se que há uma grande instabilidade em relação à concordância entre os elementos dessa estrutura de predicação, não havendo concordância verbal em (a), (c), (d) e (e), não havendo concordância entre sujeito e predicativo em (b), (c), (d), (e) e (f) e não havendo concordância no interior do sintagma nominal sujeito, como em (b) e (d).

Para tentar descrever os comportamentos relacionados à concordância entre sujeito e predicativo do sujeito encontrados na fala dos moradores de Muquém e exemplificados por essas sentenças, esta dissertação vai tomar como base as informações apresentadas pelos referidos autores.

Do que foi exposto por Duarte (2003), foram levadas em consideração as observações sobre o fato de a concordância na estrutura predicativa depender da natureza formal do predicativo. Dos estudos de Moura (2007; 2009), como se dá o processo de concordância entre sujeito e predicativo e do sujeito com o núcleo flexional (verbo cópula). De Sibaldo (2009), são adotadas as noções de cópula, predicação e a existência de vários tipos de estrutura de cópula (locativa, predicativa, equativa e auxiliar). E, dos trabalhos sociolinguísticos (Silva, Scherre, Dias, Lucchesi e Salgado), serão levados em consideração a atuação de alguns fatores linguísticos e extralinguísticos e o percentual de variação nas comunidades linguísticas estudadas por estas pesquisas para estabelecer comparações com o que foi apresentado em Muquém.

Capítulo 2. Metodologia

Este capítulo está estruturado em quatro tópicos, sendo o primeiro constituído de alguns aspectos metodológicos da Sociolinguística Quantitativa que estão relacionados a esta dissertação; o segundo constituído dos objetivos e das hipóteses norteadores; o terceiro apresenta informações sobre o *corpus* utilizado neste estudo, sendo constituído de três subtópicos: a amostra, a coleta dos dados orais e a transcrição e a quantificação e o último tópico aborda a variável dependente em estudo e suas variáveis independentes.

2.1 Apontamentos sobre a metodologia da sociolinguística quantitativa

O estudo da relação entre estrutura e funcionamento da língua e da sociedade proposto pela Sociolinguística retoma a importância do entendimento de língua como um fenômeno social e tenta estabelecer propostas teórico-metodológicas que levem em conta o fator social para o estudo da língua em uso.

A Sociolinguística Quantitativa, também denominada de Sociolinguística Variacionista, que apresenta como principal teórico William Labov, elabora uma proposta metodológica coerente com a perspectiva sociolinguística, partindo do pressuposto de que todas as línguas são heterogêneas e são faladas por pessoas que vivem em sociedade. A teoria destaca o papel dos processos sociais e históricos para a configuração e estudo das línguas.

Para essa teoria, a diversidade ou a heterogeneidade inerente às línguas é passível de ser sistematizada pelo fato de existirem fatores linguísticos e extralinguísticos que

condicionam e que favorecem a escolha de uma das formas variantes encontradas nas comunidades de fala.

Saussure (2004 [1916]) afirmou que a língua era um produto social, portanto homogênea e sistemática e reconheceu que a fala era o uso individual dos falantes, conseqüentemente, heterogênea e assistemática. Para esse teórico, o estudo sistemático da língua não exigiria a coleta de dados por meio da fala de vários indivíduos. Porém, tal forma de estudo gera o que Labov denomina *paradoxo saussuriano*, pois “o aspecto social da língua é estudado pela observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual, somente pela observação da língua em seu contexto social” (LABOV, 2008, p. 218).

Labov, então, mostra que a língua é ao mesmo tempo um produto social e individual e que a regularidade dos fenômenos linguísticos pode ser visualizada por meio de amostras representativas e os fenômenos linguísticos podem ser analisados quantitativamente, uma vez que “a aplicação da teoria de probabilidade nos dados nos permite extrair regularidades de maior ordem que governam variações na comunidade”²¹ (LABOV, 1994, p. 25, tradução nossa).

Em relação a amostras representativas, seria muito extenso, até mesmo dispendioso, coletar dados de todos os membros da comunidade estudada, então, a coleta é feita com determinado número de informantes que possa garantir uma amostra coerente com o que realmente é visto na comunidade. A quantificação está relacionada à comprovação da regularidade no comportamento linguístico que pode ser apontada nos resultados estatísticos e probabilísticos (peso relativo) oriundos dos dados coletados na comunidade.

A metodologia proposta por essa teoria, desse modo, se baseia em informações empíricas coletadas em uma amostra representativa de informantes de uma dada comunidade, buscando a naturalidade (ou espontaneidade) desses informantes para que possa se observar o

²¹ The application of probability theory to the data allows us to extract higher-order regularities that govern variation in the community.

fenômeno linguístico estudado, seja na fala ou na escrita para, então, analisá-lo à luz dos resultados quantitativos. A quantificação dos dados é realizada pelo pacote de programas de computador que utiliza o modelo estatístico desenvolvido inicialmente por Rousseau e Sankoff (1978)²². Durante todo o processo, o linguista vai levantando possíveis fatores condicionantes linguísticos e extralinguísticos que estejam influenciando o uso das variantes.

Para os sociolinguistas variacionistas, o objeto de estudo é a língua usada como instrumento de comunicação numa comunidade de fala (LABOV, 2008, p. 220). A língua em uso é fonte para que se possa compreender porque não há um caos linguístico e porque os falantes se entendem e compartilham elementos linguísticos que os identificam como integrantes de uma mesma comunidade linguística. A fala das comunidades é determinada por fatores linguísticos e extralinguísticos, por isso se diz que ela pode ser sistematizada. O estudo dessa fala se constitui de um processo longo e de grande importância para a pesquisa.

A escrita também pode ser um bom instrumento de investigação linguística, principalmente, quando o foco de estudo está relacionado a estágios anteriores da língua e que não possuem registro oral, mas apenas escrito. Sabe-se que existem questões controversas sobre o estudo da língua por meio da escrita, pelo fato de esta normalmente apresentar traços mais formais, não espontâneos e polidos, ou podados, pelas normas cultas e, muitas vezes, não permitir que sejam identificadas informações sobre o local, o período em que o documento foi escrito, o autor e sua posição social, o gênero textual e seu objetivo e informações sobre o destinatário e sua posição em relação ao remetente.

Durante esta pesquisa foram procurados no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, no Arquivo Judiciário de Maceió e em instituições públicas no município de União do Palmares documentos escritos antigos que mostrassem o uso dessas variantes pelos antigos

²² Esse foi o primeiro modelo desenvolvido por Rousseau e Sankoff. Modelos atualizados já foram desenvolvidos como o Goldvarb (RAND & SANKOFF, 1990), o Goldvarb 2001 (LAWRENCE, ROBINSON & TAGLIAMONTE, 2001) e, mais recentemente, o Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005).

moradores de Muquém ou de descendentes africanos na região de União dos Palmares. Mas, infelizmente, esse estudo em tempo real não foi possível, uma vez que esses documentos não foram encontrados.

Para verificar se o fenômeno da variação nas estruturas predicativas presente na comunidade se caracteriza como uma mudança em curso ou uma variação estável, será utilizado o método do tempo aparente. De acordo com Labov, o estudo da mudança em progresso deve operar com o princípio da uniformidade, nesse princípio, “postulamos que as forças que operam para produzir a mudança linguística hoje são do mesmo tipo e ordem de grandeza das que operavam no passado, há cinco ou dez mil anos” (2008, p. 317-318).

No estudo em tempo aparente é observado o comportamento da variação na fala dos informantes distribuídos em várias faixas etárias. Normalmente, a fala dos informantes mais velhos é comparada com a dos mais jovens para verificar se realmente está ocorrendo uma mudança em progresso (LABOV, 1994, p. 45-46).

A delimitação da comunidade de fala faz parte dos primeiros procedimentos adotados para a pesquisa em Sociolinguística. A definição de comunidade de fala adotada nesta pesquisa é a apresentada por Labov (2008 [1972], p. 150):

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso.

A comunidade a ser estudada deve ser estabelecida antes do início da coleta de dados e deve corresponder aos objetivos do estudo. Como esta pesquisa objetiva verificar se houve influência de línguas africanas no comportamento sintático e morfológico de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito, a comunidade quilombola de Muquém, localizada em União dos Palmares (sede do maior quilombo do Brasil, o de Palmares) e selecionada pelo projeto coordenado pela Profa. Denilda, é adequada para esta investigação.

É possível dizer que Muquém²³ se enquadra no perfil de comunidade apresentada por Mattos e Silva (2004, p.19) como importante de ser investigada para a obtenção de possíveis respostas sobre a polêmica de serem decorrentes a fonética, a sintaxe e o léxico do PB de ‘influências africanas’ ou de ‘evolução natural’, pois como afirma a autora “há ainda muita pesquisa a ser feita não só em documentação remanescente em arquivos do Brasil, mas sobretudo trabalho de campo em comunidades predominantemente negras por esses interiores brasileiros”.

Sendo assim, considerando os pressupostos teórico-metodológicos expostos, esta pesquisa se utiliza de informações de cunho sócio-histórico e demográfico relativos à comunidade em estudo e à população escrava em Alagoas e dados orais atuais que possam contribuir para uma maior compreensão sobre a variação de concordância nas estruturas focadas neste trabalho e sobre os fatores atuantes.

2.2 Constituição do corpus

O *corpus* utilizado por esta pesquisa é constituído a partir de entrevistas realizadas na comunidade Muquém pelo grupo de pesquisa do projeto *O conhecimento da realidade linguística e sociocultural da comunidade quilombola do povoado Muquém, da cidade de União dos Palmares – AL*²⁴.

²³ As informações mais detalhadas dessa comunidade foram apresentadas no capítulo 1, tópico 1.4.2 *Aspectos gerais sobre a comunidade quilombola Muquém*.

²⁴ O projeto *O conhecimento da realidade linguística e sociocultural da comunidade quilombola do povoado Muquém, da cidade de União dos Palmares – AL* é coordenado pela Professora Dra. Maria Denilda Moura e é sediado na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A seguir, as questões que envolvem coleta, organização, transcrição e quantificação dos dados serão enfocadas, seguindo Labov (1994; 2008 [1972]).

2.2.1 A amostra

Para compor o *corpus* sincrônico, contendo dados da fala atual dos informantes de Muquém, este trabalho selecionou informantes que fossem naturais dessa comunidade e que não tivessem passado um longo período (equivalente a dois anos ou mais) fora dela²⁵. Para tanto, foi aplicada uma ficha social em que são descritas as informações sobre escolaridade, idade e sexo dos colaboradores.

Seguindo a hipótese de que fatores extralinguísticos são significativos para a escolha de uma das variantes, estratificamos a amostra segundo os fatores idade e sexo.

Levando em conta o fator sexo, a amostra se constitui de seis pessoas do sexo feminino e de seis do sexo masculino.

Sobre o fator idade, a amostra foi subdividida em três faixas etárias, contendo 4 informantes em cada uma, sendo elas: I – de 10 a 30 anos; II – de 31 a 50 anos; e III – de mais de 50 anos.

Foram selecionados dois informantes para cada célula, constituindo um total de 12 informantes de uma população de mais ou menos quinhentas pessoas. A distribuição dos informantes segundo os fatores citados pode ser visualizada no quadro I – *Distribuição dos informantes segundo grupos de fatores extralinguísticos: sexo e faixa etária*, que se encontra na apresentação desta pesquisa.

²⁵ O modelo de ficha social adotado por esta pesquisa pode ser visto no anexo B.

2.2.2 A coleta de dados

Os dados coletados neste trabalho são do tipo oral. A seguir serão abordados aspectos metodológicos que foram baseados na obra de Labov (2008[1972]; 1994) e Hernandez-Campoy e Almeida (2005) sobre a coleta desse tipo de dado.

2.2.3 Dados orais

Na coleta de dados, Labov (2008 [1972], p. 242-245) afirma que o linguista deve se ater a cinco axiomas metodológicos como o da alternância de estilo, o da atenção prestada à fala, o do vernáculo, o da formalidade do contexto e o dos bons dados. O paradoxo do observador está relacionado a esses axiomas, pois o investigador deve buscar nos informantes esses dados, mas a produção (escrita ou falada) deve ser espontânea. Como sugestões para a realização da entrevista, Labov salienta que o pesquisador busque a naturalidade na fala dos entrevistados. Para tanto, indica o desvio da atenção do falante em relação à situação constrangedora; o estímulo a narrativas de experiências com emoções fortes e a busca de interação em pares.

A fim de estimular a fala espontânea, normalmente se pede para o informante relatar alguma experiência de vida, pois, nesse tipo de relato, o falante se foca na informação a ser passada, oferecendo uma maior naturalidade à fala, e se polícia menos em relação ao uso da norma padrão. O vernáculo, essa fala natural, é o que os investigadores buscam nos dados orais coletados, pois é nesse falar que a língua em uso pode ser mais bem descrita.

Este trabalho utiliza a entrevista como um meio de coletar os dados. Como afirma Hernandez-Campoy, essa é a técnica mais conhecida e praticada nas pesquisas variacionistas (2005, p. 135). O instrumento utilizado para a gravação das entrevistas foi um MP3 portátil.

Foi selecionada por esta dissertação a técnica da entrevista com perguntas²⁶ estruturadas com base em temas relacionados ao dia-a-dia da comunidade como, por exemplo, sobre a fabricação de cerâmica, o trabalho na lavoura, as atividades culturais, a festa em homenagem a Zumbi, e outras baseadas nas perguntas feitas no projeto *Serra da Barriga* realizado, nessa mesma comunidade, pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) no ano de 1997.

Todas as entrevistas utilizadas neste estudo fazem parte do banco de dados do grupo de pesquisa, coordenado por Moura, *O conhecimento da realidade linguística e sociocultural da comunidade quilombola do povoado Muquém, da cidade de União dos Palmares-AL* e contaram principalmente com a minha participação e a de Dariana dos Santos.

No total, foram coletados 14 depoimentos, mas somente 12 foram utilizados nesta investigação para proporcionar a mesma quantidade de informantes em cada célula. Para a realização das entrevistas foram necessárias várias visitas ao povoado que fica aproximadamente a 80 km de Maceió.

Antes de entrar em contato com os moradores, foi feito o aviso e solicitada a permissão à representante da comunidade. Os entrevistados também foram avisados da gravação das entrevistas e só foram realizadas as autorizadas por eles.

O primeiro contato com a comunidade foi feito por Dariana dos Santos, integrante do referido grupo, que é moradora de União dos Palmares e conhecida de alguns habitantes de Muquém em consequência da realização de uma pesquisa na mesma comunidade para a produção de sua monografia em 2004. Em seguida, também participei das visitas à

²⁶ As perguntas da entrevista encontram-se no anexo C.

comunidade. Esses primeiros contatos serviram para uma maior aproximação entre pesquisadores e colaboradores e para minimizar a desconfiança dos moradores em relação às entrevistas. De modo geral, as gravações foram feitas nas casas dos próprios moradores, com exceção de uma que foi feita no galpão de artesanato.

Nesse primeiro momento, no mês de abril de 2009, foram realizadas as entrevistas com 6 moradores de Muquém e, no dia 4 de maio de 2009, com 1 (um) morador de União dos Palmares descendente de Basiliano Sarmiento, que poderia ter sido o antigo proprietário das terras de Muquém. Desses 6 depoimentos, apenas um não foi utilizado por esta investigação, correspondendo ao relato do jovem. Os critérios utilizados para a exclusão foram o pouco tempo de duração da entrevista e a pequena quantidade de realizações da estrutura predicativa. O relato do morador de União dos Palmares foi utilizado apenas para a reconstrução da história da cidade de União. Dessa forma, as entrevistas consideradas para a análise quantitativa (VARBRUL) são referentes a 5 depoimentos: 2 homens, sendo um da faixa etária II e o outro da III, e 3 mulheres, cada uma representando uma faixa etária.

Para completar o total de 12 informantes, foram necessárias mais três visitas. A primeira foi feita no dia 29 de junho (manhã e tarde) e permitiu a coleta de 4 depoimentos (1 homem da faixa etária II e 3 mulheres, cada uma representando uma faixa etária). A segunda visita ocorreu na manhã do dia primeiro de julho, mas, por conta do tempo chuvoso e da rejeição por parte de alguns moradores, foi possível coletar apenas o depoimento de um jovem da faixa etária I. Por fim, na terceira visita, referente à tarde do dia 24 de julho, as entrevistas restantes foram feitas com 2 homens, sendo um da faixa etária I e o outro da faixa etária III.

Não foi possível manter um padrão de duração de tempo para cada entrevista, pois foi respeitada a característica mais extrovertida ou mais introvertida de cada informante, mas a média correspondente a todas as entrevistas foi de 13 minutos.

2.2.4 A transcrição e a quantificação

Após os dois momentos iniciais, de escolha da comunidade e coleta de dados, segue o da transcrição, principalmente para registrar o que foi coletado na gravação. Nesta pesquisa realizada, foi feita a transcrição ortográfica, seguindo as orientações e os procedimentos adotados pelo Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN)²⁷, coordenado pela Profa. Dra. Maria Denilda Moura.

Após a transcrição e a seleção das sentenças que apresentaram o fenômeno linguístico estudado por esta pesquisa, foi feita a codificação dos dados de acordo com todos os fatores selecionados. Cada fator recebeu um código e ao aparecer na sentença foi registrado.

A quantificação dos dados foi feita pelo programa *Variable Rule Analyses*, mais conhecido como VARBRUL, na versão Goldvarb X. Este modelo logístico, ao verificar o efeito relativo de cada fator da variável dependente, gera resultados numéricos com valores em percentuais e probabilísticos, denominados pesos relativos, que são de grande importância para a análise linguística dos resultados (SCHERRE; NARO, 2003, p. 161).

O pacote de programas VARBRUL apresenta algumas versões como, por exemplo, a versão Goldvarb (RAND & SANKOFF, 1990), para computadores Macintosh; a versão Goldvarb 2001 (LAWRENCE, ROBINSON & TAGLIAMONTE, 2001), adaptada para ambiente Windows; e, mais recentemente, a versão Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005), muito parecida com a versão anterior, mas corrigida e compatível com computadores Macintosh, Windows e Linux.

Apesar de o programa apresentar essas versões, de modo geral, todos apresentam as funções do Checktok e Readtok. Por meio da codificação, essas funções preparam os dados

²⁷ Os procedimentos podem ser vistos no anexo D. O banco de dados do PRELIN pode ser visto em: <http://www.fale.ufal.br/projeto/prelin/>

para a análise; Makecell (ou Make3000) produz resultados percentuais e prepara os dados para a análise de pesos relativos; Ivarb (ou Varb2000) projeta os pesos relativos de análises binárias; e Crosstab (ou Cross3000) efetua “a tabulação cruzada de duas variáveis independentes previamente estabelecidas” (SCHERRE; NARO, 2003, p.159).

O pacote de programas é um importante auxílio para identificação dos fatores atuantes em uma ou outra variante, mas é importante lembrar que o linguista é quem vai interpretar os resultados e oferecer explicações plausíveis para o fenômeno estudado.

2.3 Variável dependente e variáveis independentes

Segundo Chambers (1995), para que uma variável linguística seja reconhecida como tal, é preciso apresentar formas variantes. Na sociolinguística variacionista, a variável linguística que apresenta variantes – “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 1990, p. 8) – é considerada como uma variável dependente que pode ser sistematicamente explicada por ser governada por fatores condicionantes, ou variáveis independentes, do tipo linguístico ou extralinguístico.

Esse mesmo autor afirma que num estudo sociolinguístico é primordial estabelecer a relação entre a variação linguística estudada, ou seja, a variável dependente, com variáveis independentes, sejam elas internas ou externas²⁸ (ibid., p. 17).

A variável linguística dependente, neste trabalho, é do tipo binária, correspondendo à variante com marcas de concordância, como pode ser visto em (13), e à variante de não-

²⁸ Correlating linguistic variation as the dependent variable with independent variables such as linguistic environment, style or social categories is the primary empirical task of sociolinguistics (CHAMBERS, 1995, p.17)

marcação de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito, visto em (14), ambos trechos retirados dos depoimentos dos informantes de Muquém:

(13) Marcação de concordância: “...a mãe ainda *era escrava*” [ES, M, I44]

(14) Não-marcação de concordância: “agora os menino *tão solto*” [AJ, F, I44]

É importante dizer que foi feito um recorte dos tipos de sentenças predicativas, sendo estudadas nesta pesquisas apenas as sentenças declarativas finitas. Como foi apontado por Pereltsvaig (2001) e Higgins (1976, apud SIBALDO, 2009), as estruturas de cópula podem ser de várias formas como locativa, predicativa, equativa (identidade) e auxiliar. Porém, nesta dissertação foram observadas somente as predicativas, como pode ser visto em (14) e (15), e as equativas, como em: “*a presidente é a Joana*”²⁹ [JI, M, I18].

A correlação entre a variável linguística dependente e as variáveis independentes será feita por meio dos fatores extralinguísticos e dos fatores linguísticos.

2.3.1 As variáveis extralinguísticas

A variável faixa etária é de grande importância para os estudos de mudança linguística que utilizam, principalmente, o método de tempo aparente, pois permite a investigação da fala de pessoas mais idosas e a de pessoas mais jovens de uma mesma comunidade, fazendo comparação entre essas falas e verificando as diferenças linguísticas que podem corresponder a diferentes momentos do tempo.

²⁹ Nome fictício.

Esta pesquisa acredita que a idade seja forte condicionante para uma das formas, uma vez que as faixas etárias compartilham traços linguísticos comuns e, como mostra Chambers (1995, p. 8), os estágios referentes à idade apresentam consequências linguísticas significativas. Sendo assim, este trabalho estabeleceu três faixas etárias, tentando aproximá-las ao que se denomina fase jovem, adulta e idosa, sendo a primeira de 10 a 30 anos; a segunda de 31 a 50 anos; e a terceira de mais de 50.

Ao falar da variável sexo, Chambers (1995, p. 8) afirma que em determinados locais não há diferenças consideráveis de uso linguístico entre homens e mulheres.

No Brasil, de modo geral, pesquisadores como Paiva (2003, p.33-42) mostra que no plano lexical se situam as diferenças mais evidentes entre a fala de homens e mulheres, porém a diferença também ocorre em outros planos gramaticais e isso tem sido visto em estudos como o de Naro e Scherre (1998), cujos resultados comprovam que as mulheres se revelam mais conservadoras e tendem a usar as variantes mais prestigiadas socialmente.

Na comunidade linguística investigada por este estudo, boa parte dos homens passa muito tempo fora de casa trabalhando durante o dia nas lavouras próximas ou vivendo por vários meses em outros estados para trabalhar no corte de cana. As mulheres, por sua vez, são as responsáveis pela segurança do lar, pela criação dos filhos e, muitas vezes, pela geração de renda extra da família por meio do artesanato. Tais fatos observados levaram esta pesquisa a verificar se existe diferença no uso linguístico entre o sexo masculino e o feminino.

Abaixo estão alguns exemplos de variação de concordância entre sujeito e predicativo que podem estar sendo motivados por essas duas variáveis extralinguísticas (sexo e faixa etária):

- (15) Mulher – faixa etária I
 - (a) ela é a presidente da associação [MS, F, I23]
 - (b) os pais são morenoØ [MS, F, I23]

- (16) Mulher – faixa etária II
 (a) ela era muito abusada [AJ, F, I 44]
 (b) eles não são quilombolaØ [AN, F, I35]
- (17) Mulher – faixa etária III
 (a) o estudo é bom [IR, F, I62]
 (b) as casa eraØ contadaØ [IR, F, I62]
- (18) Homem – faixa etária I
 (a) algumas são legais [JS, M, I18]
 (b) as casaØ são interessanteØ [JS, M, I18]
- (19) Homem – faixa etária II
 (a) ele era responsave pela aquela área [ES, M, I44]
 (b) os homens ficavaØ só na retaguarda escondidoØ [ES, M, I44]
- (20) Homem – faixa etária III
 (a) ele era casado [JA, M, I84]
 (b) eles são obedienteØ [FP, M, I63]

2.3.2 As variáveis linguísticas

Silva (2003, p.70) apresenta um apanhado histórico sobre a relevância das variáveis linguísticas, reforçando que, para se fazer um adequado estudo de fenômenos sintáticos, é necessário considerar o seu contexto discursivo, não se detendo em “sentenças isoladas”. Tais orientações são aplicadas neste trabalho com base na observação dos dados encontrados no *corpus* e na seleção de fatores morfossintático e semânticos.

Com base em estudos variacionistas como o de Scherre (1994), Silva (2007), Lucchesi (2008) e no que foi observado nos dados coletados, foram levantados, inicialmente, como possíveis grupos de fatores linguísticos que pudessem estar influenciando a escolha das variantes pela comunidade: Tipos de sujeito, Tipos de sujeito pronominal, Tipos de

predicativo do sujeito, Concordância verbal, Tipo de verbo, Material interveniente entre o verbo e o predicativo, Ordem dos constituintes na sentença, Concordância nominal de número no Sintagma Nominal (SN) sujeito, Referência ao falante no discurso e Caracterização semântica do sujeito. Porém, ao analisar os dados selecionados e após a primeira rodada no Goldvarb X (versão mais atual do Varbrul), foi notada a necessidade de “modificar” e de excluir alguns deles.

Abaixo seguem as informações sobre esses fatores e as razões pelas quais as alterações tiveram que ser feitas para garantir um resultado mais representativo. No fim das apresentações, encontra-se um quadro resumido dos fatores que foram considerados para a análise final dos resultados apresentados numa segunda rodada do Goldvarb X.

2.3.2.1 Tipos de sujeito

O grupo de fator *Tipos de sujeito* é utilizado em estudos sociolinguísticos (MOLLICA, 2003) para verificar se determinados tipos de sujeito favorecem mais a marcação de concordância do que outros. Neste trabalho, a princípio, foram escolhidos, com base em estudos do trabalho de Scherre (1994) e das classificações encontradas nas obras de Macambira (1970) e de Duarte (2003):

- (21) (a) o sujeito nulo, aquele que é representado como um pronome sem realização fonética, mas que pode ser identificado pela flexão verbal:
- i. \emptyset era um poderoso [MC, F, I15]
 - ii. aqui \emptyset era uma mata fechada [AN, F, I35].

(b) o sujeito explícito, constituído de elementos nominais flexionáveis, representado por um sintagma nominal e que apresenta flexão de número e de gênero como pode ser visto em (i):

- i. *As casaØ* era contadaØ [IR, F, I62]

(c) o sujeito explícito pronominal, constituído de pronomes pessoais, relativos e outros, como pode ser visto em (23).

Relacionado ao grupo de fator tipo de sujeito surgiu o interesse de especificar os *Tipos de sujeito pronominal*. O objetivo foi verificar a influência dos diferentes tipos de pronomes em relação às formas variantes, uma vez que foram encontrados pronomes pessoais, relativos, demonstrativos e indeterminados na posição sujeito, respectivamente, vistos abaixo:

- (22) (a) *nóis* era dono daqui [JA, M, I84]
 (b) Os povoØ *que* são empregadoØ do governo [LN, M, I47]
 (c) *Is* 'aqui tudo era Muquém [JA, M, I84]
 (d) *todos* são família [AN, F, I35]

Os pronomes foram subdivididos em quatro grupos, sendo eles: (a) pronome pessoal de 1ª pessoa (singular e plural), (b) pronome pessoal de 3ª pessoa (singular e plural), (c) pronome relativo, (d) pronomes demonstrativo e indeterminado.

Em relação aos pronomes pessoais³⁰, seriam observados pronomes de 1ª e 3ª pessoas, já que não foi visto no *corpus* o uso de pronomes de 2ª pessoa na estrutura sintática analisada. O estudo do pronome relativo seria utilizado para verificar se a presença dele em alguns dados coletados estaria ou não influenciando a concordância. Pelo fato de substituir o termo e de manter esse antecedente mais afastado do predicativo, tinha-se a hipótese de que a presença

³⁰ Para a codificação dos dados, o pronome “a gente” foi incluído nos de 1ª pessoa, representação semântica, embora, para realizar a concordância gramatical, se comporte como de 3ª pessoa.

do pronome relativo influenciaria a não-marcação de concordância. Os outros tipos de pronomes constituiriam um mesmo grupo porque isolados apresentaram pouca frequência.

Ao realizar a primeira rodada, notou-se que o grupo de fator *tipos de sujeito* e o grupo de fator *tipos de sujeito pronominal* foram os primeiros a ser eliminados. Foi adotada, então, a proposta de Guy & Ziles (2007, p. 188-189) de amalgamar os dois fatores no intuito de verificar uma possível mudança no resultado do programa estatístico, evitando uma redundância na análise e combinando fatores com semelhança linguística.

Por conta dessa modificação, os dois grupos de fatores foram combinados, resultando no grupo tipos de sujeito e subdivididos em: *Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no singular*; *Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no plural*; *Sujeito pronominal singular*; *Sujeito pronominal plural*. Nos dois últimos estão incluídos os pronomes pessoais de 1ª e 3ª pessoa, os relativos, os demonstrativos e os indeterminados.

2.3.2.2 Tipos de predicativo do sujeito

A variável *Tipos de predicativo do sujeito* também é utilizada neste estudo para verificar se há tipos de classes gramaticais que apresentam maior influência na aplicação da concordância entre o sujeito e o predicativo em detrimento de outras. Classes gramaticais vêm sendo trabalhadas em estudo da concordância nominal como o de Scherre (1994) e Lucchesi (2008). Poderiam constituir esse grupo os predicativos dos tipos nominal, adjetival, preposicional, adverbial e participial. Porém, como somente os tipos nominal, adjetival e

participial, respectivamente em (23), estabelecem a relação de concordância com o sujeito, apenas estes foram selecionados para a montagem do *corpus*:

- (23) (a) eu sô *presidente* [AN, F, I35]
 (b) água é *falsa* [FP, M, I63]
 (c) eu tô *sentada* ali [IR, F, I62]

2.3.2.3 Concordância verbal

A variável *Concordância verbal* também será analisada para verificar “a hipótese de que em sentenças em que há concordância verbal, também haverá concordância nominal entre o predicativo e o sujeito” (SILVA, 2007, p. 87).

- (24) (a) com concordância verbal: *eles não são* quilombola [MS, F, I23]
 (b) sem concordância verbal: *alguns fica*Ø amarradoØ [JS, M, I18]

Relacionada à concordância verbal, foi pensada a possibilidade de verificar a atuação do grupo de fator *Tipos de verbo*. Normalmente, os verbos “ser” e “estar” são os mais usados para esse tipo de predicação, mas autores (MOURA, 2007; SIBALDO, 2009) apontam que apesar da aparente semelhança entre eles, há restrições em relação à função e à atuação desses verbos pelo fato de serem constituídos de propriedades semânticas diferentes, o *ser* apresenta a propriedade “permanente” e o *estar*, a “temporária”, como pode ser notado nestes exemplos (10) e (11), de Moura (2007, p. 70): “(10) O Paulo é doente (predicado permanente); (11) O Paulo está doente (predicado temporário)”. Porém, não foi possível verificar se essas características estariam influenciando a marcação de concordância neste estudo, ficando para pesquisas futuras.

2.3.2.4 Material interveniente entre o verbo e o predicativo

A variável *Material interveniente entre o verbo e o predicativo* também foi selecionada para verificar se a presença de elementos entre o verbo e o predicativo favorece a não-marcação de concordância, pois, como estariam mais afastados o sujeito e o predicativo, maior seria a tendência à não-concordância entre esses dois elementos:

- (25) (a) com material interveniente: ela era *muitcho* valente [AN, F, I35]
 (b) sem material interveniente: nós era dono daqui [JA, M, I84]

A variável *Ordem dos constituintes na sentença* foi apontada por autores como Lucchesi (2008) e Silva (2007) como importante de ser observada. Porém, foi desconsiderada nesta pesquisa porque nos dados coletados praticamente todas as sentenças analisadas apresentavam a ordem sujeito-predicativo, sendo poucos os casos de ordem predicativo-sujeito.

2.3.2.5 Concordância nominal de número no SN sujeito

A variável *Concordância nominal de número no SN sujeito* foi apontada por Lucchesi (2008) como relevante para o estudo da variação de concordância em predicativos do sujeito e em participios passivos. Segundo o autor, há uma tendência maior de concordância nessas estruturas quando há concordância no SN sujeito. Sendo assim, será observada se essa variável também será relevante para este estudo.

- (26) (a) com concordância de número no interior do SN sujeito: *os homens ficavaØ só na retaguarda escondidoØ* [ES, M, I44]
(b) sem concordância de número no interior do SN sujeito: *os meninoØ tão soltoØ* [AJ, F, I 44]

2.3.2.6 Referência ao falante no discurso e Caracterização semântica do sujeito

As variáveis *Referência ao falante no discurso* e *Caracterização semântica do sujeito* também foram analisadas em Lucchesi (2008, p. 160-161). Na análise do autor, a primeira foi tida como estatisticamente relevante, demonstrando que a referência ao falante favorece a marcação de concordância de gênero, assim como o traço semântico [+ humano], porém este não foi considerado relevante pelo programa Varbrul. Em Silva (2007, p. 89-90), essas variáveis também foram analisadas, mas nenhuma das duas foi selecionada pelo programa.

Abaixo se encontra um quadro resumido com os fatores linguísticos utilizados na segunda rodagem do GoldvarbX e na análise final desta investigação. Os exemplos foram tirados dos depoimentos dos moradores de Muquém:

QUADRO III: Distribuição dos grupos de fatores linguísticos segundo a variável dependente
Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

<i>Variáveis</i>	<i>Fatores</i>	<i>Exemplos</i>
1. <i>Tipos de sujeito</i>	Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no singular	<i>o estudo é bom</i> [IR, F, I62]
	Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no plural	<i>as casaØ era contadaØ</i> [IR, F, I62]
	Sujeito pronominal singular	<i>eu sou negro com muito orgulho</i> [ES, M, I44] <i>is 'aqui tudo era Muquém</i> [JA, M, I84]
	Sujeito pronominal plural	<i>nóis era dono daqui</i> [JA, M, I84] <i>todos são família</i> [AN, F, I35]
	Sujeito nulo	<i>Ø era um poderoso</i> [MC, F, I15]
2. <i>Tipos de predicativo do sujeito</i>	Nominal	<i>ele era o líde</i> [ES, M, I44]
	Adjetival	<i>o rio tá seco</i> [MN, F, I23]
	Particípio	<i>eu tô sentada</i> [IR, F, I62]
3. <i>Concordância verbal</i>	Concordância	<i>carro é mais caro né</i> [MN, F, I23]
	Não-concordância	<i>nóis era criançaØ</i> [AJ, F, I44]
4. <i>Material interveniente entre o verbo e o predicativo</i>	Presença	<i>ela era meia arisca</i> [ES, M, I44]
	Ausência	<i>os pais são moreno</i> [MN, F, I23]
5. <i>Concordância nominal de número no SN sujeito</i>	Concordância	<i>os homens ficavaØ só na retaguarda escondidoØ</i> [ES, M, I44]
	Não-concordância	<i>as plantaØ aqui tá pouca</i> [MN, F, I23]
6. <i>Referência ao falante no discurso</i>	Referência	<i>eu tô alejado</i> [JA, M, I84]
	Não referência	<i>ele era casado</i> [JA, M, I84]
7. <i>Caracterização semântica do sujeito</i>	[+ humano]	<i>hoje ele é falecido</i> [MN, F, I23]
	[- humano]	<i>as casaØ era contadaØ</i> [IR, F, I62]

A quantificação foi feita conforme a codificação abaixo:

Variável dependente

1 – marcação de concordância

0 – não-marcação de concordância

Variáveis independentes

1. Sexo

M – masculino

F – feminino

2. Faixa etária

J – Faixa I (de 10 a 30 anos)

O – Faixa II (de 31 a 50 anos)

I – Faixa III (mais de 50 anos)

3. Tipos de sujeito

A – Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no singular

B – Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no plural

C – Sujeito pronominal singular

D – Sujeito pronominal plural

E – Sujeito nulo

4. Tipos de predicativo do sujeito

L – Nominal

N – Adjetival

P – Particípio

5. Concordância verbal

Q – Concordância

R – Não-concordância

6. Material interveniente entre o verbo e o predicativo

S – Presença

T – Ausência

7. Concordância nominal de número no SN sujeito

U – Concordância

V – Não-concordância

8. Referência ao falante no discurso

W – Referência

X – Não referência

9. Caracterização semântica do sujeito

Y – [+ humano]

Z – [- humano]

Capítulo 3. Resultados quantitativos

No decorrer deste capítulo, serão analisados os dados com base nos resultados apresentados pelo pacote de programas Goldvarb X (VARBRUL). Este modelo logístico, ao verificar o efeito relativo de cada fator da variável dependente *concordância vs. não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito*, gera resultados numéricos com valores em percentuais e probabilísticos, estes denominados pesos relativos que são de grande importância para a análise linguística dos resultados (SCHERRE & NARO, 2003, p. 161). Outra função importante do programa é fazer uma comparação entre os grupos de fatores e apresentar, na fase denominada *step up*, aqueles considerados estatisticamente como fortes atuantes na aplicação ou não-aplicação da concordância e, na fase *step down*, os que não foram estatisticamente considerados como relevantes para a variação.

3.1 Grupos de fatores selecionados (*step up*)

Após o processo de identificação dos grupos mais atuantes no fenômeno estudado, que, neste caso, é o da variação de concordância entre sujeito e predicativo, o programa vai apresentá-los na ordem decrescente de importância. Nesta pesquisa, os três grupos selecionados foram: *Concordância verbal*, *Tipos de sujeito* e *Referência ao falante no discurso*.

3.1.1 Concordância verbal

O primeiro grupo de fator selecionado foi o que se refere à concordância verbal (CV). Os dados numéricos mostram que, das 185 sentenças em que houve a marca de concordância entre sujeito e predicativo, 174 também apresentavam a concordância entre esses dois elementos e o verbo, proporcionando um valor percentual de 94,1% e 0.66 de aplicação da regra de concordância. Enquanto isso, somente 3 das 27 sentenças apresentaram a aplicação da marca de concordância entre sujeito e predicativo quando não havia a CV.

Tabela III – Relação entre a variável concordância verbal e a variável dependente
Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

Concordância verbal		
<i>Fatores</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Concordância	174/185=94,1%	0.66
Não-concordância	3/27=11,1%	0.01
Total	177/212=83,5%	0.95 (<i>input</i>)

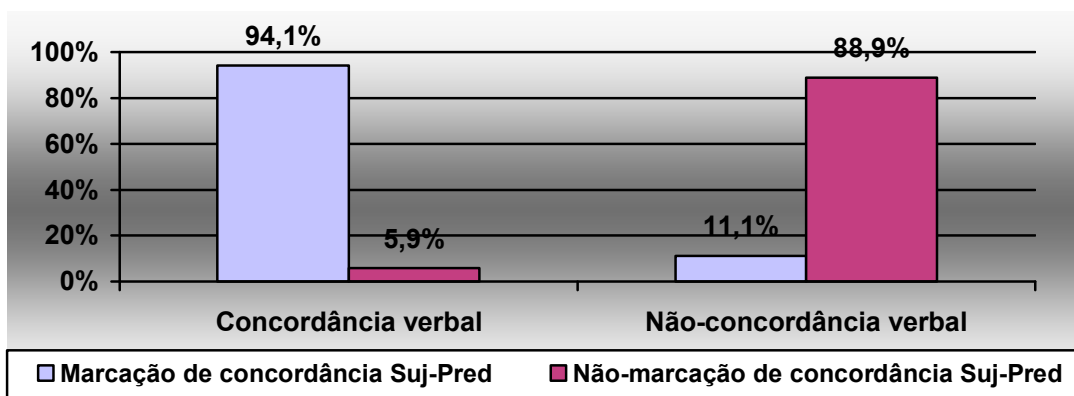
Os exemplos abaixo mostram alguns casos relacionados à concordância entre sujeito e predicativo do sujeito e à concordância verbal:

- (27) (a) “*um pessoal daqui da comunidade são associado* [MS, F, I23]”
(b) *eles não são quilombola* [AN, F, I35]

De acordo com o que foi apresentado por Moura (2005; 2007; 2009), normalmente se espera que sujeito, verbo e predicativo concordem, pois a concordância se dá pela checagem dos traços entre sujeito e predicativo e posteriormente entre sujeito e flexão verbal, mas em

(27a) houve apenas a concordância entre sujeito e predicativo e em (27b), apenas a concordância entre sujeito e verbo.

GRÁFICO I – Relação entre a variável concordância verbal e a variável dependente
Concordância vs. Não-Concordância entre sujeito e predicativo do sujeito



Conforme os resultados vistos na tabela IV e no gráfico I, a marcação de CV está relacionada à marcação de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito e a não-marcação de CV, à não-marcação de concordância entre os outros dois elementos da estrutura predicativa. Apesar dos casos apresentados em (27) de não-concordância entre sujeito, verbo e predicativo, o efeito da coesão estrutural (marcas levam a marcas) parece estar atuando consideravelmente neste grupo de fator.

3.1.2 Tipos de sujeito

A variável *tipos de sujeito* também se mostrou relevante para a questão da variação aqui enfocada. O resultado do peso relativo de cada fator mostrou que apenas os sujeitos explícitos constituídos de nominais no singular favorecem a marcação da concordância entre

sujeito e predicativo. A esse fator também poderia se juntar o de sujeitos pronominais no singular, mas como não houve variação (100% de marca de concordância), pode-se dizer que ele não atua nesse fenômeno variável. Ainda segundo os pesos relativos, os outros fatores não atuam na marcação de concordância entre os dois elementos da predicação copulativa.

Tabela IV - Relação entre a variável tipos de sujeito e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

Tipos de sujeito		
Fatores	Frequência	Peso relativo
Sujeito pronominal singular	64/64=100%	*
Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no singular	57/59=96,6%	0.96
Sujeito nulo	107/114=93,9%	0.42
Sujeito pronominal plural	11/24=45,8%	0.018
Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no plural	2/15=13,3%	0.011
Total	177/212=83,5%	0.95 (input)

O sujeito nulo ficou mais próximo da zona de neutralidade, segundo o peso relativo, mas, observando os resultados em percentagem, o sujeito nulo apareceu também como influenciador da marca de concordância.

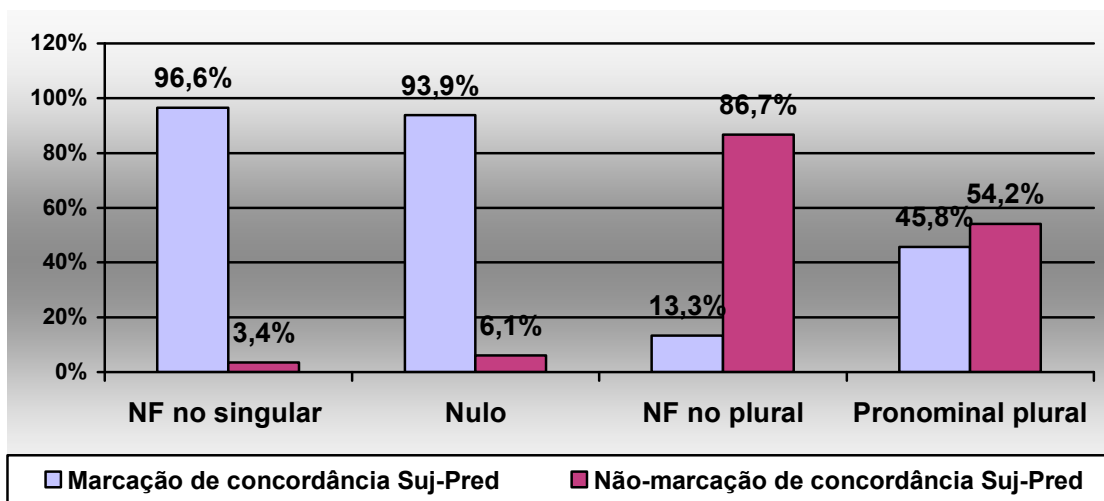
Estabelecendo uma comparação entre os resultados dos sujeitos na forma “plural” e dos sujeitos na forma “singular”, mas excluindo os resultados do “sujeito nulo” pelo fato de poder apresentar em alguns casos a forma singular e em outras a plural, encontraremos os seguintes dados:

Tabela V – Comparação entre os sujeitos na forma singular e os sujeitos na forma plural

Sujeitos: singular vs. plural	
Fatores	Frequência
Sujeito pronominal singular	64/64=100%
Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no singular	57/59=96,6%
Total	121/123=98,3%
Sujeito pronominal plural	11/24=45,8%
Sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no plural	2/15=13,3%
Total	13/39=33,3%

Os resultados apontaram que os sujeitos na forma “singular” apresentam 98,3% de marcas de concordância entre sujeito e predicativo, havendo apenas dois casos de não-marcação de concordância no sujeito constituído de elementos nominais. Os resultados relativos aos sujeitos na forma “plural” mostraram que estes atuam fortemente para a não-marcação de concordância no fenômeno estudado por esta pesquisa, uma vez que apenas 33,3% das sentenças com sujeito no plural apresentaram a marcação de concordância.

GRÁFICO II - Relação entre a variável tipos de sujeito e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito



3.1.3 Referência ao falante no discurso

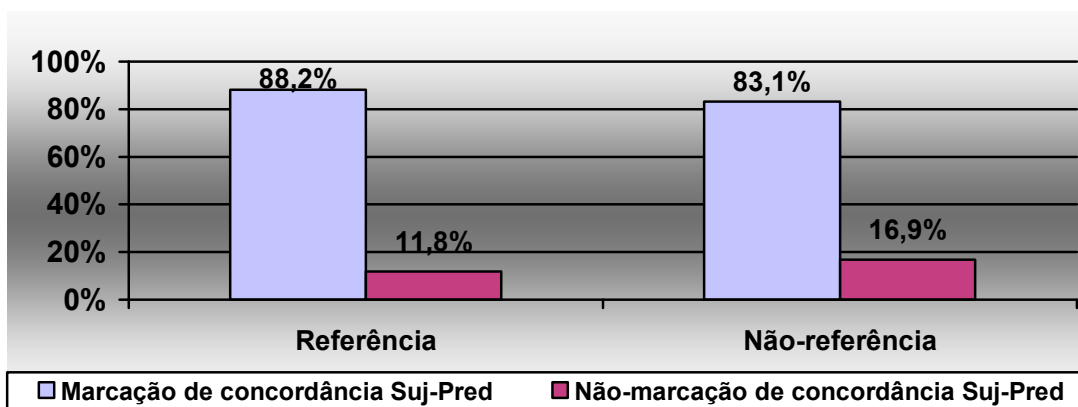
O terceiro selecionado foi o grupo de fatores semânticos *referência ao falante no discurso*. Assim como foi apontado por Lucchesi (2008, p. 163), o resultado desse grupo de fator mostrou que há uma tendência de maior marcação da regra de concordância pelo falante quando este fala de si próprio, correspondendo a 88,2% de marca de concordância e a 0.95 de influência na aplicação. Abaixo segue alguns exemplos:

- (28) Não-referência ao falante:
- (a) Concordância entre suj-pred: *ela* era bisneta da: - da vó dela [MN, F, I84]
 - (b) Não-concordância entre suj-pred: *as casa*Ø era contadaØ [IR, F, I62]
- (29) Referência ao falante:
- (a) Concordância entre suj-pred: *eu* sou associado [LN, M, I47]
 - (b) Não-concordância entre suj-pred: *nóis* num é conhecidoØ [AJ, F, I 44]

Tabela VI - Relação entre a variável referência ao falante e a variável dependente
Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

Referência ao falante no discurso		
<i>Fatores</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Referência	15/17=88,2%	0.95
Não referência	162/195=83,1%	0.43
Total	177/212=83,5%	0.95 (<i>input</i>)

GRÁFICO III - Relação entre a variável referência ao falante e a variável dependente
Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito



3.2 Grupos de fatores não selecionados (*step down*)

Após selecionar os grupos de fatores mais atuantes na variação entre sujeito e predicativo, o programa faz outra série de comparações e, em seguida, apresenta uma ordem de eliminação dos outros grupos. Apesar de não terem sido selecionados na fase *step up*, os resultados dos grupos eliminados serão vistos, pois esses resultados também podem revelar comportamentos da estrutura variável. A seguir, serão apresentados os dados conforme a ordem de eliminação.

3.2.1 Tipos de predicativo do sujeito

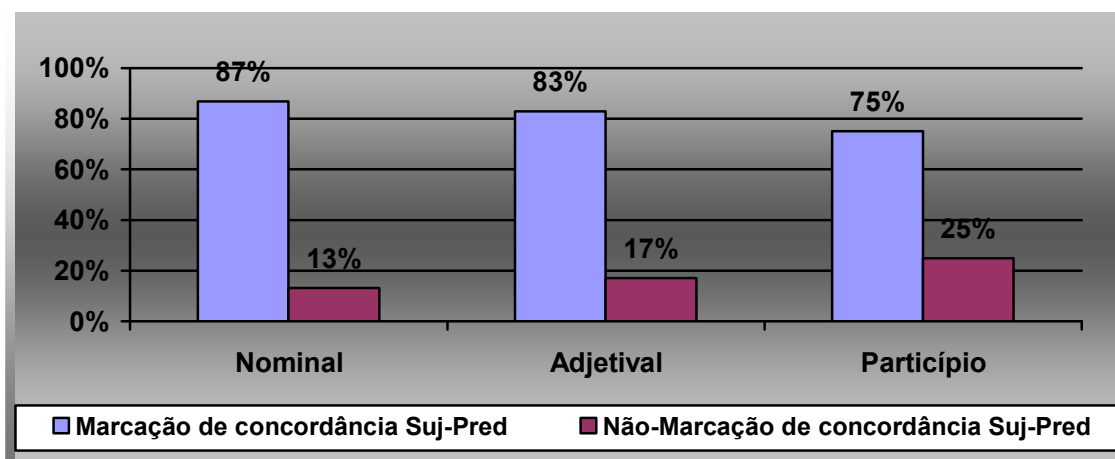
O primeiro a ser eliminado foi o grupo de fator *tipos de predicativo do sujeito*. Os três tipos selecionados estariam numa zona neutra em relação ao fenômeno variável, embora

apresentem uma maior frequência na marcação de concordância, sendo ligeiramente mais favorável, percentualmente, o tipo nominal (87%), seguido dos tipos adjetival (83%) e participial (75%). Em relação ao peso relativo, a maior atuação à marca está relacionada ao tipo nominal (0.55), havendo uma pequena diferença em relação aos outros dois tipos, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela VII – Relação entre a variável tipos de predicativo do sujeito e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

Tipos de predicativo do sujeito		
<i>Fatores</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Nominal	100/115=87%	0.55
Adjetival	44/53=83,0%	0.40
Participial	33/44=75,0%	0.48
Total	177/212=83,5%	0.95 (<i>input</i>)

GRÁFICO IV – Relação entre a variável tipos de predicativo do sujeito e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito



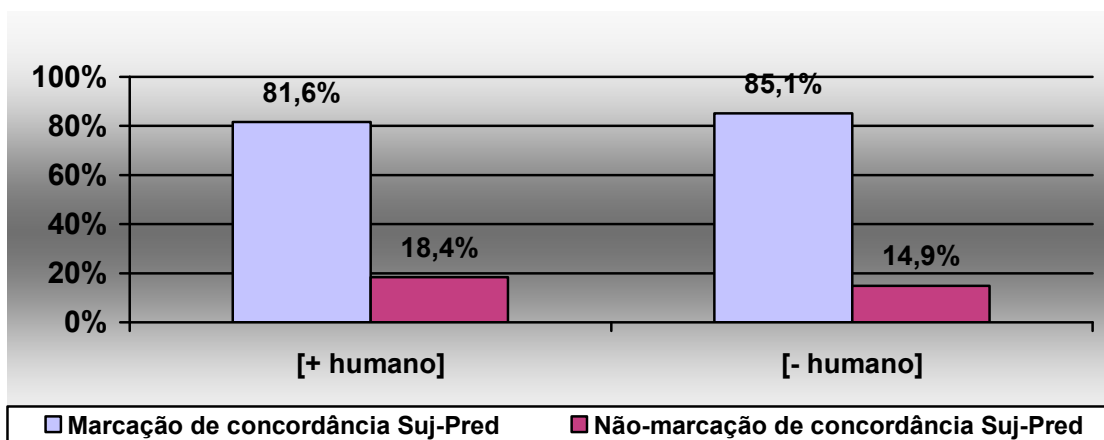
3.2.2 Caracterização semântica do sujeito

A caracterização semântica do sujeito também não foi tida como significativa para esse fenômeno variável. Nos dois tipos de caracterização, há um comportamento semelhante em relação à aplicação e à não-aplicação da marca de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito, inclusive apresentam pesos relativos próximos ao considerado neutro, a saber: 0.50.

Tabela VIII – Relação entre a variável caracterização semântica do sujeito e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

Caracterização semântica do sujeito		
<i>Fatores</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
[+ humano]	80/98=81,6%	0.54
[- humano]	97/114=85,1%	0.45
Total	177/212=83,5%	0.95 (<i>input</i>)

GRÁFICO V – Relação entre a variável caracterização semântica do sujeito e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito



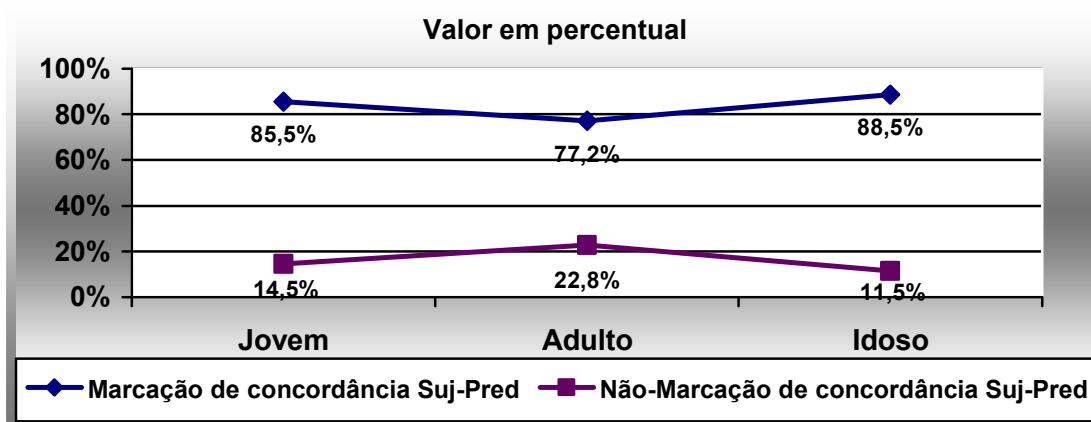
3.2.3 Faixa etária

Embora a existência de mudança em progresso em direção a maior aplicação da regra de concordância na faixa etária mais jovem em detrimento dos mais velhos tenha sido apresentada como hipótese neste trabalho, os resultados não permitiram uma afirmação mais consistente sobre a existência de tal mudança, mas confirmaram que a concordância entre sujeito e predicativo é um fenômeno variável. Em todas as idades o valor percentual mostrou uma maior frequência à aplicação da marca de concordância (tabela IX e gráfico VI), mas em relação ao peso relativo dessa aplicação (gráfico VII) houve um comportamento diferenciado entre as três faixas etárias.

Tabela IX – Relação entre a variável faixa etária e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

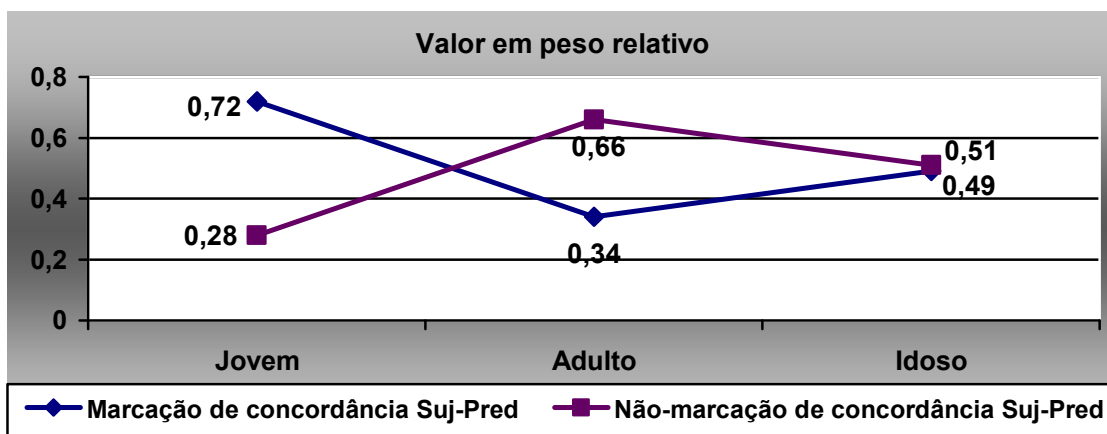
Faixa etária		
<i>Fatores</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Faixa I - de 10 – 30 (Jovem)	47/55=85,5%	0.72
Faixa II - de 31 – 50 (Adulto)	61/79=77,2%	0.34
Faixa III - mais de 50 (Idoso)	69/78=88,5%	0.49
Total	177/212=83,5%	0.95 (<i>input</i>)

GRÁFICO VI – Relação entre a variável faixa etária e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito: percentual



Como pode ser visto no gráfico abaixo, nota-se que os mais jovens, com peso relativo de 0.72, tendem a aplicar muito mais as regras de concordância entre sujeito e predicativo do que os adultos, com 0.34, enquanto os mais idosos apresentam um comportamento neutro (0.49) em relação a essa marcação.

GRÁFICO VII – Relação entre a variável faixa etária e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito: peso relativo



Apesar de não ter sido um dos fatores extralinguísticos investigado por esta dissertação, há fortes indícios de que a escolaridade pode estar atuando nessa variação e motivando os jovens a aplicar as regras de concordância segundo a norma padrão. Por meio da ficha social, foi observado que o grau de escolaridade é mais alto na faixa etária I, caindo para a metade na faixa II e praticamente inexistindo na faixa III. Além disso, vale ressaltar que os jovens são os que mais interagem com os moradores de União dos Palmares, pois a escola da comunidade só oferece as primeiras séries do Ensino Fundamental, tendo os alunos de frequentarem as escolas de União dos Palmares.

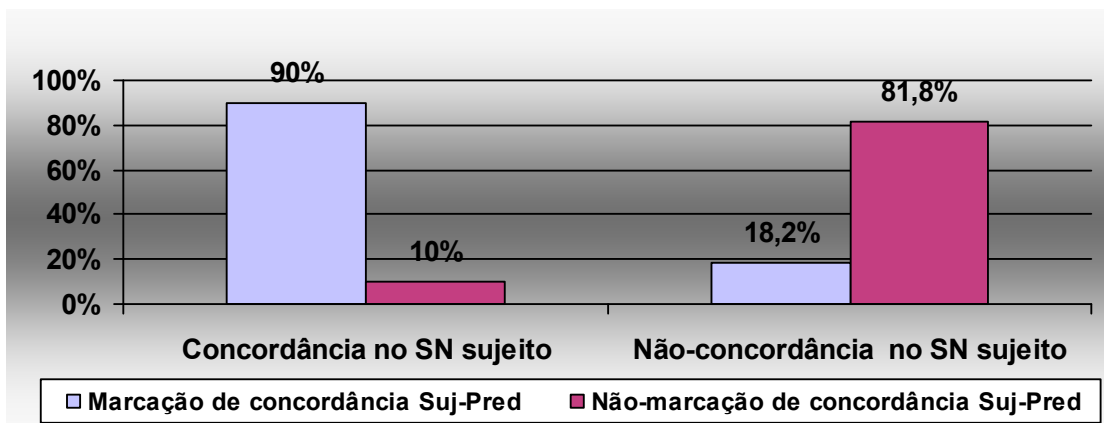
3.2.4 Concordância nominal de número no SN sujeito

O grupo de fator concordância nominal de número no SN sujeito mostrou um resultado curioso. Apesar do aparente efeito da coesão estrutural, em que há a tendência de maior concordância nos predicativos quando há concordância no SN sujeito (LUCCHESI, 2008, p. 163), nos resultados em percentual (Gráfico VIII), os valores dos pesos relativos mostraram que a concordância no interior do SN sujeito tende a não favorecer a aplicação da marca de concordância entre sujeito e predicativo (0.12) e a não-concordância no interior do SN sujeito apresenta um peso de 0.59 na aplicação da marcação entre os dois elementos da estrutura predicativa.

Tabela X – Relação entre a variável concordância nominal de número no sintagma nominal sujeito e a variável dependente concordância vs. não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

Concordância nominal de número no SN sujeito		
<i>Fatores</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Concordância no SN sujeito	54/60=90,0%	0.12
Não-concordância no SN sujeito	2/11=18,2%	0.59
Outros tipos de sujeito	121/141=85,8%	0.68
Total	177/212=83,5%	0.95 (<i>input</i>)

GRÁFICO VIII – Relação entre a variável concordância nominal de número no Sintagma Nominal sujeito e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito



3.2.5 Material interveniente entre o verbo e o predicativo

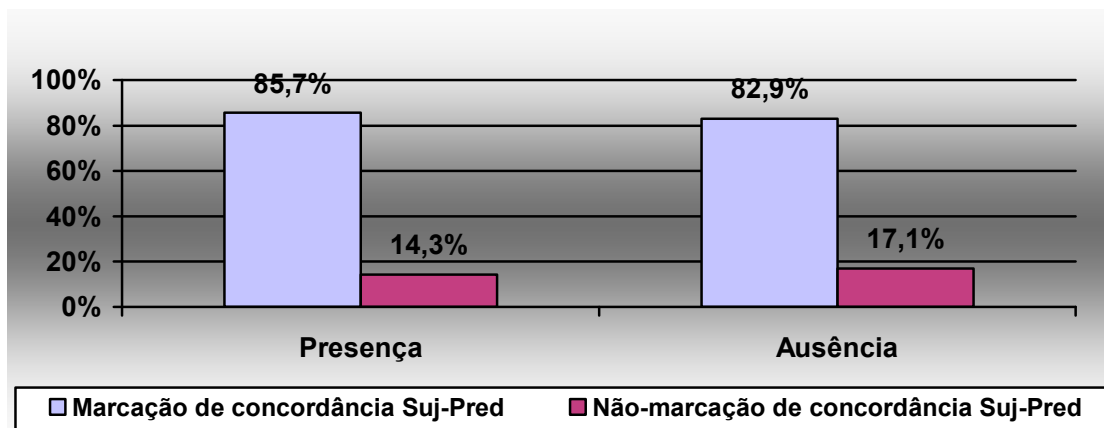
Assim como foi visto em Salgado (2008), segundo o valor do peso relativo, a presença de material interveniente entre verbo e predicativo influencia a não-marcação de concordância

(0.66), porém nos resultados em percentual, nota-se um comportamento semelhante quando há material interveniente (85,7%) e quando não há esse material (82,9%), havendo apenas uma pequena vantagem do fator presença do material interveniente para a não-concordância entre sujeito e predicativo.

Tabela XI – Relação entre a variável material interveniente entre o verbo e o predicativo e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

Material interveniente entre o verbo e o predicativo		
<i>Fatores</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Presença	36/42=85,7%	0.66
Ausência	141/170=82,9%	0.45
Total	177/212=83,5%	0.95 (<i>input</i>)

GRÁFICO IX – Relação entre a variável material interveniente entre verbo e predicativo e a variável dependente concordância vs. não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito



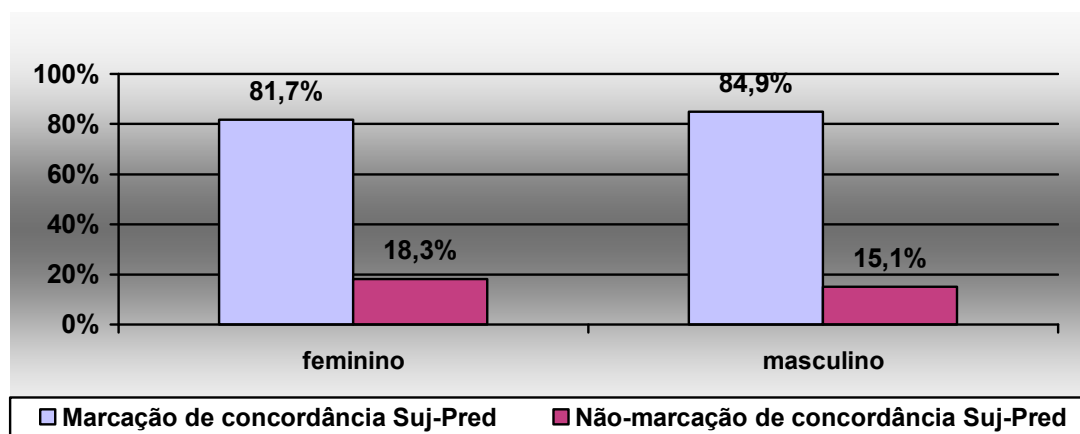
3.2.6 Sexo

A variável *sexo* foi a última a ser eliminada pelo programa estatístico. Os resultados também foram interessantes, uma vez que há uma oposição entre os resultados em percentual e em peso relativo. O primeiro mostrou uma tendência levemente maior do sexo masculino apresentar marcação de concordância entre os dois elementos da estrutura predicativa (84,9%) em relação ao sexo feminino (81,7%), mas os resultados em peso relativo demonstraram que o fator sexo feminino apresenta um peso maior na aplicação da marca de concordância (0.66) do que o fator sexo masculino (0.36).

Tabela XII – Relação entre a variável sexo e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito

Sexo		
<i>Fatores</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Feminino	76/93=81,7%	0.66
Masculino	101/119=84,9%	0.36
Total	177/212=83,5%	0.95 (<i>input</i>)

GRÁFICO X – Relação entre a variável sexo e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito



Apesar de terem sido escolhidas previamente sete variáveis linguísticas como possíveis condicionantes de uma das formas variantes, somente três foram tidas como fortes atuantes na estrutura variável pelo programa estatístico do Goldvarb X: (a) concordância verbal, mostrando o efeito da coesão estrutural, uma vez que nas sentenças em que houve marcação de concordância verbal também houve uma tendência maior ao uso da variante com marcas de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito; (b) tipos de sujeito, revelando que apenas o fator sujeito constituído de elementos nominais flexionáveis no singular favorece a marcação de concordância, enquanto os fatores sujeito nulo, sujeito pronominal plural e sujeito constituído de elementos nominais flexionáveis no plural favorecem a não-marcação de concordância entre sujeito e predicativo e (c) referência ao falante no discurso, apontando uma maior aplicação das marcas de concordância entre sujeito e predicativo quando o sujeito fala de si mesmo.

Em relação às variáveis extralinguísticas sexo e faixa etária, nenhuma das duas foram selecionadas como estatisticamente relevantes para o uso de uma das variantes pelo programa computacional Goldvarb X. Mas, os resultados em peso relativo da variável sexo apontaram que as mulheres fazem maior uso da variante marcação de concordância e os resultados em peso relativo da variável faixa etária mostraram que: (a) os jovens são os que mais fazem uso da variante com marcas de concordância; (b) os adultos também tendem a usar a variante com marcação de concordância, porém em menor grau que os jovens e (c) os idosos apresentam uma postura neutra em relação as duas variantes.

Considerações finais

Esta pesquisa foi motivada pela busca de maiores informações sobre a formação sociocultural e linguística da comunidade quilombola Muquém. Seus principais objetivos eram encontrar indícios da participação africana na formação da comunidade; descrever a variação de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala atual dos moradores; apontar quais seriam os fatores motivadores dessa variação; verificar se se tratava de uma mudança em progresso e de averiguar se o grau da variação nesta estrutura linguística poderia ser resultado da presença africana na história do povoado.

Em relação ao primeiro objetivo, a hipótese de que a comunidade apresentaria marcas da presença africana na sua formação cultural e sócio-histórica foi confirmada. Para verificar a validade dessa hipótese, foram buscadas informações sobre a origem da comunidade, sobre a formação do município de União dos Palmares e de Alagoas e sobre os povos (índios, portugueses e africanos) que participaram mais efetivamente da formação da nação brasileira.

Por meio dessa investigação, foi visto que os africanos podem ser considerados como os agentes principais da expansão demográfica em todo território brasileiro e da propagação da língua portuguesa, porém, numa modalidade que Mattos e Silva denomina de Português Geral Brasileiro (PGB), diferente do português falado pela elite portuguesa e antecessor do Português Popular Brasileiro (PPB). Em número, a população africana e afro-descendente foi superior a de portugueses (e seus descendentes) e a de índios que foram em grande parte exterminados durante o período colonial. Em Alagoas, a presença africana também foi significativa nos engenhos de açúcar e nas fazendas de gado e, principalmente, no Quilombo dos Palmares.

De acordo com os relatos dos moradores, um casal, provavelmente alforriado, foi responsável pela origem de Muquém. Desse casal (Bezerra) e de mais quatro famílias que vieram morar no povoado (Pereira, Ferreira, Silvino e Nunes) ainda permanece o costume de casamento entre primos e o trabalho manual com o barro para fabricação de produtos utilitários e, mais atualmente, de produtos ornamentais. Esse trabalho artesanal é inclusive relatado por historiadores (PRICE, 1996) como típico dos habitantes dos quilombos palmarinos.

Sobre a questão linguística, foram abordadas discussões feitas por vários autores, entre eles Moura (2005; 2007 e 2009), Sibaldo (2009) e Lucchesi (2008). A explicação dos processos de checagem de traços para a concordância entre sujeito e predicativo e entre sujeito e flexão verbal, como apresentado por Moura (2005; 2007; 2009) pode ser importante para compreender o porquê de algumas sentenças encontradas na fala dos moradores de Muquém, às vezes, apresentar concordância entre sujeito e predicativo e não-concordância entre sujeito e verbo e, em outros casos, apresentar concordância entre sujeito e verbo, mas não entre sujeito e predicativo.

Por meio da discussão trazida por Sibaldo (2009), foi visto, entre outras coisas, que há vários tipos de estrutura de cópula: locativa, predicativa, equativa e auxiliar. Isso permitiu uma delimitação das sentenças a serem analisadas nesta dissertação em dois tipos: predicativa e equativa.

Assim como foi visto por Lucchesi (2008) e outros autores abordados nesta pesquisa, também foi confirmado que a concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala atual dos moradores de Muquém é um fenômeno variável e, nesse caso, motivado principalmente por fatores linguísticos. Porém, das 212 sentenças, no total, 177 apresentaram as marcas de concordância, correspondendo a um valor percentual de marcas de concordância de 83%, maior do que o visto por Salgado (2008) na fala urbana da cidade de Maceió (82%).

Apesar desse valor percentual de marcas de concordância ter sido maior, pode-se dizer que esse resultado foi influenciado pelo grande número de sentenças com o sujeito no singular (cf. tabela IV - *Relação entre a variável tipos de sujeito e a variável dependente concordância vs. não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito*). Sem contar as sentenças enquadradas no tipo de sujeito nulo, o total de sentenças no singular foi de 123 e houve a marcação em 121 dessas sentenças, representando 98,3% de aplicação das marcas de concordância. Já o total de sentenças com sujeito na forma plural foi de 39 e houve a marcação em apenas 13 delas, representando um percentual de aplicação das marcas de 33%, bem mais baixo do que foi visto nas sentenças no singular.

Entre os sete grupos de fatores linguísticos levantados como possíveis condicionadores de uma das formas variantes, somente três foram tidos como fortes atuantes na estrutura variável pelo programa estatístico do Goldvarb X (VARBRUL): concordância verbal, tipos de sujeito e referência ao falante no discurso.

Sobre o primeiro, *concordância verbal*, os pesos relativos mostraram que o efeito do paralelismo formal foi notável nessa estrutura, uma vez que houve uma tendência à marcação de concordância entre o sujeito e o predicativo quando havia concordância verbal (0.66) e à não-marcação de concordância entre os sujeito e predicativo quando não havia a concordância verbal (0.01).

Em relação ao grupo *tipos de sujeito*, apenas os sujeitos explícitos constituídos de nominais no singular apresentaram um peso relativo alto para a aplicação da marca de concordância (0.96), os outros fatores não favorecem a marcação de concordância entre os dois elementos da predicação copulativa, apresentando os seguintes pesos relativos: sujeito nulo (0.42), sujeito pronominal plural (0.018) e sujeito explícito constituído de elementos nominais flexionáveis no plural (0.011). Os resultados mostraram também que, de modo

geral, os sujeitos na forma plural favoreceram a não-marcação de concordância, apresentando um percentual de 67% de não-aplicação em oposição aos 33% de aplicação.

O último grupo de fator selecionado foi *referência ao falante no discurso*. Esse fator mostrou que há uma tendência maior do falante aplicar a marca de concordância quando fala de si mesmo. Esse fator também foi considerado relevante para a concordância em predicativos do sujeito, e também em participios passivos, na pesquisa realizada por Lucchesi (2008, p. 163).

Os outros quatro grupos de fatores linguísticos não foram selecionados como estatisticamente relevantes para esse fenômeno variável, mas seus resultados podem esclarecer algumas questões relacionadas à estrutura predicativa e podem servir para outros estudos sociolinguísticos.

A variável *tipos de predicativo do sujeito* apontou, segundo o valor percentual, o tipo nominal como favorecedor da variante padrão de aplicação das marcas de concordância, com 87%, seguido do tipo adjetival, com 83%, e do participial, com 75%. Mas, segundo o peso relativo, apenas o tipo adjetival parece estar atuando e favorecendo o uso da variante relacionada à não-aplicação das marcas de concordância como o peso relativo 0.40. Os outros dois apresentaram resultados dentro da escala neutra em relação a uma das variantes, o nominal com peso relativo 0.55, e o participial, com peso 0.48.

Os resultados da variável *caracterização semântica do sujeito* mostraram que os fatores [+humano] e [-humano] não atuam nessa variação de concordância, apresentando peso relativo na escala de neutralidade, respectivamente, 0.54 e 0.45.

Os fatores do grupo *concordância no interior do SN sujeito* apresentaram resultados contrários ao princípio da coesão estrutural, uma vez que a não-concordância no SN sujeito atua para a concordância entre sujeito e predicativo, com peso relativo de 0.59, e a

concordância no SN sujeito atua fortemente para não-marcação de concordância, com peso de 0.12 para a aplicação das marcas.

Em relação ao grupo de fator *material interveniente entre verbo e predicativo*, assim como foi visto em Salgado (2008), o valor do peso relativo do fator presença de material interveniente entre verbo e predicativo influencia a não-marcação de concordância (0.66).

Como variáveis externas para esta pesquisa foram selecionadas *sexo* e *faixa etária*. Porém, segundo o programa Goldvarb X, nenhuma das duas foi considerada estatisticamente relevante para a variação de concordância entre sujeito e predicativo do sujeito. Embora não tenham sido selecionadas pelo programa, os resultados quantitativos dessas duas variáveis serão comentados.

Sobre a variável *sexo*, vale a pena lembrar que foi a última a ser eliminada pelo programa estatístico. Os resultados confirmaram mais uma vez que as mulheres tendem a usar mais a variante tida como de maior prestígio que, nesse caso, seria a de aplicação das marcas de concordância entre sujeito e predicativo, com o peso relativo 0.66. Para os homens, o peso relativo de aplicação foi 0.36, favorecendo mais a variante tida como popular, a de não-aplicação das marcas de concordância. Mas, segundo os resultados em percentual (aplicação), ambos os sexos favorecem mais a concordância entre os dois elementos da estrutura predicativa do que a não-concordância, os homens apresentaram o percentual de 84,9% e as mulheres, 81,7%.

O grupo de fator *faixa etária* está relacionado ao método do tempo aparente para verificar se estaria havendo uma mudança em progresso em direção a maior marcação de concordância entre sujeito e predicativo na fala dos habitantes de Muquém. Esse grupo de fator foi o segundo a ser eliminado pelo Goldvarb X e apresenta resultados importantes, porém não permite uma confirmação mais categórica sobre a mudança. O peso relativo de cada fator mostrou que os jovens aplicam com mais intensidade as marcas de concordância

(0.72) do que os adultos (0.34) enquanto os idosos apresentam um comportamento neutro em relação à aplicação ou à não-aplicação (0.49), como pôde ser visto na *Tabela VIII – Relação entre a variável faixa etária e a variável dependente Concordância vs. Não-concordância entre sujeito e predicativo do sujeito*. Porém, no resultado em percentual, não foi vista muita diferença de comportamento entre as três faixas etárias apresentando os jovens 85,5% de aplicação das marcas de concordância, os adultos 77,2%, e os idosos 88,5%.

Observando os valores apresentados para a aplicação das marcas de concordância de número de 33% neste estudo em questão e os descritos por outros autores, fica notório que esse resultado é inferior em relação aos 45% de aplicação da regra de concordância de número na fala urbana apresentado por Scherre (1991) e Dias (1996), mas superior aos 4% de aplicação da regra de concordância de número na fala rural sem definição étnica, apresentado por Silva (2007), e ao 1% de aplicação da regra de concordância de número em comunidades rurais isoladas afro-brasileiras estudadas por Lucchesi (2008).

Como foi apresentado no decorrer desta pesquisa, segundo esse último autor, o grau de variação de concordância nas estruturas mostra o nível de influência recebida no contato entre as línguas, sobretudo as LAs e o português, formando um *continuum* entre o português popular e o português culto.

O grau de variação, em 33%, na estrutura predicativa aqui estudada por meio da fala dos moradores em Muquém permite dizer que a fala da comunidade vem sendo modificada e caminha para o nivelamento linguístico, em direção à modalidade padrão. Segundo Lucchesi (2008), o nivelamento pode ser causado pela ação da mídia e da escola, estes agentes também poderiam estar atuando na fala dos moradores de Muquém. Apesar desse resultado, é possível dizer que ainda há resquícios de elementos característicos da língua falada pelos seus antepassados afro-descendentes, como, por exemplo, uma menor aplicação das marcas flexionais (“erosão da morfologia flexional”), principalmente no que se refere à concordância

de número, que pode ser comumente vista na modalidade popular do português brasileiro, como parece ser enquadrada a fala da comunidade Muquém.

Apesar de esses resultados já apresentarem uma pequena e inicial contribuição para o conhecimento da realidade cultural e linguística de Muquém, outras investigações precisam ser feitas. Como sugestões para estudos futuros sobre a temática da predicação copulativa estariam: (a) uma ampliação dos tipos de sentenças predicativas a serem analisados, uma vez que foi feito um recorte, analisando apenas as sentenças declarativas finitas; (b) uma análise comparativa entre os resultados apontados pelas estruturas predicativas do tipo equativa e predicativa; (c) um estudo diacrônico dessa estrutura linguística para reafirmar ou refutar a possível influência africana para a caracterização da variação de concordância nessa comunidade e (d) um estudo sincrônico comparativo dessa predicação em línguas crioulas de base portuguesa.

De modo geral, esta pesquisa se deteve em estudar a variação de concordância nas estruturas predicativas na fala dos moradores de Muquém, as características sócio-culturais e linguísticas dessa comunidade e a participação das línguas africanas no Português Brasileiro. Pode-se dizer que este estudo foi produtivo, uma vez que as contribuições trazidas foram significativas para as questões referidas acima. Foi dado o passo inicial para que outras pesquisas linguísticas sobre Muquém sejam feitas, tendo como base o *corpus* constituído dos depoimentos dos moradores de Muquém, e a partir dos resultados, outras pesquisas sociolinguísticas possam ser desenvolvidas.

Referências:

ALKMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIN, F. (Org.). *Introdução à linguística: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 21-47.

ALTAVILA, J. de. *História da civilização das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1988.

BELL, R. T. *Sociolinguistics*. Londres: B.T. Batsford Ltd, 1976.

BONVINI, E. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: PETTER, M.; FIORIN, J. L. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15 - 62.

_____. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: PETTER, M.; FIORIN, J. L. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 101 - 144.

BOWERS, J. The Syntax of Predication. *Linguistic Inquiry*, vol. 24, n. 4, 1993. pp. 591-656.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. *Quilombos*. Disponível em http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=100. Acesso 22/05/2009.

BRIGHT, W. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. (orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CARDEIRA, E. *História do português*. Lisboa: Caminho, 2006.

CARVALHO, A. V. de. *Palmares como espaço de sonhos: análise do discurso arqueológico sobre a Serra da Barriga*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Oxford: Blackwell, 1995.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

COAN, M. Conjecturas sobre mudança linguística. *Interdisciplinar* - Revista de estudos de língua e literatura. v. 4, 2007, p. 9-21.

COULMAS, F. Sociolinguistics. In: ARANOFF, M. et al (eds). *The handbook of Linguistics*. Blackwell Publishing, 2002, p. .

CUNHA, A. S. de A. Presença e contribuição das línguas negro-africanas na constituição do português do Brasil: a alegada origem crioula e a variedade popular da língua falada nas terras de preto. *Anais da Abanne*, São Luís, Maranhão, 2003a. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dl/gela/downloads/Cunha/ABANNE2003.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2009.

_____. Processos de (des)crioulização do português falado nos quilombos do Maranhão. *Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, Espanha, 2003b.

DIAS, J. F. V. *A Concordância de Número nos Predicativos e Participios Passivos na Fala da Região Sul - Um Estudo Variacionista*. 1996. Dissertação (mestrado em Linguística) Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

DIKKEN, Marcel den. *Relators and Linkers: the Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2006.

DITTMAR, N. *Sociolinguistics*. (trad. de orig. alemão de 1973). Londres: Edward Arnold, 1981.

DUARTE, I.. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M. H. M et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5 ed., ver. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, p. 275-324.

ELIA, S. *Sociolinguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Padrão, Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1987.

FERNANDES, C. S. *Muquém: uma comunidade visível? Kulé Kulé*. Maceió: EDUFAL, 2006.

FREITAS, D. *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*. Maceió: EDUFAL, 2004.

FREYRE, G. *O escravo nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Nacional, 1979, p. 29.

FUNARI, P. P. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da cultura afro-americana. In REIS, J.J.; GOMES, F. S. (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GALVES, C. M. C. O nascimento do português brasileiro. São Paulo, 1992, 15 p., mimeo (comunicação à Reunião Anual da ABRALIN).

GOMES, F. *Palmares: escravidão e liberdade no atlântico sul*. São Paulo: Contexto, 2005.

GORDON JR.; RAYMOND G., (ed). *Ethnologue: Languages of the World*. 15. ed. Dallas (Texas): SIL International. Online versions: <<http://www.ethnologue.com>>. 2005.

GUY, G. R.; ZILES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HERNANDEZ-CAMPOY, J. M.; ALMEIDA. Metodología para el estudio de la variación: métodos de campo. In: _____. *Metodología de la investigación sociolingüística*. Málaga: Editorial Comares, 2005.

HIGGINS, F. R. *The Pseudo-Cleft Construction in English*. PhD Dissertation: Indiana University Linguistics Club, 1976.

HOUAISS, A. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

HYMES, D. The ethnography of speaking. In GLADWIN, T.; STURTEVANT (orgs.). *Anthropology and human behavior*. Washington, D. C.: Anthropological Society of Washington, 1962.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-União dos Palmares. Croqui - Muquém: comunidade quilombola. José Carlos Ferreira da Silva, 19 de março de 2009.

LABOV, W. *The social history of a sound change on the island of Martha's Vineyard, Massachusetts*. Dissertação de mestrado – Columbia University, 1962.

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford, Blackwell, 1994.

_____. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola editorial, 2008 (1972).

LAWRENCE, H.; ROBINSON, J. S.; TAGLIAMONTE, S. *Goldvarb 2001: a multivariate analysis application for Windows*. Julho de 2001. Inédito.

LEITE, Y.; FRANCHETTO, B. Quinhentos anos de línguas indígenas no Brasil. In: MATTOS E SILVA, R. V. et al (orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da cultura e turismo do estado da Bahia, 2006.

LINHARES, M. Y. *Novo descobrimento do grande rio Amazonas*. Prefácio a Cristóbal de Acuña (1641). Trad. Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

LUCCHESI, D. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. A importância de se estudar a fala das comunidades rurais afro-brasileiras. In: XIX Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 2002. Programas & Resumos. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002, p. 137-137.

_____. A concordância nominal em estruturas passivas e de predicativo do sujeito em comunidades rurais isoladas afro-brasileiras no contexto da história sociolinguística do Brasil. In: VOTRE, S. J.; RONCARATI, C. (Org.) . *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica..* 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras/ FAPERJ, 2008. v. 1. 400 p.

_____; BAXTER, A. Processos de criouliização na história sociolinguística do Brasil. In: MATTOS E SILVA, R. V. et al (orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da cultura e turismo do estado da Bahia, 2006, p. 163-218.

MACAMBIRA, J. R.. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1970.

MATTOS E SILVA, R. V. Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, n. 15, p. 147-166, 2000.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____ et al (orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da cultura e turismo do estado da Bahia, 2006b.

_____. *Três sócio-histórias: três línguas*. VIII Congresso Internacional de Estudos Galegos (CIEG), de 12 a 15 de setembro de 2006c. (Apresentação mesa-redonda: Aspectos históricos do galego-português). Disponível em: <http://www.prohpor.ufba.br/tres.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2009.

MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990 (1979).

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. 2 ed. Paris: Honoré Champion, 1926.

MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro, 1933.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOURA, M. D. Variação em sintaxe. In MOURA D.; FARIAS, J. (orgs.). *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: EDUFAL, 2005, v. 1, p. 47-71.

_____. A predicação copulativa em português brasileiro e em espanhol. In *Revista do GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*. v. 8. n. ½. João Pessoa: Idéia, 2007 (publicada em 2008).

_____. A concordância de adjetivos atributivos e predicativos no português brasileiro. Apresentação no ROSAE/UFBA, 2009 (no prelo).

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (mestrado em Letras). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo, 1991.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

_____. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, v. 9, n. especial, 1993.

PAIVA, M. da C. de. A variável gênero/ sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

PESSOA DE CASTRO, Y. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade do Salv. (Org.). *Pasta de textos da professora e do professor*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005. Disponível em: <http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2009.

PERELTSVAIG, A. *On the Nature of Intra-Clausal Relations: A Study of Copular Sentences in Russian and Italian*. PhD Dissertation: McGill University, 2001.

PRICE, R. Palmares como poderia ter sido. In REIS, J.J.; GOMES, F. S. (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 52-59.

RAIMUNDO, J. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RAND, D.; SANKOFF, D. *GoldVarb version 2: a variable rule application for the Macintosh*. Montreal: Centre de recherches mathématiques, Université de Montreal, 1990. Inédito.

RANGLES, W. G. L. *L'ancien royaume du Congo des origines à la fin du XIX^e siècle*. Paris/La Haye: Mouton, 1968.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. v. 40. Guerra dos Palmares: Documentos relativos aos sucessos de 1668 a 1680. Maceió. 1985-1987, p. 171-187.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, I. M. de O. *A origem do português culto: A escolarização*. Salvador, 1999 (mimeo). (Comunicação - Encontro de UNIFACS).

RODRIGUES, A. *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, R. N. *Os africanos no Brasil*. Revisão e prefácio de Homero Pires. Notas biobibliográficas de Fernando Sales. São Paulo: Nacional, 1977 (1890-1905).

ROUSSEAU, P.; SANKOFF, D. Advances in variable rule methodology. In: _____. (orgs.) *Linguistic variation: models and methods*. New York: Academic Press, 1978, p. 57-69.

SALGADO, S. S. *Concordância entre sujeito e predicativo do sujeito no português falado em Maceió*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, 2008.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SANTOS, D. N. *O uso da variante /e/ no final das palavras monossilábicas Deus e mais por falantes da comunidade Muquém*. 2004. Trabalho de conclusão de curso Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, 2004.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (orgs.). trad. Antônio Chelin, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2004 [1916].

SCHERRE, M. M. P. A concordância de número nos predicativos e nos participios passados. *Organon: A Variação no Português do Brasil*, v. 18, n. 5, p. 52-70, 1991.

_____. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP): Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12: 37-49. dez. de 1994.

_____.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: Ruffino, Giovanni (org.). *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologica e Linguistici Siciliani, Università di Palermo*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998, 5, p.509-523.

_____.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

SIBALDO, M. A. *A sintaxe das small clauses livres do português brasileiro*. 2009. Tese (doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2009.

SILVA, L. M. S. *A cerâmica utilitária do povoado histórico Muquém: a etnomatemática dos remanescentes do quilombo dos Palmares*. 2005. Dissertação (mestrado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SILVA NETO, S. da. (org). *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1950.

_____. *A língua portuguesa no Brasil: problemas*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

SILVA, V. A. da. *A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia*. 2007. Dissertação (mestrado em Linguística). Universidade Federal da Bahia, 2007.

SILVA, V. L. P. Relevância das variáveis linguísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.67-71.

SOUZA, M. de M. e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006

STASSEN, L. *Intransitive Predication*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

TARALLO, F. Turning Different at the Turn of the Century: 19th Century Brazilian Portuguese. In: GUY, G.; FEAGIN, C. BAUGH, J, SCHIFFIN, D. (orgs.). 1996 *Towards a Social Science of Language: Papers in Honor of William Labov: Social Interaction and Discourse Structures*. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1991.

_____. Portugal e Brasil: a história. In: TARALLO, F. *Tempos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1990, p. 82-91.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2006 [1975].

_____. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P. & MALKYED, M. (orgs.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

Obras consultadas:

ARTUR RAMOS. *As culturas Negras no Novo Mundo*. Rio: Civilização Brasileira S/A – Editora, 1937, p.784.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira,1985.

ENNES, E. *A guerra dos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 133-4 (documento n. 1).

PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

PETTER, M. M. T. A linguagem do Cafundó: crioulo ou anticrioulo? In: KLAUS ZIMMERMAN. (Org.). *Lenguas criollas de base lexical espanhola y portuguesa*. Vervuert: Iberoamericana, 1999, v. 1, p. 101-118.

SANT'ANA, M. M. de. *A queima de documentos da escravidão*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1988.

SILVA, J. A. O abolicionismo em Alagoas. *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. v. XIX, 1936-37, p. 61.

ANEXO A – Fotos de Muquém e Croqui do IBGE

Fotografia I: Escola de Ensino Fundamental Pedro Pereira da Silva.



Solyany Salgado

Fotografia II: Alunos de Muquém na única sala de aula da Escola Pedro Pereira da Silva.



Ícaro Carvalho

Fotografia III: Casa de farinha e sala de aula do Ensino Maternal (primeira da esquerda para direita).



Solyany Salgado

Fotografia IV: Forno elétrico para fabricação da farinha.



Ícaro Carvalho

Fotografia V: Rio Mundaú, próximo à comunidade Muquém.



Solyany Salgado

Fotografia VI: Rio Mundaú e plantação de cana-de-açúcar de Usinas.



Solyany Salgado

Fotografia VII: Representação do forno para queima das peças de barro, no Galpão de Artesanato.



Solyany Salgado

Fotografia VIII: Artesã do Povoado, Dona Marinalva.



Ícaro Carvalho

Fotografia IX: Artesão do Povoado, Seu Edson.



Ícaro Carvalho

Fotografia X: Artesã do Povoado, Dona Irinéia e sua neta.



Ícaro Carvalho

ANEXO B – Ficha social

SOBRE O INFORMANTE		
1) Nome:		
2) Endereço:		
3) Sexo: <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/> masculino		
4) Idade:		
a) <input type="checkbox"/> Faixa I – 10 a 30 anos	b) <input type="checkbox"/> Faixa II – 31 a 50 anos	c) <input type="checkbox"/> Faixa III – de 51 anos em diante
5) Educação:		
a) <input type="checkbox"/> Alfabetizado	b) <input type="checkbox"/> Não-alfabetizado	c) Grau de escolaridade mais alto

ANEXO C – Roteiro de Entrevista

As perguntas foram elaboradas a partir dos seguintes temas:

Muquém

- 1) *Muquém*: Conhece a origem de Muquém? Por que tem esse nome?
- 2) *Opinião sobre a comunidade*: Acha que Muquém é um lugar bom ou ruim de morar? O que tem de bom e o que precisa melhorar? (educação, saúde, segurança, eletricidade, água, saneamento)
- 3) *Sugestões sobre melhorias*: O que faria para melhorar?
- 4) *Opinião sobre os membros da comunidade*: As pessoas são amigas ou costuma haver brigas entre famílias?
- 5) *A associação de moradores*: Costuma frequentar as reuniões da associação de moradores? Por quê?
- 6) *História do Quilombo*: O que sabe sobre a história do Quilombo de Palmares? Tem alguma história para contar? Costuma ir às festas de homenagem a Zumbi? Você se considera ser descendente dos antigos habitantes do Quilombo?

Pessoal

- 7) *Tempo de moradia*: Há quanto tempo mora aqui?
- 8) *Muquém*: Gosta de morar em Muquém?
- 9) *Infância*: Como foi a infância? O que costumava fazer para se divertir?
- 10) *Escola*: Gosta(va) de ir para a escola? Por quê?
- 11) *Fase adulta*: Onde trabalha? (fabricação de cerâmica, o trabalho na lavoura) O que faz e o que acha do trabalho? O que gostaria de fazer se pudesse trabalhar em outro lugar?

Costumes

- 12) *Costumes*: Há algum costume típico daqui, que não se faz em União do Palmares? (dança, artesanato, comida, bebida, festa) Como é?
- 13) *Nascimento*: O que costuma fazer quando alguém nasce?
- 14) *Morte*: O que costuma fazer quando alguém morre? (bebê e adulto) Onde se costuma enterrar?

ANEXO D – Convenções de Transcrição

- [F] – informante;
- [E] – entrevistador;
- [-] – pausa curta;
- [- -] – pausa média;
- [- - -] – pausa longa;
- [__] – cruzamento de vozes;
- [:] – alongamento de uma vogal;
- [x] – sílaba incompreensível;
- [xxx] – sequência de sílabas incompreensíveis;
- [(/)] – dúvida em relação à palavra ouvida.

Alguns aspectos da fala, conforme apresentado por Moura (mimeo), foram mantidos:

1. “As palavras oxítonas terminadas em AR, ER, IR ou OR, quando a consoante “R” não é pronunciada, essa marca é substituída pelo acento agudo ou o circunflexo: qualquer (qualquer), jogá (jogar), fazê (fazer), saí (sair), cô (cor)”;
2. “Os ditongos OU e EI, quando não realizado, foram representados com um acento circunflexo, no primeiro caso, ou com a ausência do “i” no segundo caso: vô (vou), começô (começou), brigadero (brigadeiro)”;
3. “As mudanças de letras que caracterizam uma pronúncia “regional” foram mantidas na transcrição: mermo (mesmo), muitcho (muito)”;
4. “O ponto de interrogação foi mantido nas frases interrogativas: ...só é ponto quando é gol – né?”;
5. “As formas variantes do gerúndio foram transcritas, segundo os sons produzidos: andano (andando), brincano (brincando)”;
6. “As reduções de palavras foram transcritas segundo as variantes utilizadas: tava (estava), tá (estar)”.

O banco de dados do PRELIN pode ser visto em: <http://www.fale.ufal.br/projeto/prelin/>